

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ISABELLA MUDESTO DIAS COSTA

DISCURSOS DE ÓDIO ÀS CANDIDATAS MULHERES NO AMBIENTE DIGITAL:
os casos das prefeitas mineiras Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos

Juiz de Fora
Setembro de 2023

Isabella Mudesto Dias Costa

DISCURSOS DE ÓDIO ÀS CANDIDATAS MULHERES NO AMBIENTE DIGITAL:
os casos das prefeitas mineiras Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Mídias e Processos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal – UFJF

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira - UFJF e UFSJ

Prof. Dr. Dr. Francisco Ângelo Brinati - UFSJ

Juiz de Fora
Setembro de 2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mudesto Dias Costa, Isabella.

DISCURSOS DE ÓDIO ÀS CANDIDATAS MULHERES NO
AMBIENTE DIGITAL: : os casos das prefeitas mineiras Elisa Araújo,
Margarida Salomão e Marília Campos / Isabella Mudesto Dias Costa.
-- 2023.

130 p.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz
de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

1. : Comunicação. 2. Política. 3. Mulher. 4. Discurso de Ódio. 5.
Gênero. I. Figueira Leal , Paulo Roberto, orient. II. Título.

Isabella Mudesto Dias Costa

Discursos de ódio às candidatas mulheres no ambiente digital: os casos das prefeitas mineiras Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em
Comunicação

da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Comunicação. Área
de concentração:
Comunicação e
Sociedade

Aprovada em 25 de setembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Francisco Ângelo Brinati
Universidade Federal de São João del'Rei

Juiz de Fora, 23/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto Figueira Leal, Professor(a), em 25/09/2023, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Luiz Ademir de Oliveira, Usuário Externo, em 25/09/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Francisco Ângelo Brinati, Usuário Externo, em 25/09/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 1424881 e o código CRC 95ACAE3.

À minha família. Ao meu pai, especialmente, dedico
o último ponto final deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Fé. Nada é impossível para quem a tem. Não há batalha perdida para quem tem fé na vida, em Deus, nos Orixás, no amor, nas pessoas e, acima de tudo, em si.

À minha mãe, Creusa, agradeço por tudo o que sou. De corpo e alma. Obrigada por nunca arredar o pé. Por caminhar à frente, para guiar. Lado a lado, para dar força. E, atrás, para lembrar quem sou. Obrigada por nunca desistir e sempre nos escolher. Desconheço amor mais recíproco. Vejo minha avó em você. Me vejo em você. Te honro.

À minha irmã, Amanda, por me ensinar constantemente a questionar o que jurava ser absoluto. Você é a menina-mulher-passarinha mais incrível e corajosa que já conheci. Obrigada por me puxar pela mão.

Ao Alexandre Júnior, por ser o melhor homem que eu poderia ter como irmão. Obrigada pelo primeiro passo, por ser base, e me ajudar a estar aqui, hoje. Você é o ninho para onde volto sempre depois de voar.

Ao meu pai, Alexandre, por me conduzir do céu até aqui. A cada sonho, fiquei mais forte. Seus áudios deixados, felizes e motivadores, me ajudaram a não desistir. Te sinto. Todos os dias.

Sou como Júpiter, rodeada de Luas que iluminam meu breu. Jules, por ter feito desta parte final a melhor. Zu, por ser meu melhor amigo. Carolina, por nunca soltar minha mão. Bruna Helena, pelos áudios de apoio e cuidado. Letícia, pela doçura e força.

O Mestrado foi uma experiência inesquecível, e tive a oportunidade de dividi-lo com pessoas especiais. À Estela Loth, agradeço por tornar tudo mais leve e possível, com seu jeito de mulher desdobrável. À Gabriela Calazans, pelo apoio, no sentido mais amplo existente, antes, durante e depois da escrita. À Najla Passos, pela generosidade em dividir seu conhecimento.

Agradeço às alunas e aos alunos do Estágio Docência. Levo cada um na memória e na vida.

Vocês me fizeram ter a certeza de que estou no caminho certo para realizar o meu sonho: ser professora.

Ao meu mestre, Paulo Roberto, pelo exemplo dentro e fora de sala. Obrigada por embarcar comigo nesse sonho e torná-lo realidade. Agradeço a orientação de extrema delicadeza e cuidado. A você, minha admiração.

Ao Luiz Ademir, por acreditar em mim e me impulsionar. Obrigada por todo o acolhimento e aprendizado. Você me faz acreditar que é possível. Sou sua fã.

Ao Chico, à Gilze e à Aline, pela disponibilidade em participar da banca. À Iluska, por ter participado da qualificação e por todo auxílio durante o Mestrado.

À Maria Bethânia, voz que conduziu esta dissertação.

Por fim, a todas as mulheres que vieram antes de mim. Sou feita de muitas. À minha avó, Maria de Lourdes, agradeço, em especial.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Vivifico-me eu-mulher e teimo, na vital carícia de meu
cio, na cálida coragem de meu corpo, no infindo laço da
vida, que jaz em mim e renasce flor fecunda. Vivifico-
me eu-mulher. Fêmea. Fênix. Eu fecundo.

(Conceição Evaristo)

Resumo

A ascensão da figura feminina no campo da política pode ser considerada um grande avanço no século XXI, apesar de estar longe de atingir uma representatividade que se aproxime do poder que os homens ainda têm nessa esfera. Esta sub-representação é multifatorial. Focaliza-se na operação do discurso de ódio como um desses aspectos, analisando manifestações negativas direcionadas a candidatas em três bem-sucedidas campanhas: Margarida Salomão (PT), Marília Campos (PT) e Elisa Araújo (Podemos). O estudo cobre os primeiros e segundos turnos das eleições de 2020, no Instagram das candidatas. Adotando a análise de conteúdo de Laurence Bardin, o estudo extraiu 339 comentários odiosos de usuários nas postagens analisadas, representando amostras do discurso virtual relacionado às candidaturas políticas. A coleta de conteúdo englobou 900 postagens, envolvendo comentários odiosos através de uma leitura flutuante ao longo do período de análise. Categorizou-se os textos em subcategorias ligadas à macrocategoria "Discurso de Ódio", abordando aspectos como a tipologia, manifestação, transmissão, forma e perfil dos usuários desse discurso, com todo o processo realizado manualmente. A análise das categorias de alvo e das palavras ou expressões utilizadas no discurso de ódio, de fato, apoia a hipótese de que o discurso de ódio não apenas permeia, mas também é influenciado pela questão de gênero. Os padrões identificados refletem a complexa interação entre o viés de gênero enraizado na sociedade e as dinâmicas digitais contemporâneas. Ao explorar diferentes categorias de ataques, como políticos/partidários, sexistas/misóginos, LGBTfóbicos, estigmatizantes, aspectos religiosos e aparência/classe social, torna-se evidente que a hostilidade direcionada às candidatas políticas tem suas raízes em normas de gênero. Neste estudo, a análise revelou, também, a presença de incivilidade e desrespeito nas interações das candidatas em suas redes sociais, com diferenças entre elas. Elisa Araújo recebeu mais comentários de incivilidade, enquanto Margarida Salomão e Marília Campos foram alvo de desrespeito. O discurso de ódio explícito foi mais prevalente do que o velado, principalmente de cunho político, principalmente às candidatas do PT. Os insultos e xingamentos foram as manifestações mais comuns de ódio, muitas vezes intensificados por emojis agressivos. Esses resultados contribuem para entender a crescente interseção entre política, gênero e comunicação. No contexto contemporâneo das redes sociais, é fundamental a realização de novos estudos que analisem de maneira mais aprofundada as dinâmicas complexas que envolvem o discurso de ódio direcionado às mulheres na esfera política.

Palavras-chave: Comunicação; Política; Mulher; Discurso de Ódio; Gênero

Abstract

The rise of the female figure in the political realm can be deemed a significant advancement in the 21st century, albeit far from attaining a level of representation that comes close to the power that men still hold in this sphere. The underrepresentation of women in politics is multifactorial. It zooms in on the operation of hate speech as one of these aspects, analyzing negative expressions directed towards female candidates in three successful campaigns: Margarida Salomão (PT), Marília Campos (PT), and Elisa Araújo (Podemos). The study covers the first and second rounds of the 2020 elections, on the candidates' Instagram accounts. Adopting Laurence Bardin's content analysis approach, the study extracted 339 hateful comments from users on the analyzed posts, representing samples of virtual discourse related to political candidacies. Content collection encompassed 900 posts, involving hate comments through a floating reading over the analysis period. The focus was to categorize these texts into subcategories linked to the overarching category of "Hate Speech", addressing aspects such as typology, manifestation, transmission, form, and user profile of this discourse, with the entire process carried out manually. The analysis of target categories and the words or expressions used in hate speech indeed supports the hypothesis that hate speech not only pervades but is also influenced by the gender issue. The identified patterns reflect the intricate interaction between gender bias deeply embedded in society and contemporary digital dynamics. By exploring different categories of attacks, such as political/partisan, sexist/misogynistic, LGBTphobic, stigmatizing, religious aspects, and appearance/social class, it becomes evident that the hostility directed at female political candidates has its roots in gender norms. In this study, the analysis also revealed the presence of incivility and disrespect in the interactions of the candidates on their social media, with variations among them. Elisa Araújo received more incivility comments, while Margarida Salomão and Marília Campos were targets of disrespect. Explicit hate speech was more prevalent than veiled, mainly of a political nature, particularly towards PT candidates. Insults and derogatory language were the most common manifestations of hate, often exacerbated by aggressive emojis. These findings contribute to understanding the growing intersection of politics, gender, and communication. In the contemporary context of social media and the instantaneous spread of information, conducting further in-depth studies on the complex dynamics surrounding hate speech directed at women in the political sphere is essential.

Keywords: Communication; Politics; Women; Hate Speech; Gender.

Índice

Ilustrações

Figura 1: Misoginia nas redes sociais.....	38
Figura 2 – Desenvolvimento da Análise de Conteúdo.....	74
Figura 3: Coleta de Termos Ofensivos.....	82
Figura 4: Comentário de incivilidade x desrespeito no Instagram da Margarida Salomão.....	83
Figura 5: Comentário de incivilidade x desrespeito no Instagram da Marília Campos.....	83
Figura 6: Comentário de incivilidade x desrespeito no Instagram da Elisa Araújo.....	84
Figura 7: Comentário de discurso de ódio/incivilidade no Instagram da Elisa Araújo.....	84
Figura 8: Comentário discurso de ódio/incivilidade no Instagram da Margarida Salomão.....	85
Figura 9: Comentário de discurso de ódio/incivilidade no Instagram da Marília Campos.....	85
Figura 10: Comentário discurso de ódio/desrespeito - Marília Campos.....	86
Figura 11: Comentário discurso de ódio/desrespeito - Margarida Salomão.....	86
Figura 12: Comentário discurso de ódio/desrespeito - Elisa Araújo.....	87
Figura 13: Comentário velado - Margarida Salomão.....	93
Figura 14: Comentário velado - Elisa Araújo.....	94
Figura 15: Comentário velado - Marília Campos.....	94
Figura 16: Troca de comentários entre os usuários.....	98
Figura 17: Termos ofensivos à Margarida Salomão.....	99
Figura 18: Termos ofensivos à Marília	100
Figura 19: Termos ofensivos à Elisa Araújo	102
Figura 20: Hater no Instagram da Margarida Salomão.....	103
Figura 21: Hater no Instagram da Elisa Araújo.....	103
Figura 22: Hatee no Instagram da Marília Campos.....	104
Figura 23: Troll no Instagram da Marília Campos.....	105
Figura 24: Troll no Instagram da Margarida Salomão.....	105
Figura 25: Troll no Instagram da Elisa Araújo.....	106
Figura 26: Skeptics no Instagram da Elisa Araújo.....	107
Figura 27: Skeptics no Instagram da Marília Campos.....	108
Figura 28: Skeptics no Instagram da Margarida Salomão.....	108
Figura 29: Comentário sobre Dilma no Instagram da Elisa Araújo.....	110
Figura 30: Comentário sobre Dilma no Instagram da Margarida Salomão.....	110
Figura 31: Comentário sobre Dilma no Instagram da Marília Campos.....	110
Figura 32: Comentário com caixa alta no Instagram da Marília Campos.....	112

Figura 33: Comentário com emoji no Instagram da Margarida Salomão.....	112
Figura 34: Comentário com excesso de pontuação no Instagram da Elisa Araújo.....	113

Tabelas

Tabela 1: Indicadores-chaves.....	30
Tabela 2: Categorização da pesquisa.....	77
Tabela 3: Tabela 3: Interações no Instagram.....	79
Tabela 4: Tipos de Discurso de Ódio.....	91
Tabela 5: Gênero presente nos comentários.....	91

Gráficos

Gráfico 1: Incivilidade x Desrespeito.....	87
Gráfico 2: Alvo do discurso de ódio.....	89
Gráfico 3: Ódio explícito x ódio velado.....	93
Gráfico 4: Tipo de usuário.....	101
Gráfico 5: Recursos linguísticos reveladores de ódio.....	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ERA DIGITAL: MÍDIA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS SOCIAIS	
2.1 O CIBERESPAÇO E A CAMPANHA POLÍTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	18
2.2 MÍDIA COMO ESFERA PÚBLICA: PARADOXAL E PERMEADA POR DISPUTAS.....	26
2.3 REDES SOCIAIS E A EXACERBAÇÃO DOS DISCURSOS DE ÓDIO.....	36
2.4 O ÓDIO ÀS MULHERES.....	39
3 MULHER, PODER E POLÍTICA	48
3.1 EU, MULHER: SOCIABILIDADE E IDENTIDADE.....	50
3.2 FEMINISMO E VISIBILIDADE MUDIÁTICA.....	59
3.3 GÊNERO E LEGITIMIDADE DO PODER.....	66
3.4 MULHERES NA POLÍTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS REPRESENTATIVAS.....	72
4 O MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADO À DISCUSSÃO DE GÊNERO	79
4.1 BREVE HISTÓRICO DAS CANDIDATAS.....	86
4.1.1 Margarida Salomão.....	86
4.1.2 Marília Campos.....	87
4.1.3 Elisa Araújo.....	87
4.2 ANÁLISE DO DISCURSO DE ÓDIO DIRECIONADO ÀS MULHERES NA POLÍTICA: OS CASOS DE ELISA ARAÚJO, MARGARIDA SALOMÃO E MARÍLIA CAMPOS.....	88
4.2.1 Incivilidade X Desrespeito.....	89
4.2.2 Alvo do Discurso de Ódio.....	95
4.2.3 Ódio Explícito X Ódio Velado.....	99
4.2.4 Dimensões-Chaves do Discurso De Ódio.....	101
4.2.5 Tipo De Comentarista.....	108
4.2.6 Dilma Presente.....	114
4.2.7 Recursos Linguísticos Reveladores De Ódio.....	116
4.2.7.1 Caixa Alta.....	117
4.2.7.2 Emojis.....	117
4.2.7.3 Pontuação.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

Durante a escrita, a indagação “onde tudo começou?” surgiu algumas vezes. Em uma retrospectiva de minha trajetória, a motivação para a presente pesquisa pode ser resumida pelo momento em que percebi que viver é um ato político. E sendo mulher é ainda mais complexo e desafiador. Esta experiência está intrinsecamente ligada às questões de gênero, poder e representação. Desde os aspectos mais cotidianos até os contextos mais amplos, há desafios e constrangimentos decorrentes de estruturas patriarcais e sistemas de opressão historicamente enraizados.

A ascensão da figura feminina no campo da política pode ser considerada um grande avanço no século XXI, apesar de estar longe de atingir uma representatividade que se aproxime do poder que os homens ainda têm nessa esfera. Segundo o mapa de mulheres na política criado pela União Interparlamentar e pela ONU Mulheres, o Brasil ocupa a 140ª posição num ranking de 193 países. Enquanto as mulheres representam 51,8% da população, elas ocupam apenas 14,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Dos 513 parlamentares, apenas 75 são mulheres.

Trazendo como referência ano eleitoral de 2020, as mulheres representaram 33,6% das candidaturas, mas a taxa de eleitas não chega à mesma proporção. No primeiro turno, foram 651 prefeitas eleitas (12,1%), contra 4.750 prefeitos (87,9%). Apenas 9 mulheres foram eleitas prefeitas de 96 cidades (capitais 70 municípios com mais de 200 mil eleitores e nos quais é possível haver 2º turno). O número representa 9% de participação feminina no bloco. No Brasil inteiro, o percentual é de 12%. Ou seja, a cada 100 prefeituras, 12 são comandadas por mulheres. Focando no segundo turno, que aconteceu em 57 cidades, das 19 em que havia mulheres na disputa, sete venceram.

Essa desigualdade na representação feminina na política é reflexo de toda uma sociedade marcada pela dominação masculina que atua diminuindo e oprimindo as mulheres em outras esferas da vida: privada, intimidade, sexualidade, família, raça e classe social. A sub-representação das mulheres na política não é causada por um único fator.

Neste trabalho, no entanto, abordaremos um aspecto desse fenômeno, o discurso de ódio. Analisaremos as manifestações odiosas direcionadas à presença feminina na política, por meio de três campanhas eleitorais bem-sucedidas: Margarida Salomão, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Juiz de Fora; Marília Campos, do Partido dos

Trabalhadores (PT), em Contagem; e Elisa Araújo, do Podemos, em Uberaba. O período de análise consistiu no primeiro e segundo turno das eleições, no Instagram das candidatas, de 27 de setembro a 30 de novembro de 2020.

A escolha das candidatas encontra apoio em dois motivos fundamentais: a participação das mulheres na política ainda é vista com desconfiança, sujeita a julgamentos superficiais e preconceituosos; e o fato de o impeachment ter envolvido a primeira mulher presidente, o que pode ter desencadeado manifestações de ódio de natureza misógina e sexista. Essas manifestações refletem a herança de uma cultura que foi moldada pelo patriarcado, afetando não apenas Dilma, como protagonista do processo, mas também as candidatas à prefeitura e sua posição/postura durante esse período.

O método utilizado foi a análise de conteúdo, desenvolvido pela professora de Psicologia da Universidade de Paris V, Laurence Bardin, que é amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, como ciências sociais, psicologia, comunicação e ciências da saúde. A metodologia parte do pressuposto de que o texto contém significados que podem ser identificados e interpretados. Seu objetivo principal é compreender e categorizar o conteúdo presente nos dados textuais de maneira sistemática e rigorosa.

Com base na literatura existente, buscamos compreender as questões envolvidas na leitura de gênero e sua interseção com as disputas eleitorais. Assim, a coleta de conteúdo consistiu em monitorar as publicações feitas pelas candidaturas no Instagram e coletar comentários odiosos nestas postagens. Ao longo do período de análise, foram analisadas um total de 900 publicações. Essas publicações foram selecionadas com base na relevância para o estudo, abrangendo diferentes aspectos das campanhas e discursos das candidaturas.

Como corpus, foram extraídos 339 comentários odiosos feitos pelos usuários nas publicações analisadas. Esses comentários foram considerados como amostras dos discursos e interações presentes no ambiente virtual relacionados às candidaturas políticas durante o período monitorado.

Nossa hipótese sugere que o discurso de ódio esteja intrinsecamente ligado à interseccionalidade, especialmente no contexto da questão de gênero. Ferramenta metodológica dentro da teoria feminista, destinada a compreender a opressão das mulheres em sociedades caracterizadas pela diversidade, como é o caso do Brasil.

Isso porque até recentemente, a vida pública, especialmente o ambiente político, era exclusivamente dominado pelos homens. O direito ao voto para as mulheres foi uma

conquista tardia. Até o início do século XX, apenas os homens, especialmente os pertencentes às classes mais privilegiadas, tinham o direito de sufrágio. No entanto, entre o final do século XIX e o início do século XX, as mulheres da maioria dos países começaram a adquirir o direito ao voto e a oportunidade de se candidatarem também.

Contudo, essa conquista ocorreu em momentos muito distintos nos diversos países ao redor do mundo. Por exemplo, as mulheres neozelandesas obtiveram o direito ao voto em 1893, enquanto as finlandesas conquistaram esse direito a partir de 1906. Já na África do Sul, o direito ao voto para as mulheres só foi garantido em 1993, e na Arábia Saudita, apenas em 2011. Essa discrepância de datas ilustra como o processo de reconhecimento dos direitos políticos das mulheres evoluiu de forma gradual e desigual ao longo do tempo e entre as diferentes nações.

No Brasil, o direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. Desde 2015, a data de 24 de fevereiro é oficialmente reconhecida como o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil", uma data comemorativa sancionada pela então Presidenta Dilma Rousseff (PT), primeira mulher eleita Presidente do país, por meio da lei 13.086/15. Essa proposta foi apresentada pela Deputada Federal Sueli Vidigal (PDT), e a data foi escolhida por marcar o dia em que as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em eleições nacionais em 1932 (MIGALHAS, 2018). Entretanto, a conquista não foi abrangente para todas as mulheres do país inicialmente. No início, apenas algumas categorias de mulheres eram autorizadas a votar, como as mulheres casadas, desde que seus maridos as autorizassem, e as mulheres viúvas e solteiras com renda própria. As restrições foram eliminadas em 1934, por meio do Código Eleitoral, e em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida ao gênero feminino, equiparando o direito de votar entre homens e mulheres.

É relevante destacar que a conquista do voto feminino no Brasil foi resultado de uma longa luta que teve início bem antes dos anos 1930. Já em 1910, Leonilda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino (MIGALHAS, 2018). Ao longo dos anos, várias iniciativas foram tomadas no Senado brasileiro com a apresentação de projetos de leis buscando alcançar o direito ao voto feminino. Em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi criada por Bertha Lutz, bióloga e feminista brasileira, que passou a pressionar o Congresso pela aprovação do direito ao voto para as mulheres. Essas mulheres pioneiras e suas ações desempenharam um papel crucial na conquista desse direito fundamental no Brasil.

Conforme relatado na reportagem realizada pelo Portal Migalhas (2018), em outras regiões do país, durante o mesmo período, houve outras conquistas significativas para as mulheres. No Rio Grande do Norte, por exemplo, as mulheres já estavam participando ativamente da vida pública. Um marco importante ocorreu em Mossoró (RN), em 25 de novembro de 1927, quando Celina Guimarães Viana se tornou a primeira mulher a obter o direito ao voto. Essa conquista foi alcançada pela professora por meio da lei estadual 660/1917. Contudo, Celina Viana não se contentou em ser a única a usufruir desse direito e tinha a visão de estender essa conquista a todas as mulheres. Com esse objetivo em mente, ela enviou um telegrama ao presidente do Senado Federal da época, buscando sensibilizar as autoridades para a importância de conceder o voto a todas as mulheres. Sua iniciativa pioneira e determinação contribuíram para o avanço do movimento feminista e para a busca de igualdade de direitos políticos no país.

Em 1928, no Rio Grande do Norte, mais especificamente na cidade de Lajes, ocorreu outra conquista feminina de grande importância: Luíza Alzira Soriano Teixeira tornou-se a primeira prefeita eleita. Além de ser a primeira mulher eleita prefeita no Brasil, Luíza também se tornou a primeira prefeita eleita em toda a América Latina. Essa conquista histórica marcou um momento significativo para as mulheres na vida política do país.

Na década de 1930, outra importante conquista aconteceu quando a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi eleita a primeira Deputada Federal do Brasil. Esses avanços representam as lutas e conquistas femininas no cenário político brasileiro, abrindo caminho para mais mulheres ocuparem cargos públicos nos três poderes do governo.

Ao abordar os avanços femininos na política brasileira e o aumento da possibilidade de ocupar cargos representativos em âmbito nacional, é fundamental destacar a significativa conquista da primeira mulher eleita Presidente da República: Dilma Rousseff (PT), que ocupou o cargo de presidenta de 2011 a 2016. Contudo, ao mencionar o governo de Dilma e o processo de impeachment ocorrido em 2016, é inevitável abordar o preconceito e a estigmatização enfrentados pelas mulheres em áreas ainda dominadas por homens (GOFFMAN, 1988). Esse fator gerou uma série de estudos científicos que associaram o impeachment à questão do ódio ou aversão às mulheres, bem como os preconceitos relacionados a uma visão de dominação masculina do que é ser mulher e de como ela deve se portar.

O pesquisador Sírio Possenti (2018) apontou em seu estudo que a misoginia desempenhou, de fato, um papel condicionante no processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Isso mostra como as atitudes preconceituosas em relação às mulheres contribuíram para a deslegitimação do governo. Além disso, a imprensa também teve sua parcela de responsabilidade nesse contexto, pois em algumas ocasiões desqualificava a presidenta, atacando diretamente questões ligadas ao gênero. Um exemplo disso foi a Revista Istoé, que em 1º de abril de 2016, afirmou que a presidenta sofria de graves problemas emocionais, com "surto", e era medicada com remédio de tarja preta. Essa abordagem sensacionalista e sexista por parte da mídia contribuiu para a disseminação de estereótipos prejudiciais às mulheres em posições de liderança política.

Essas questões intrincadas e multifacetadas encontram um terreno propício para análise no capítulo dois deste estudo, onde se explora a interseção entre a Era Digital, a mídia e suas influências nos processos sociais. Dentre os tópicos abordados, analisaremos o papel do ciberespaço na campanha política contemporânea, examinando como as redes sociais têm sido empregadas nesse contexto. Além disso, investigaremos a mídia como esfera pública, considerando suas complexidades e disputas inerentes, e avaliaremos a exacerbação dos discursos de ódio nas redes sociais e sua implicação política. Adicionalmente, abordaremos o fenômeno do ódio direcionado às mulheres, explorando suas manifestações e impactos nas esferas pública e privada.

No capítulo três deste estudo, nossa atenção se volta para a interseção entre mulher, poder e política. Abordaremos questões de sociabilidade e identidade, explorando como o gênero molda experiências individuais. Analisaremos o papel do feminismo na visibilidade midiática e discutiremos como as representações de gênero afetam a legitimidade do poder. Além disso, examinaremos os desafios enfrentados pelas mulheres na política, destacando suas perspectivas representativas e as trajetórias que buscam superar barreiras históricas e estruturais.

No capítulo quatro desta pesquisa, abordaremos o método da Análise de Conteúdo aplicado à discussão de gênero. Iniciaremos com um breve histórico das candidatas. Em seguida, nos dedicaremos à análise do discurso de ódio direcionado às mulheres na política, especificamente nos casos de Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos.

Exploraremos a distinção entre incivildade e desrespeito, investigando como as candidatas se tornaram alvo do discurso de ódio. Discutiremos a diferenciação entre ódio

explícito e velado, bem como as dimensões-chaves que caracterizam esse discurso. Analisaremos o papel do tipo de comentarista e a presença do elemento "Dilma Presente" nesse contexto. Além disso, investigaremos os recursos linguísticos reveladores de ódio, como o uso de caixa alta, emojis e pontuação. Através desse método de análise, buscaremos compreender as nuances, padrões presentes no discurso de ódio direcionado às candidatas e as dinâmicas de gênero na esfera política contemporânea.

É neste contexto analítico que se busca uma compreensão das interações entre a Era Digital e o discurso de ódio dirigido às mulheres na esfera política. O enfoque recai sobre os casos específicos das candidatas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos, os quais servirão como estudos de caso centrais na investigação em questão. Por meio dessa abordagem, almeja-se discernir as complexidades e inter-relações entre a tecnologia digital contemporânea e as manifestações de ódio de gênero direcionadas às mulheres envolvidas em processos políticos. O estudo desses casos individuais pretende proporcionar uma visão mais nítida das dinâmicas subjacentes ao discurso de ódio, contribuindo para uma compreensão informada e uma reflexão crítica sobre esse fenômeno. A análise detalhada será desenvolvida nos capítulos subsequentes.

2 ERA DIGITAL: MÍDIA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS SOCIAIS

A era digital trouxe transformações significativas nos processos sociais, especialmente no que diz respeito ao papel da mídia e suas implicações nas relações humanas e na esfera pública. A emergência da internet e das mídias digitais alterou a forma como nos comunicamos, interagimos e consumimos informações, resultando em uma profunda reconfiguração do cenário midiático contemporâneo.

Segundo Jenkins (2006), a cultura da convergência, característica da era digital, permitiu a integração de diversas plataformas de comunicação e possibilitou aos indivíduos a criação e disseminação de conteúdo em múltiplos formatos, indo além do tradicional modelo de consumo passivo da mídia. Essa convergência também influenciou a formação de comunidades virtuais, onde pessoas com interesses e valores semelhantes se conectam e trocam informações, criando um espaço público digital.

Nesse contexto, as redes sociais desempenham um papel fundamental, permitindo a conexão entre indivíduos em escala global e viabilizando a construção de identidades

online (Boyd, 2008). Essas plataformas tornaram-se espaços de sociabilidade, participação política e engajamento cívico, proporcionando uma maior democratização do acesso à informação e do debate público (Castells, 2012).

Contudo, é importante destacar que as mídias digitais também apresentam desafios e dilemas para a sociedade. A disseminação de notícias falsas e desinformação nas redes sociais tem se tornado uma preocupação crescente, afetando a confiabilidade das informações e a construção da opinião pública (Wardle & Derakhshan, 2017).

Além disso, a polarização política e a formação de bolhas de opinião são fenômenos que se acentuaram no ambiente digital, com indivíduos tendendo a interagir apenas com pessoas que compartilham de suas crenças e valores (Sunstein, 2017). Outro ponto relevante é a questão da privacidade e segurança dos dados dos usuários, uma vez que a coleta e análise de informações pessoais pelas plataformas digitais suscita preocupações sobre a proteção da privacidade individual e o uso ético desses dados (Zuboff, 2019).

Diante da crescente influência da era digital no meio social, este capítulo tem por objetivo investigar a dinâmica das redes sociais enquanto possíveis ampliadoras das esferas públicas e sua relação com questões de gênero, considerando a necessidade de abordar a dicotomia entre espaço público e privado. Para tanto, destacamos o conceito de literacia mediática, discorrendo sobre seu papel no contexto das redes sociais e analisando o fenômeno do discurso de ódio.

A ampliação das esferas públicas por meio das redes sociais tem sido objeto de discussão acadêmica. Jürgen Habermas (1984), em sua teoria da esfera pública, descreveu-a como um espaço de debate e discussão coletiva, essencial para a democracia participativa. No entanto, com a emergência das plataformas digitais, questionamentos surgem sobre a efetividade desse processo de ampliação, considerando as características da comunicação mediada por computador. Autores como Papacharissi (2002) e Recuero (2012) analisam como as redes sociais podem criar esferas públicas digitais, mas também apontam para a possibilidade de fragmentação e segregação nesses espaços, que podem ser dominados por bolhas de afinidades.

Em relação às questões de gênero, é imprescindível abordar a dicotomia entre espaço público e privado sob a perspectiva feminista. Nesse contexto, a teoria feminista critica a divisão tradicional entre essas esferas, que relegou o espaço privado, associado às atividades domésticas e ao cuidado familiar, à esfera do não-político. De acordo com

autoras como Pateman (1988) e Mouffe (1993), essa separação prejudica a participação política das mulheres, uma vez que suas atividades e experiências no âmbito doméstico são desvalorizadas e despolitizadas.

No que tange à literacia mediática, Jenkins (2006) destaca sua importância na era digital, referindo-se à capacidade de analisar, avaliar criticamente e interpretar as mensagens midiáticas. Ao adentrar o universo das redes sociais, torna-se essencial o desenvolvimento dessa literacia, pois ela possibilita o discernimento entre informações verdadeiras e falsas, bem como a identificação de discursos de ódio e sua deslegitimação.

O fenômeno do discurso de ódio nas redes sociais tem sido objeto de preocupação crescente, especialmente quando direcionado às mulheres. A disseminação de discursos misóginos e ataques virtuais pode afetar negativamente a experiência das mulheres nas plataformas digitais, reforçando estereótipos de gênero e perpetuando desigualdades. Autoras como Phillips (2015) e Hess e Ernst (2017) têm investigado essa problemática, destacando a necessidade de políticas e ações que combatam o discurso de ódio nas redes.

Portanto, este capítulo se propõe a examinar a interseção entre o ciberespaço e as campanhas políticas contemporâneas, bem como a reflexão sobre o papel das redes sociais como ampliadoras das esferas públicas e sua relação com as questões de gênero. A introdução do conceito de literacia mediática e a análise do fenômeno do discurso de ódio contribuirão para uma compreensão abrangente dos impactos da era digital nos processos sociais e políticos.

2.1 O CIBERESPAÇO E A CAMPANHA POLÍTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

O ano de 2020 marcou um momento novo em relação às políticas e eleições no Brasil, devido à pandemia da Covid 19, que teve um impacto direto nas eleições municipais daquele ano. Isso exigiu a adoção de novas estratégias de campanha e transformação para se adaptar às novas recomendações sanitárias. Para cumprir com as medidas de distanciamento social, muitos candidatos precisaram reinventar-se na internet, uma vez que a realização de atividades online se tornou, em muitos casos, a única opção para debater propostas e interagir com os eleitores durante o processo eleitoral.

Considerando, portanto, que o ciberespaço abre possibilidades para comportamentos e expressões culturais que se diferenciam daqueles encontrados no mundo físico, é pertinente trazer à tona o conceito central das teorias de cibercultura proposto por Lévy (1999):

“O ciberespaço (...) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (p. 17)

É importante destacar que a campanha política, em 2020, ocorreu em um período em que as redes sociais digitais, como o Instagram, plataforma utilizada em nossa pesquisa, se tornaram cada vez mais populares. O Instagram foi criado em 2010 e, em 2019, contava com 69 milhões de usuários no Brasil. De acordo com a pesquisa Social Media Trends 2018, promovida pela empresa Kantar, referência em conhecimentos sobre o consumidor, o Instagram é a rede social preferida por 47,1% dos entrevistados.

Segundo a pesquisa conduzida pelo Opinion Box, o Brasil ocupa a segunda posição no ranking dos países que mais utilizam o Instagram, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Desse total, 84% dos usuários afirmam fazer uso diário da plataforma. Durante a pandemia, o acesso ao Instagram intensificou-se para 72% das pessoas. Entre os jovens de 16 a 29 anos, o Instagram é a plataforma mais utilizada por 84% deles. Já entre as pessoas na faixa etária de 40 a 49 anos, 34% preferem essa rede social. Para aqueles com mais de 50 anos, a porcentagem diminui para 17%, de acordo com a pesquisa do Opinion Box realizada em dezembro de 2020. Frente a esse contexto, a Justiça Eleitoral permitiu que os candidatos utilizassem plataformas eletrônicas exclusivas para a campanha, com prazo determinado, ou plataformas pessoais, conforme o artigo 57 da Lei nº 9.504/96.

As oportunidades e desafios que surgem desse progresso têm um impacto direto nas relações políticas, econômicas e sociais. As pessoas começam a adotar comportamentos em novos espaços de comunicação, limitando-se e orientando-se no exercício da sua cidadania devido aos efeitos tecnológicos da informação e da comunicação (PÉREZ LUNO, 2011).

A comunicação passou a seguir, então, um novo paradigma centrado na sociabilização e na socialização, em que a tecnologia é utilizada de forma social (CASTELLS, 2006; AMARAL, 2016). Esse paradigma foi reconfigurado pela dinâmica

de exposição e interação dos atores sociais em ambientes digitais, superando a ideia tradicional de comunicação como uma mediação entre um emissor e um receptor, e ampliando-a para múltiplos polos, com indivíduos, comunidades e sociedade. Dessa forma, novas formas de interação surgem e se desenvolvem nos processos comunicacionais (PRATES, 2014).

As redes sociais, os sites e os aplicativos móveis se tornaram ferramentas cruciais para a comunicação com os eleitores. Os candidatos passaram a realizar comícios virtuais, debates online, transmissões ao vivo e interações por meio das redes sociais. Essa mudança permitiu que eles alcançassem um público mais amplo e diversificado, ultrapassando as barreiras geográficas.

A inovação também se manifestou nas estratégias de comunicação. Os candidatos exploraram formatos criativos, como vídeos curtos, infográficos, animações e memes, para transmitir suas mensagens de forma envolvente e acessível. A linguagem visual se tornou crucial para captar a atenção dos eleitores em meio a um cenário de informações abundantes. As campanhas se adaptaram à realidade virtual, utilizando tecnologias como realidade aumentada e realidade virtual para criar experiências imersivas e interativas. Por exemplo, os eleitores puderam visitar virtualmente comícios, eventos e passeios pelos bastidores das campanhas, tudo de suas casas.

Para compreender uma campanha política e suas estratégias, é fundamental ter uma compreensão prévia de como o campo político é formado, tornando-se um espaço social no qual os cidadãos disputam o direito de representar outros cidadãos. Essas disputas são caracterizadas por diferenças em termos de valores e bandeiras defendidas pelos partidos políticos durante o processo de construção de uma campanha política. Assim, o campo político é concebido como um espaço multidimensional, conforme argumentado por Bourdieu (2003):

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem acolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2003, p. 164).

Entendendo como funciona este espaço, candidatos investiram em plataformas de mensagens instantâneas e videoconferências para se conectar diretamente com os eleitores, ouvindo suas preocupações e respondendo a perguntas de forma

individualizada. A transição para o ambiente digital, a utilização de tecnologias avançadas, a personalização das mensagens e a comunicação direta com os eleitores foram elementos-chave desse novo paradigma. E “[...] os eleitores que utilizaram esta mídia puderam acompanhar de perto todos os passos dos seus candidatos e ter um contato mais direto” (SOUSA, 2010, p. 22). Conforme Moura e Coberlline (2019, p.31), "as redes sociais, especialmente o WhatsApp, desempenharam um papel crucial no processo eleitoral, sendo um terreno fértil para a mobilização emocional e a cristalização de preconceitos e preferências".

Quando os políticos asseguram uma presença regular nas redes sociais, mesmo além do período estipulado para a campanha eleitoral, como ocorre nas plataformas pessoais, eles têm a oportunidade de construir relacionamentos com seus seguidores e expandir sua rede de apoiadores. Ao compartilhar suas atividades políticas com os cidadãos e utilizar os meios digitais como uma forma de prestação de contas e resposta responsiva, os políticos buscam estabelecer conexões e diálogos com os eleitores em suas redes sociais digitais. Esta construção diária entre candidato e eleitor é importante porque a mensagem transmitida pelos políticos ganha ainda mais destaque e alcance no período eleitoral.

No contexto virtual, é possível supor que a construção de "personas" políticas seja ainda mais utilizada como uma ferramenta de propaganda, especialmente por meio das redes sociais, que têm a capacidade de estabelecer relações diretas entre políticos e eleitores, muitas vezes contornando as chamadas mídias tradicionais, como rádio, TV e internet. No entanto, é importante questionar a ideia de que a tendência à personalização seja algo novo; ao contrário, tem sido objeto frequente de estudos e análises no campo da comunicação. Conforme apontado por Jean-Marie Domenach (1963), ela emergiu como uma empreitada organizada com o intuito de influenciar e direcionar a opinião pública:

A amplitude de sua influência avultou de tal maneira, que se impõe falar de um salto qualitativo, mesmo que a intenção do propagandista e certos procedimentos seus tenham, em regra, permanecido inalterados desde a origem das sociedades políticas. (DOMENACH, 1963, p.13).

Segundo o autor, a concentração urbana das massas foi acompanhada por um processo gradual de formação do que posteriormente foi denominado como opinião pública. Com o surgimento das cidades, também surgiu um sentimento de solidão e inquietação. Desde então, têm sido utilizados diversos meios, que vão desde a poesia,

música e artes, até ferramentas de comunicação em constante aperfeiçoamento, como o jornal impresso, o rádio e a televisão, com o propósito de mobilizar e influenciar essas massas ávidas por informações e referências.

De fato, o surgimento da mídia como meio de disseminação de informações é um excelente exemplo do papel da construção discursiva das ideias na manutenção e no exercício do poder na era moderna. Thompson (1999) destaca que a mídia ocupa uma posição central nos estudos da sociedade moderna. Conforme o autor,

O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com o número de outros processos do desenvolvimento que, considerados em sua totalidade, se constituíram naquilo que hoje chamamos de modernidade. (THOMPSON, 1999, p.8)

A relevância política dos meios de comunicação, conforme destacado por Thompson, é respaldada por Miguel (2002). Os autores acreditam que essa importância ainda é subestimada e pouco explorada. Miguel ressalta que ainda enxergamos a sociedade com uma perspectiva do final do século XIX e início do século XX, quando o desenvolvimento dos meios de comunicação estava em seus estágios iniciais e ocupava um papel secundário nos processos que moldaram a chamada sociedade moderna (MIGUEL, 2002, p. 11/12).

Além de simplesmente difundir informações, a mídia tem o poder de "transformar o discurso político" (MIGUEL, 2002, p. 14). Em sua obra "Política e Mídia no Brasil", o autor examina a influência dos meios de comunicação na política brasileira, com ênfase na mídia de massa, especialmente o rádio e a televisão. A contribuição de Miguel para esta pesquisa é significativa, uma vez que ele ilustra, por meio de exemplos de eventos históricos no Brasil, a relação entre as transformações do discurso político e o conceito de personalização.

Com auxílio, cada vez mais destacado, de especialistas em *marketing*, eles (os políticos) procuram projetar imagens – de modernidade, de competência ou de qualquer outro valor que seja perseguido – mediante o corte de cabelo, o vestuário ou a gesticulação. (MIGUEL, 2002, página 15).

Os candidatos se utilizam das redes sociais para criar uma representação de si mesmos, positiva e confiável, com o objetivo de transformá-la em votos. Essa abordagem apresenta uma vantagem estratégica, uma vez que os candidatos podem prescindir dos

meios de comunicação tradicionais como intermediários da informação e, assim, se comunicar diretamente com seus potenciais eleitores. Portanto, as redes sociais não devem ser vistas apenas como espaços de interação social, mas sim como ambientes onde ocorre a construção de sujeitos, identidades e estratégias de poder.

Os candidatos políticos elaboram cuidadosamente suas estratégias para conquistar eleitores e promover suas campanhas. No entanto, é importante ressaltar que os usuários dessas plataformas também desempenham um papel significativo, uma vez que possuem seus próprios comportamentos e reações diante das mensagens políticas veiculadas. Os usuários das redes sociais podem compartilhar, comentar, criticar ou apoiar as postagens dos candidatos, influenciando assim a propagação e a repercussão de suas mensagens. Nesse contexto, as interações entre os candidatos e os usuários assumem um caráter dinâmico e imprevisível, tornando as redes sociais um terreno fértil para o debate político e a formação de opiniões.

No livro "Redes Sociais na Internet", Raquel Recuero destaca que as redes sociais podem ser observadas tanto em contextos offline quanto online, sendo que as redes sociais na internet têm se tornado cada vez mais relevantes e influentes na sociedade contemporânea. A autora explora os diferentes tipos de usuários nas redes sociais, destacando que eles desempenham papéis variados dentro desses espaços. Os usuários podem ser consumidores de conteúdo, produtores de conteúdo, ou mesmo combinar essas funções.

Santaella (2003) explora como as redes sociais digitais têm um impacto significativo na formação e expressão das identidades individuais e coletivas. Ela analisa como as interações e conexões estabelecidas nessas plataformas influenciam a maneira como nos percebemos e nos relacionamos com os outros. Além disso, a autora destaca como as redes sociais também são espaços onde estratégias de poder são construídas e exercidas.

Poranto, ao considerar a contribuição de Santaella, percebemos como as redes sociais são verdadeiros campos de poder e ação, onde as interações online moldam nossas identidades e estratégias de poder, influenciando significativamente a dinâmica social contemporânea:

As redes sociais cumprem o papel de mediadoras do contato com a política, configurando-se como ferramentas de construção de identidades na medida em que através dos conteúdos e interações travadas em seu interior é possível identificar “posições de sujeito” que fornecem modelos de identificação para a construção de identidades pessoais e coletivas e, portanto, reproduzem valores e norteiam a autorrepresentação dos sujeitos na sociedade (SANTAELLA, 2003, p28)

Na verdade, a busca dos políticos pela construção de uma imagem pública perfeita tem se profissionalizado cada vez mais e tem se aprimorado com o auxílio da tecnologia. Diante dessa realidade, é notável que o ciberespaço exerce um papel transformador nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, torna-se fundamental refletir sobre a relevância e o impacto, especialmente considerando o contexto de possibilidades que ele proporciona, como a situação de isolamento social provocada pela pandemia de Covid-19.

Buscando entender qual o papel do ambiente nas ações dos atores nas redes sociais, abordaremos, no próximo tópico, a função da mídia como uma possível esfera pública na contemporaneidade. Compreender o papel desempenhado pela mídia na sociedade é essencial para entender como ela influencia a formação da opinião pública, a construção de discursos e a participação cidadã.

2.2 MÍDIA COMO ESFERA PÚBLICA: PARADOXAL E PERMEADA POR DISPUTAS

Antes da existência e utilização da internet, diversos movimentos sociais já haviam deixado sua marca na história e do movimento feminista. No entanto, com a chegada das redes sociais, é possível afirmar que as organizações sociais passaram a vivenciar uma nova fase de atuação, ampliando o alcance para além do espaço público tradicional. Em outras palavras, a cibercultura possibilitou a expansão do "local" do público para as telas digitais, sem abandonar as bases construídas anteriormente.

Mas enquanto os avanços nas interações em ambientes digitais oferecem um mecanismo favorável para a disseminação de informações e conhecimento entre os seres humanos, também servem como terreno fértil para a amplificação de aspectos conflituosos da realidade e das interações sociais (SANTOS, 2014).

Essas tecnologias aumentam a probabilidade de interpretações equivocadas e hostis devido à limitação da ação discursiva e à ausência de pistas não verbais nos meios de comunicação social (ROST, STAHEL e FREY, 2016). Portanto, é necessário examinar como essa complexa rede de conectividade se relaciona entre os cidadãos e como afeta a dinâmica de comunicação entre representados e representantes políticos.

Segundo Habermas, a Esfera Pública é um espaço ideal de comunicação e debate público, onde os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente, discutir questões de interesse coletivo e influenciar as decisões políticas. É nesse contexto que ocorrem os processos de formação da opinião pública e a contestação do poder estabelecido. No entanto, ele também reconhece que a realidade nem sempre corresponde a esse ideal, pois a Esfera Pública pode ser influenciada por interesses particulares, desigualdades de acesso e manipulações por parte dos poderes estabelecidos.

Ao longo do tempo, o conceito de esfera pública de Habermas continua sendo amplamente discutido e aplicado em estudos de comunicação, teoria política e sociologia, especialmente na análise da mídia, da participação cívica e do funcionamento da democracia em sociedades contemporâneas.

Com o surgimento de uma esfera do social, cuja regulamentação a opinião pública disputa com o poder público, o tema da esfera pública moderna, em comparação com a antiga, deslocou-se das tarefas propriamente políticas de uma comunidade de cidadãos agindo em conjunto (jurisdição no plano interno, autoafirmação perante o plano externo) para as tarefas mais propriamente civis de uma sociedade que debate publicamente [...] (HABERMAS, 2003, p. 69).

Habermas argumenta que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, os burgueses experimentaram uma nova relação entre o público e o privado, o que resultou no surgimento das democracias modernas. Esse contexto levou ao estabelecimento da esfera pública burguesa, onde os chefes de família, proprietários dos meios de produção, se envolviam em debates e deliberações. Nessa perspectiva, a esfera privada do início do capitalismo era composta tanto pela vida íntima familiar quanto pelo comércio de mercadorias. Conforme a visão de Habermas, a esfera pública dividia-se em duas instâncias: a literária e a política, sendo esta última responsável por intermediar as relações entre o Estado e a sociedade. Contudo, o surgimento dos meios de comunicação de massa no início do século XX provocou profundas mudanças nessa esfera pública burguesa, ampliando a chamada "opinião pública" para além dos homens proprietários e

majoritariamente letrados. Com a disseminação da imprensa e da propaganda, o público se expandiu de maneira informal.

Para Habermas, essa ampliação do público resultou na necessidade de mediação do Estado em relação aos conflitos que anteriormente ficavam restritos à esfera pública burguesa. Isso incluiu o interesse e a participação das mulheres e outros grupos. Conseqüentemente, leis começaram a ser aprovadas sob a pressão das ruas. O autor comenta sobre fenômeno:

As leis, que surgem sob a “pressão das ruas”, dificilmente podem ser compreendidas a partir do consenso razoável de pessoas privadas discutindo publicamente. As leis correspondem, de modo mais ou menos franco, a compromissos entre interesses privados concorrentes (HABERMAS, 2014, p.309)

O livro de Habermas é objeto de críticas por parte das intelectuais feministas. Nancy Fraser (1996) destaca duas principais críticas ao trabalho do autor. Primeiramente, ela contesta a proposição de Habermas de que os interlocutores na esfera pública debatem como iguais. Fraser argumenta que as posições assimétricas presentes nas sociedades contemporâneas também se reproduzem na esfera pública, o que dificulta um debate genuíno entre homens e mulheres, especialmente considerando a baixa representatividade política das mulheres até hoje.

Além disso, Fraser questiona a ideia de que exista apenas uma esfera pública nas democracias contemporâneas. Ela argumenta que em sociedades estratificadas e multiculturais há a existência de diversos públicos, inclusive os contra-hegemônicos, o que enriquece o debate, inclusive na mídia. A feminista enfatiza que a esfera pública não deve se limitar apenas a questões relativas ao bem comum, mas também deve abarcar questões privadas, como a violência doméstica, que têm relevância social e política.

Em uma nova edição de "Mudança estrutural da esfera pública", lançada em 1990, Habermas reconhece diversas falhas apontadas em sua análise inicial sob o ponto de vista das mulheres. Em 1962, o autor afirmava que, apesar de excluídas da esfera pública política, as mulheres participavam ativamente da esfera pública literária. No entanto, ele admite que a produção intelectual feminista posterior ao lançamento do livro despertou a percepção para o caráter patriarcal da própria esfera pública, a qual se estendia ao público leitor, composto também por mulheres, e assumia funções políticas (HABERMAS, 2014, p.44-5). Essa revisão de Habermas reflete a importância das críticas feministas em promover uma análise mais abrangente e sensível às questões de gênero na esfera pública.

É pertinente enfatizar que Habermas reconhece as críticas vigorosas dirigidas ao seu enfoque exclusivo no debate racional como garantia dos melhores resultados. Em obras posteriores, ele admite que diversos outros fatores exercem influência sobre o debate público, com destaque para a mídia. Além disso, é relevante ressaltar que a teoria feminista critica a divisão entre as esferas pública e privada exatamente por reconhecer sua presença no modelo de democracia contemporâneo. Essa crítica aponta para a importância de considerar a interação e a influência mútua entre essas esferas na análise das dinâmicas sociais e políticas.

O objetivo é a correção de rumos, não a negação do fenômeno sociológico. Os feminismos, por sua vez, reconhecem que a mídia amplia a esfera pública, permitindo a participação de novos públicos. Haraway (2019) explica que as redes cibernéticas e as tecnologias de comunicação virtuais desempenham um papel fundamental na imposição de novas relações sociais para as mulheres. Essas ferramentas digitais têm proporcionado uma hibridização do espaço público dos movimentos feministas, um fenômeno que Castells (2013) descreve como "espaço de autonomia":

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. (CASTELLS, 2013, p. 165)

Dentro deste espaço, Fraser (1996) faz distinção entre públicos fortes e fracos, com diferentes capacidades de influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, as decisões políticas. Nesse contexto, emerge a disputa contra hegemônica e o surgimento de narrativas contrárias ao status quo. Autoras como Panke (2016) enfatizam a relevância de candidaturas femininas investirem em marketing de campanha, visando construir a melhor representação possível de suas candidaturas para dialogar com os eleitores e superar preconceitos patriarcais enraizados social e culturalmente.

Nesse contexto, a literacia midiática emerge como uma ferramenta essencial para que candidatas e eleitorado desenvolvam habilidades críticas de análise e interpretação

de conteúdos midiáticos, possibilitando um engajamento informado e consciente com as campanhas políticas e, conseqüentemente, contribuindo para uma maior conscientização sobre questões de gênero e representatividade na esfera pública. Poque é neste mesmo cenário, compreendido como uma ampliação da esfera pública, paradoxal e permeado por disputas, que as mulheres conseguem expor suas lutas e ideologias (Habermas, 1984; Oliveira & Fernandes, 2011; Thompson, 2013).

Mas o que é literacia midiática, então? O conceito tem se tornado cada vez mais relevante na discussão sobre aspectos da sociedade convergência. Desde a década de 80, o assunto tem sido estudado e seu nome varia em alguns países. No Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, chama-se Media literacy; em Portugal fala-se Literacia dos media; na Espanha trata-se de Competência midiática; e, no Brasil de Letramento midiático.

Para discutir a relação entre a literacia midiática e as novas mídias digitais, é importante abordar a maneira como a nossa existência no mundo é afetada pelo advento da tecnologia digital. As transformações tecnológicas têm proporcionado uma nova forma de transitar e interagir com a informação, diferenciando-se do mundo analógico. Nesse contexto, consideramos que as tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel fundamental na sociedade contemporânea. Elas também têm influência na dinâmica política interna dos Estados e nas relações entre países.

Um aspecto diferenciador dessa transformação social é a rápida disseminação global das tecnologias de informação, embora de forma desigual, entre as décadas de 1970 e 1990. Castells destaca algumas características centrais desse paradigma:

a) A informação é a matéria-prima desse novo contexto, com tecnologias que visam agir sobre a informação, não apenas utilizar informações para agir sobre a tecnologia, como nas revoluções anteriores.

b) Os efeitos das novas tecnologias têm uma ampla penetração, uma vez que a informação está presente em todas as atividades humanas. Isso significa que todos os processos sociais têm sido moldados progressivamente pelas tecnologias de informação.

c) A lógica de redes tem permeado os modos de interação e organização social, tornando-se uma característica fundamental desse novo paradigma.

d) A convergência tecnológica tem impulsionado um sistema altamente integrado de dispositivos tecnológicos, permitindo a interconexão e interoperabilidade entre diferentes aparelhos.

Para lidar com características específicas e que influenciam diretamente na vida cotidiana, estudos na área se fizeram. Independentemente da nomenclatura adotada, a Literacia Midiática engloba um conjunto de habilidades e competências que visam capacitar os indivíduos a compreender, analisar e criar mensagens nos diferentes meios de comunicação. Trata-se de um processo que vai além da simples leitura e escrita, envolvendo também a interpretação crítica, a consciência das influências e impactos das mídias, a capacidade de se comunicar de forma eficaz e ética, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a inteligência coletiva tem um potencial significativo para o desenvolvimento de habilidades e competências de forma informal. No entanto, é importante reconhecer que essa dinâmica sociocultural não ocorre de forma isolada, mas está sujeita a relações hierárquicas entre membros, corporações e até mesmo informações. É nesse contexto que o conceito de literacia midiática, conforme definido por Borges (2014), desempenha um papel crucial.

Segundo Borges (2014), a literacia midiática consiste na capacidade de realizar leituras críticas e expressões criativas a partir das mídias. Trata-se de compreender os contextos, limitações e organizar-se de forma a transmitir ideias e valores que estimulem o pensamento crítico. Essas habilidades são essenciais para o exercício da cidadania na era da sociedade em rede.

No ambiente digital, em que a informação circula de forma rápida e ampla, é fundamental que as pessoas sejam capazes de discernir entre diferentes fontes, avaliar a veracidade das informações e compreender os possíveis interesses por trás delas. Além disso, a expressão criativa por meio das mídias permite que as vozes individuais sejam ouvidas e que novas perspectivas sejam compartilhadas.

A literacia midiática, portanto, está diretamente relacionada ao fortalecimento das habilidades e competências necessárias para a participação cidadã ativa. Compreender os contextos, limitações e desenvolver a capacidade de promover ideias e valores que enfatizem o pensamento crítico são elementos fundamentais para uma participação informada e engajada na sociedade em rede.

Conforme destacado por Joan Ferrés e Alejandro Piscitelli (2015), adquirir competências midiáticas é essencial para aproveitar o potencial da cultura participativa, que caracteriza a era digital. Isso implica desenvolver a capacidade crítica de questionar, problematizar e analisar as informações recebidas por meio das mídias, levando em

consideração o contexto em que são produzidas, os interesses envolvidos e as possíveis manipulações. E ao adquirir competências midiáticas, os indivíduos se tornam mais capacitados para participar ativamente da sociedade em rede, compartilhando suas próprias perspectivas, interagindo com outras pessoas e contribuindo para a construção coletiva do conhecimento.

À luz das novas tecnologias digitais e da cultura participativa (JENKINS, 2009) por elas possibilitada, os pesquisadores Joan Ferrés e Alejandro Piscitelli (2015) estabelecem seis dimensões para análise da competência midiática:

1. Linguagem: Refere-se ao conhecimento e compreensão da linguagem midiática, incluindo elementos como símbolos, códigos, signos e narrativas. Compreender a linguagem midiática é essencial para interpretar e decodificar as mensagens transmitidas pelas mídias.

2. Tecnologia: Envolve o entendimento e a habilidade de utilizar as tecnologias de comunicação e informação, tanto as básicas quanto as mais avançadas. Isso inclui familiaridade com dispositivos, softwares e plataformas digitais, bem como a capacidade de se adaptar às mudanças tecnológicas.

3. Processos de interação: Diz respeito à capacidade de interagir de forma crítica e responsável com as mídias e com outros usuários. Isso envolve participar de diálogos, debates e discussões, compartilhar informações, ouvir diferentes perspectivas e respeitar a diversidade de opiniões.

4. Processos de produção e difusão: Refere-se à capacidade de criar e compartilhar conteúdo midiático. Isso inclui habilidades de produção, edição e distribuição de conteúdo, seja por meio de texto, imagem, áudio ou vídeo. Compreender os processos de produção e difusão ajuda a discernir a qualidade e a autenticidade das informações encontradas nas mídias.

5. Ideologia e valores: Engloba a reflexão crítica sobre as mensagens, valores e ideologias presentes nas mídias. Isso implica questionar as intenções por trás das mensagens midiáticas, identificar possíveis vieses e manipulações e desenvolver um senso crítico em relação às ideias e valores veiculados.

6. Estética: Envolve a apreciação e a interpretação estética das produções midiáticas. Isso inclui a compreensão dos elementos estéticos, como design, fotografia, música e cinematografia, e a capacidade de analisar como esses elementos influenciam a recepção e a interpretação das mensagens midiáticas.

Ao considerar essas seis dimensões, os pesquisadores buscam fornecer uma perspectiva abrangente sobre a competência midiática, reconhecendo a importância de abordar não apenas os aspectos técnicos, mas também os aspectos críticos, éticos, estéticos e socioculturais relacionados ao uso e compreensão das mídias. Essa abordagem multidimensional é fundamental para que os indivíduos possam participar de forma ativa e consciente na sociedade contemporânea, explorando e aproveitando o potencial das novas tecnologias digitais e da cultura participativa.

Para cada uma dessas dimensões, os pesquisadores propõem indicadores-chave, abordados a partir de dois âmbitos principais: o da análise e o da expressão. Tal divisão se justifica na medida em que o desenvolvimento de competências midiáticas pelos cidadãos e cidadãs deve se dar não somente em relação a mensagens produzidas por terceiros, mas também no que diz respeito àquelas produzidas por eles e elas mesmas:

Tabela 1: Indicadores-chaves

Dimensão	Análise	Expressão
Linguagem	Compreensão de códigos, símbolos e narrativas midiáticas, interpretação de significados e mensagens transmitidas pela linguagem midiática.	Utilização adequada da linguagem midiática para comunicar ideias, emoções e informações de forma clara e efetiva.
Tecnologia	Conhecimento sobre o funcionamento e utilização de dispositivos, softwares e plataformas digitais.	Habilidade em utilizar as tecnologias digitais para criar e compartilhar conteúdo, explorar diferentes recursos e ferramentas tecnológicas.
Processos de interação	Capacidade de participar de diálogos, debates e interações nas mídias, compreender diferentes perspectivas e respeitar a diversidade de opiniões.	Engajamento ativo nas mídias, contribuindo com ideias, comentários e feedbacks construtivos, promovendo interações saudáveis e respeitadas.
Processos de produção e difusão	Avaliação crítica das técnicas e estratégias de produção e difusão de conteúdo midiático, identificação de possíveis vieses e manipulações.	Criação de conteúdo midiático original, utilização de técnicas e recursos adequados para produção, edição e distribuição de conteúdo.
Ideologia e valores	Análise crítica das mensagens midiáticas em relação a valores, ideologias e possíveis influências políticas, econômicas e sociais.	Expressão de opiniões embasadas em valores éticos e críticos, promoção de conteúdo que reflita diversidade, inclusão e justiça social.
Estética	Compreensão e apreciação dos elementos estéticos presentes nas produções midiáticas, como design, fotografia, música e cinematografia.	Utilização criativa e consciente dos elementos estéticos na criação de conteúdo, considerando sua influência na recepção e interpretação das mensagens.

Essa divisão em análise e expressão busca enfatizar a importância de desenvolver tanto a capacidade de compreender e interpretar as mensagens midiáticas, como também a habilidade de criar e expressar conteúdo próprio, de forma crítica e reflexiva. Ao promover a participação ativa e consciente dos cidadãos e cidadãs na produção e consumo de mídia, a competência midiática contribui para uma participação informada e engajada na sociedade em rede.

Conforme apontado por Setton (2010), Fantin (2008) e Fischer (2008), a internet e as mídias eletrônicas não apenas fornecem acesso a uma ampla gama de conhecimentos, mas também são responsáveis por criar visibilidades e construir discursos sobre a realidade:

A internet e as mídias eletrônicas se configuram como espaços de comunicação, mas também de socialização e aprendizagem. Elas produzem valores e informações que ajudam os indivíduos a organizarem as suas ideias e as suas vidas, mas também criam visibilidades e enunciações sobre a realidade (SETTON, 2010; FANTIN, 2008; FISCHER, 2008)

Ao fazer uso dessas redes sociais, as candidatas buscam se aproximar dos eleitores, apresentar suas propostas, compartilhar eventos de campanha, dialogar com o público e mobilizar apoiadores. Essa exposição direta permite que as candidatas abordem temas que podem ser considerados sensíveis ou que estão fora da agenda política tradicional. Elas podem trazer à tona questões relacionadas à igualdade de gênero, direitos das mulheres, combate à violência de gênero, maternidade, saúde reprodutiva, entre outros assuntos que são importantes para elas e para o eleitorado feminino. Ao sair da agenda machista e trazer temas que muitas vezes são ignorados ou subestimados, as candidatas podem desafiar as normas estabelecidas e ampliar o debate público. Elas têm a oportunidade de trazer perspectivas diferentes, promover a conscientização e inspirar outras mulheres a se envolverem na política.

Em função da fusão de fronteiras entre o público e o privado, se manifestam os ciberfeminismos. Iniciada na década de 1990, esta corrente se estabelece como uma forma de ocupação política do ciberespaço, em que feminismos são praticados sob influência da cibercultura junto às possibilidades que a virtualidade e as redes sociais permitem. Ao perceber os coletivos ciberfeministas como fontes de informação, Woida (2020) pontua:

(...) o ciberfeminismo, enquanto movimento social, distante de ser uníssono sobre quais problemas são importantes e quem deve fazer parte de tal movimento, busca ser um lugar de fala como prática inerente ao feminismo, como explicita Tiburi (2019, p.55), bem como um lugar propício para criar conteúdos, refletir e agir propagando informações via Web, visando conscientizar e conseguir adesão ao movimento, uma vez que a violência e os padrões patriarcais instituídos contra a mulher não estão apenas no mundo físico, mas também no ambiente Web, especialmente nas redes digitais. (p. 2)

Além disso, as redes sociais permitem que as candidatas compartilhem suas experiências pessoais e histórias de vida, humanizando sua imagem e fortalecendo sua conexão com o eleitorado. Isso contribui para que as candidatas sejam vistas como pessoas reais, com vivências e aspirações, e não apenas como figuras distantes e inacessíveis.

No entanto, é importante ressaltar novamente que, embora as redes sociais tenham um potencial transformador, elas também apresentam desafios. A disseminação de discursos de ódio, a propagação de informações falsas e a polarização política podem afetar o ambiente digital e dificultar o diálogo construtivo.

2.3 REDES SOCIAIS E A EXACERBAÇÃO DOS DISCURSOS DE ÓDIO

Em seu livro “Redes Sociais na Internet”, Raquel Recuero conceitua o mecanismo das redes sociais e seus usuários:

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p.24)

O cenário composto pela interação entre mídia e política tem sido palco de intensas discussões, resultando em impactos significativos na vida de diversas pessoas. O discurso de ódio, especialmente quando relacionado ao âmbito político, tornou-se uma rotina nas redes sociais. Cada usuário, atuando como enunciador, protagoniza discussões sem limites aparentes. A própria noção de pós-modernidade, por sua vez, permanece como um tema altamente polêmico, carecendo de consenso entre os estudiosos.

Existem muitos fatores pelos quais esse discurso é disseminado com facilidade nas redes sociais. Alguns deles são a velocidade e o longo alcance desse meio, a dificuldade de identificação e a possibilidade de atuação anônima, a impunidade e o distanciamento geográfico, que não permite o confronto face-a-face. Portanto, conforme Glucksmann, as mídias sociais facilmente mobilizam um grande grupo de indivíduos que podem, com uma simples postagem, gerar uma discussão polêmica, que resulta em falas odiosas motivadas pela discordância entre dois ou mais pontos de vista.

Mas o que seria ódio? Há intensas discussões sobre as diferentes manifestações e gradações do desrespeito, da ofensa, da incivilidade e, em determinados casos, do discurso do ódio em si. O termo é originado do inglês hate speech e de acordo com Silva, Nichel, Martins, Borchartt (2011) é uma manifestação segregacionista, baseada na

dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor.

Para Brugger (2007), o discurso de ódio consiste na manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, geralmente, as minorias. Diaz (2011) destaca que o discurso do ódio deve ser mais que uma manifestação de antipatia, deve indicar a hostilidade contra determinado grupo. Consoante Meyer-Plufg (2009), a concepção de incitação à discriminação é o elemento nuclear para a identificação.

De acordo com Cohen-Almagor (2000), o discurso do ódio é especialmente “prejudicial”. Não só é “ofensivo”, mas potencialmente silencia os membros dos grupos-alvo e interfere em seu direito ao igual respeito e tratamento. Além disso, os comentários odiosos podem reduzir o membro do grupo-alvo para mudez ou chocá-los ao silêncio. Cohen-Almagor ainda observa que o discurso do ódio pode minar a autoestima do indivíduo na comunidade e levar a crimes de ódio e reforça que “o impacto dos sites cruéis não deve ser ignorado ou subestimada, pois cada vez mais a evidência mostrou que a questão não são meras palavras”.

Já Glucksmann (2007, p. 11) afirma que “o ódio nada mais é do que o resultado deteriorado da ausência de educação. Educação que se vangloria de abolir o que não existe”. Segundo o autor, o ódio só se manifesta em circunstâncias favoráveis, nas quais é possível liberar a vontade de destruir sem um motivo lógico. Dessa maneira, o discurso de ódio se propaga entre grupos que, devido a questões sociais, se sentem superiores e diferentes dos demais.

Esse ódio, que já está presente na sociedade, ganha visibilidade e ressonância nos sites de redes sociais, o que amplia sua força e reprodutibilidade (RECUERO, 2014, online). O fato de os comentários se concretizarem no espaço virtual, sem a dimensão face a face da interação, também pode implicar uma aceleração da hostilidade em determinadas situações, pois o leitor, ao se sentir distante dos demais participantes da conversação e da própria presidenta, que é o foco principal da notícia, não receia em expor o que pensa. “Por isso, a conversação em rede é um espaço frutuoso para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e, mesmo, pela propagação da violência” (RECUERO, 2013, p. 62).

O aumento da agressão online coletiva direcionada a personalidades de interesse público tem impulsionado pesquisas sobre discurso de ódio, incivilidade e desrespeito nas

redes sociais. Um corpo crescente de estudos tem investigado a civilidade no contexto do discurso político, com foco principalmente na pesquisa empírica sobre a amplitude e os efeitos do discurso de ódio na esfera política. (BROOKS & GEER, 2007, FRIDKIN & KENNEY, 2008, MUTZ, 2007, MUTZ & HERBST, 2010; JAMIESON, 1997, 2011; PAPACHARISSI, 2004; REEVES, 2005; SOBIERAJ & BERRY, 2011; USLANER, 1993).

Os perfis nas redes sociais de atores políticos, partidos políticos, veículos jornalísticos, celebridades e outros criam um ambiente propício para a ocorrência de incivilidade online (BARBERÀ, JOST, NAGLER, TUCKER & BONNEAU, 2015; PFEFFER, ZORBACH & CARLEY, 2013). Nesses cenários, os usuários das redes sociais podem interagir de forma aleatória com estranhos que se inscreveram nas mesmas páginas. Embora os seguidores possam ter interesses específicos em comum, é provável que sejam diversos em termos de características pessoais, preferências e formas de interação social (BARBERÀ, RIVERO, 2015).

No que diz respeito à política, a internet continua sendo um espaço relativamente novo e em constante expansão, que está abrindo caminhos por meio de uma interação bidirecional: interação e conectividade diretas entre as pessoas podem ser propícias para construir um ambiente de debates. Um dos principais teóricos que busca compreender o papel da tecnologia e sua relevância para o desenvolvimento da sociedade atual enfoca especificamente o ciberespaço como objeto de estudo. Pierre Lévy, em sua obra "Ciberdemocracia" publicada em 2002, explora o conceito de ciberdemocracia, investigando a relação entre o ciberespaço e a política.

Lévy propõe o termo "governança mundial cibernética", que refere-se a um novo tipo de Estado que é transparente e está a serviço da inteligência coletiva. Ele argumenta que o surgimento das novas tecnologias, que aceleram o tempo e diminuem a distância, tem um aspecto positivo ao facilitar a comunicação direta e a troca de informações em tempo real. Ele destaca a importância da interação e da conectividade direta entre as pessoas, afirmando que o ciberespaço tem o potencial de promover debates "puros", nos quais ideias e argumentos prevalecem sobre outros interesses. (LÉVY, 2002)

Nesse contexto, é relevante mencionar o trabalho de Boyd (2014), que analisou o fenômeno do cyberbullying e da disseminação de discursos de ódio nas redes sociais. A autora destaca como a anonimidade e a falta de responsabilização em ambientes online podem encorajar comportamentos agressivos e prejudiciais.

Allcott e Gentzkow (2017) exploram o papel das redes sociais na disseminação de notícias falsas e conteúdos enganosos. Embora seu estudo não se concentre especificamente no discurso de ódio, suas conclusões sobre o poder das redes sociais em amplificar informações enganosas e polarizar opiniões são relevantes para entender o papel dessas plataformas na propagação de mensagens negativas e prejudiciais.

Quanto à questão de gênero, autoras como Hoffmann e Rainie (2014) têm investigado como as redes sociais podem ser usadas para disseminar discursos de ódio e violência dirigidos às mulheres, especialmente em contextos políticos. Elas enfatizam como a violência online pode ter efeitos profundos na participação política e no bem-estar emocional das mulheres.

2.4 O ÓDIO ÀS MULHERES

Ao se candidatar à política, as mulheres se expõem a diversos desafios e obstáculos que muitas vezes são específicos de gênero. Além das pressões e exigências inerentes à vida política, as mulheres enfrentam estereótipos de gênero, discriminação, sexismo e até mesmo violência política. A exposição pública também pode resultar em ataques pessoais, difamação e disseminação de discurso de ódio, muitas vezes direcionados à aparência física, vida pessoal e habilidades políticas das mulheres. Essa exposição pode afetar negativamente a participação das mulheres na política, levando à desigualdade de representação e à sub-representação feminina nos espaços de poder.

Elas enfrentam diversos exemplos de discurso de ódio, que incluem, mas não se limitam a:

1. Misoginia: Expressões de ódio e desprezo direcionadas especificamente às mulheres, baseadas em estereótipos de gênero e visões desvalorizantes.
2. Slut-shaming: Criticar, estigmatizar e humilhar mulheres com base em sua sexualidade ou comportamento sexual, buscando controlar sua liberdade sexual.
3. Body-shaming: Fazer comentários ofensivos sobre a aparência física das mulheres, incluindo ataques ao peso, forma do corpo, rosto, etc., com o objetivo de causar constrangimento e insegurança.
4. Violência verbal: Utilização de linguagem agressiva e ameaçadora, incluindo insultos, xingamentos e ameaças de violência física ou sexual.

5. Disseminação de estereótipos negativos: Propagação de estereótipos negativos e prejudiciais sobre as mulheres, reforçando papéis de gênero restritivos e discriminatórios.

6. Cyberbullying: Assédio, intimidação e difamação online, por meio de mensagens, comentários ou posts difamatórios, visando causar danos emocionais e psicológicos.

7. Discurso de ódio político: Ataques baseados em gênero contra mulheres envolvidas em política, buscando desqualificá-las ou minar sua participação no processo político.

As violências e desigualdades de gênero são resultado de uma estrutura social e cultural profundamente enraizada, conhecida como patriarcado. Esse sistema sociopolítico e econômico é baseado na dominação das mulheres e crianças, que são objetificadas e tratadas como propriedades dos homens, que detêm poder sobre todas as esferas de suas vidas. Essa construção patriarcal influencia e perpetua as diversas formas de violência e opressão vivenciadas pelas mulheres (SOUZA, 2015).

Escobar (2019) enfatiza que a disseminação de ideias misóginas está diretamente ligada à propagação de discursos de ódio. Esses discursos desempenham um papel crucial na incitação e perpetuação dessas ideias prejudiciais. Como bem sabemos, o discurso é uma ferramenta poderosa no processo de dominação e construção do poder. Foucault (1996) nos mostra como o discurso opera como um sistema regulado por regras na construção da realidade, moldando e influenciando a maneira como os sujeitos se percebem e se posicionam dentro desse discurso.

O discurso, sendo construído historicamente, é uma entidade mutável que se adapta de acordo com o contexto, as relações sociais e de poder, e, acima de tudo, depende daquele que o detém. Aquele que domina o discurso, por sua vez, exerce controle sobre os quatro mecanismos do poder e, além disso, tem influência sobre todos os corpos. É importante ressaltar que o discurso, como observado pelo filósofo, não se refere apenas às palavras proferidas, mas também à estrutura subjacente que permeia o que é dito ou não, a distinção entre verdade e mentira, o que é considerado válido ou inválido, moldando assim o simbólico e o conhecimento.

No contexto brasileiro, há uma percepção generalizada de uma grande polarização no cenário político, especialmente após as manifestações nas ruas e nas redes digitais em 2013. Essa polarização se intensificou com uma série de eventos políticos subsequentes,

como a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014 por uma margem estreita, a atuação da operação Lava Jato e as constantes denúncias de corrupção, além da profunda crise econômica que culminou no pedido e na efetivação do impeachment da presidenta. É evidente que essa polarização ganhou força nas redes sociais, que se tornaram palco de inúmeras disputas simbólicas entre os dois lados envolvidos, com o discurso de ódio ganhando força nesses conflitos.

Nas eleições gerais e presidenciais de 2018, o Brasil testemunhou um aumento no engajamento online, o que resultou também no aumento da disseminação de desinformação e discursos de ódio com motivações político-ideológicas. Oliveira et al. (2021) argumentam que, com a ascensão de Bolsonaro, um candidato com uma agenda de extrema direita, houve uma propagação do discurso misógino e de confronto com as minorias, com ataques direcionados às mulheres, à comunidade LGBTQ+, às pessoas negras e aos povos indígenas. Essas práticas se mantiveram e se intensificaram durante as eleições municipais de 2020, reforçando o discurso de ódio, que muitas vezes está ligado à violência política de gênero.

A violência política é definida como qualquer ação, comportamento ou omissão, com o objetivo de intimidar, anular, impedir, chantagear, abusar ou restringir os direitos políticos das pessoas. Ela afeta grupos sociais específicos marcados por fatores como gênero, raça, sexualidade e idade, impactando principalmente o exercício da vida política de mulheres, pessoas negras, idosas e LGBTQIAPN+.

Autoras como Young (2014) e Rossiter (2018) destacam como a violência política contra as mulheres pode ser sutil e disfarçada, ocorrendo através de discursos que desqualificam a voz e a atuação política das mulheres. Essa forma de violência se manifesta na descredibilização de suas ideias e experiências, bem como na propagação de estereótipos de gênero que visam diminuir sua importância e influência na esfera pública.

Além disso, a misoginia e a discriminação de gênero têm sido identificadas como fatores-chave que impulsionam a violência política contra as mulheres (Celis et al., 2017; Krook, 2017). Essas formas de discriminação estão profundamente arraigadas em estruturas sociais e políticas, tornando as mulheres alvo de ataques e hostilidades em suas trajetórias políticas.

Para combater a violência política contra as mulheres, autoras como Matland (2017) enfatizam a importância de políticas de igualdade de gênero que promovam a

representação e a participação política das mulheres. É fundamental criar espaços seguros e inclusivos para que as mulheres possam exercer sua cidadania plenamente, sem medo de retaliações e violência.

A questão da violência política sob o pretexto de liberdade de expressão é uma preocupação crescente no cenário contemporâneo. O uso indevido da liberdade de expressão para disseminar discursos de ódio e violência tem consequências significativas para a vida política e social das mulheres. Esse fenômeno tem sido objeto de análise e denúncia por parte de pesquisadoras e teóricas feministas.

Autoras como MacKinnon (2018) destacam como o discurso de ódio direcionado às mulheres na política é uma forma de violência simbólica que visa desvalorizar e silenciar suas vozes, contribuindo para a exclusão e a marginalização política das mulheres. Essas violências muitas vezes são mascaradas sob o pretexto da liberdade de expressão, o que torna o combate a esse tipo de comportamento ainda mais complexo.

Para Nussbaum (2018), o discurso de ódio é uma ameaça à democracia, pois mina os princípios de igualdade e respeito que são fundamentais para a convivência democrática. A apropriação da liberdade de expressão para legitimar a violência política é uma forma de abuso do poder e de perpetuação das desigualdades de gênero na esfera pública.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em um relatório publicado em 2013, destaca que a liberdade de pensamento e expressão é um princípio fundamental em qualquer sociedade democrática. Essa liberdade é considerada a base para a garantia dos direitos humanos e para o pleno funcionamento de uma sociedade livre e aberta. No entanto, é importante ressaltar que a liberdade de expressão não é absoluta e não deve ser utilizada como justificativa para o discurso de ódio, a difamação, a incitação à violência ou qualquer forma de violação dos direitos das pessoas.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos reconhece a importância da liberdade de expressão como um direito fundamental. O Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece o direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, incluindo a busca, recebimento e disseminação de informações e ideias de todas as naturezas, independentemente de fronteiras, por meio de diferentes meios de comunicação.

A partir das premissas relacionadas à liberdade de expressão, começou-se a questionar a ideia de que qualquer forma de expressão não pode ser silenciada. No

contexto jurídico, por exemplo, o termo "liberdade de expressão" não se refere à disseminação ilimitada de palavras ou escritos, mas é fundamentado em certas dimensões que, quando extrapoladas, podem se configurar como discurso de ódio.

Nesse sentido, uma reflexão importante é apresentada por Catherine MacKinnon (1988), cujo argumento central é que o discurso de ódio tende a silenciar ou sobrepor a expressão. Em seus estudos, que se concentram na questão da mulher e nos diversos elementos discursivos que subjagam ou impossibilitam as mulheres, ao refletir sobre a pornografia e suas consequências para o feminino, ela enfatiza:

Às mulheres, as quais vivem em silêncio social, político e legal, é dito que a liberdade de expressão é um direito inviolável e que qualquer tentativa de restringi-lo a qualquer pessoa, restringe-o também às mulheres. Embora as mulheres tenham sido excluídas do acesso aos meios de comunicação, do diálogo político; embora as mulheres sejam forçadas a um silêncio social, pelo desrespeito e pelo terrorismo; embora as mulheres sejam excluídas da participação nas instituições as quais articulam a política social; as mulheres devem prezar pelos direitos de expressão, prezando pelos direitos daqueles os quais as têm excluído. (DWORKIN & MACKINNON, 1988, p. 23)

O distanciamento entre o direito de expressão no contexto das relações sociais revela, também, a desigualdade existente entre os gêneros. Nesse sentido, a cultura machista e suas diversas manifestações contribuem para que o discurso de ódio prevaleça sobre a liberdade de expressão, ridicularizando e subjagando indivíduos pelo simples fato de serem mulheres.

Em 2016, a ONG Comunica que Muda divulgou os resultados de uma pesquisa realizada nas redes sociais, cujo tema era "discursos de ódio na internet". Os dados obtidos revelaram que o segundo tema com maior número de mensagens foi o ódio às mulheres. Muitos internautas parecem não entender que lugar de mulher é onde ela quiser, e a misoginia se alastra pelas redes. Assédio, pornografia de vingança, incitação ao estupro e outras violências são, por vezes, travestidos de 'piadas' que são curtidas e compartilhadas, reforçando no ambiente virtual o machismo presente na sociedade.

Para Hooks (2019, p. 95), “A violência patriarcal [...] é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de forças coercitivas”:

O termo ‘violência patriarcal’ é útil porque, diferentemente da expressão ‘violência doméstica’, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligado ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. (HOOKS, 2019, p. 95).

A representatividade feminina na política é uma questão política cada vez mais urgente. Nas últimas eleições brasileiras em 2018, constatou-se que as mulheres ocuparam apenas 15% das cadeiras no novo congresso, de acordo com informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral em março de 2019. Essa realidade persiste mesmo após a sanção da Lei nº 13.165, de 2015, que estabelece uma porcentagem mínima e máxima de candidaturas de cada sexo.

A representatividade política é predominantemente ocupada por homens, o que é resultado de uma construção histórica. Portanto, quando uma mulher consegue ingressar nesse território, ela se depara com um ambiente permeado por machismo, sexismo e misoginia. Ela não é discriminada por ser diferente, mas acaba se tornando diferente devido à necessidade de enfrentar a discriminação e a desigualdade de gênero.

De acordo com o recente estudo Estatísticas de Gênero, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres desempenham, em média, três horas a mais de trabalho por semana do que os homens, conciliando atividades remuneradas, tarefas domésticas e cuidados com pessoas. Apesar de possuírem um nível educacional mais elevado, as mulheres recebem, em média, 76,5% do salário dos homens, mesmo ocupando cargos semelhantes em algumas situações.

Ao compreender a dicotomia entre espaços públicos e privados, é possível constatar como eles adquirem significados distintos para homens e mulheres. Ao analisar a construção desses espaços através de uma perspectiva que privilegia os homens, fica evidente como o âmbito público e privado se conectam, tornando mais desafiadora a presença feminina no mundo profissional, na vida pública e em posições políticas. Além disso, essa dualidade convencional entre público e privado também contribui para uma série de violências vivenciadas no âmbito privado. Compreender essas dinâmicas é essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde homens e mulheres possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades em ambos os espaços.

Segundo Miguel e Biroli (2014), ao investigar as relações entre os espaços público e privado, é possível questionar a "naturalização" da conexão entre espaço e gênero, onde o espaço público é associado ao masculino e o espaço privado ao feminino. Essa abordagem também permite revelar a história muitas vezes negligenciada da construção desses espaços e sua relação com os direitos individuais.

De acordo com os autores, na Era Moderna, a esfera pública é impregnada por princípios de racionalidade e impessoalidade, de natureza universal, enquanto o espaço privado é considerado mais íntimo e pessoal. Nesse contexto, percebe-se uma persistente desigualdade de gênero para as mulheres, cujos papéis atribuídos estão intrinsecamente relacionados às atividades domésticas e ao cuidado com a família. Esses papéis corroboram com a noção de "domesticidade feminina", concebida em uma sociedade ainda impregnada por uma dinâmica de dominação masculina, como um "traço natural" associado ao gênero. Essa concepção de natureza é vista como a base das diferenças entre os gêneros, capaz de organizá-los de forma hierárquica.

Ademais, a dicotomia e distinção entre os âmbitos público e privado, bem como a reserva de privacidade para o domínio familiar, podem ser percebidas como ferramentas de dominação masculina. A concepção de que o espaço privado é restrito aos indivíduos que o compõem, sem ser objeto de preocupação estatal, por exemplo, resulta em uma menor proteção para os mais vulneráveis dentro das relações de poder (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Habermas (1984) propôs a definição da esfera pública como o espaço onde ocorrem as discussões entre indivíduos considerados iguais. No entanto, ao considerarmos a presença das mulheres e de outros grupos minoritários nesse espaço, torna-se evidente como tais relações ainda são marcadas por assimetrias, refletindo também o que ocorre no âmbito privado, onde as relações são permeadas por relações de dominação. Nesse contexto, o movimento feminista destaca a impossibilidade de dissociar a esfera política e social, pública e privada, quando o objetivo é construir uma sociedade justa e democrática para todos os gêneros (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A liberdade e autonomia das mulheres dependem da politização também da esfera privada. Um exemplo disso são as leis promulgadas nos últimos anos que protegem e defendem as mulheres no espaço privado, com a tipificação da violência doméstica e a qualificação do feminicídio, capazes de garantir a defesa e segurança das mulheres e crianças. Isso se torna especialmente relevante uma vez que, como observado por Miguel

e Birolí (2014, p. 34), "o mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público".

A relação entre público e privado, bem como suas separações ou aproximações, revelam-se, de certa forma, controversas e requerem cuidado com os limites e consequências envolvidos. Contudo, essas discussões são de suma importância para o feminismo, pois as relações na esfera privada podem se configurar como obstáculos para a participação das mulheres na esfera pública, como no mercado de trabalho e na vida política.

As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, especialmente para o acesso às posições de maior autoridade, maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo que a mulher despende no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica. Por outro lado, é esse trabalho feminino que permite que o homem seja liberado para atender a exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como para usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 35)

A noção de esfera pública é fundamental para compreendermos a atuação feminina no ciberespaço. Ao proporcionar um ambiente virtual aberto e acessível, as redes sociais e outras plataformas digitais se tornam espaços propícios para a construção dessa esfera pública contemporânea, paradoxal e permeada por disputas, em que as mulheres são alvos de discurso de ódio, mas também conseguem expor suas lutas e ideologias.

Portanto, torna-se inegável que o ciberespaço exerce um papel transformador nas sociedades contemporâneas, promovendo significativas mudanças culturais. Nesse contexto, compreender a dinâmica das redes sociais e conceitos como a literacia midiática torna-se imprescindível, especialmente diante das possibilidades que essa esfera virtual propicia, sobretudo no cenário desafiador do isolamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19.

O ciberespaço, como um espaço virtual em constante evolução, molda as interações sociais, os fluxos de informação e as relações de poder. As redes sociais, como veículos centrais desse ambiente digital, desempenham um papel preponderante na disseminação de ideias, no compartilhamento de conteúdo e na construção de narrativas. Nesse contexto, a literacia midiática, ou seja, a capacidade crítica e reflexiva dos

indivíduos em interpretar e participar ativamente do ecossistema midiático, mostra-se como uma habilidade fundamental para que as pessoas possam compreender e questionar as mensagens que recebem, bem como participar de forma informada no debate público.

A situação de isolamento social causada pela pandemia de Covid-19 intensificou ainda mais a importância do ciberespaço como um meio para a interação e conexão entre indivíduos, bem como para a busca de informações e participação em debates políticos e sociais. As redes sociais têm sido um espaço privilegiado para a discussão de temas relevantes, para a organização de movimentos sociais e para a expressão de opiniões. No entanto, é necessário reconhecer que a crescente influência do ciberespaço também traz consigo desafios e preocupações. A disseminação de desinformação, as bolhas de filtro que restringem o acesso a perspectivas diversas e a proliferação do discurso de ódio são alguns dos dilemas enfrentados nesse contexto.

No âmbito das campanhas políticas, identificamos a necessidade de candidaturas femininas investirem em estratégias de marketing para desafiar estereótipos de gênero e alcançar uma representação mais justa e equitativa. Além disso, o reconhecimento da esfera pública e privada como espaços interligados e mutuamente influentes sublinhou a importância de abordar questões de gênero não apenas na arena política, mas também em âmbitos cotidianos.

Dessa forma, as discussões abordadas neste capítulo fornecem uma base para a investigação do próximo tema, que se concentrará na relação entre mulher, poder e política. Analisaremos como a participação política das mulheres é moldada pelas questões de poder existentes, e como a esfera pública e privada se entrelaçam nesse contexto.

À medida que avançamos para o próximo capítulo, espera-se que aprofundemos nosso entendimento sobre o papel das mulheres na política e as dinâmicas de poder que moldam essa participação.

3 MULHER, PODER E POLÍTICA

Começamos este capítulo com a seguinte indagação: o gênero importa na política? Ao longo da história, as mulheres têm sido notavelmente ausentes em fóruns políticos convencionais e têm enfrentado adversidades nessas esferas. Desde tempos antigos, a literatura relevante tem retratado a política como um domínio reservado para a atuação

masculina. Até mesmo na antiguidade clássica, filósofos como Aristóteles restringiram o papel da mulher, descrevendo-a como "animal incompleto" em comparação ao homem. Durante a Revolução Francesa, o tratado dos "direitos do homem e do cidadão" (1789) excluiu explicitamente as mulheres, e a proposta de reivindicar "os direitos da mulher e da cidadã" (1791), incluindo a representação feminina no parlamento, levou à execução de sua proponente, Olympe de Gouges.

O Estado de Direito e o contrato social que fundamentou sua estruturação no século XVIII estabelecem a concessão do poder político ao homem. Carole Pateman esclarece que esse contrato legitima o poder masculino, pois além de ser social, é também sexual e patriarcal. Tal contrato consolida o direito político dos homens sobre as mulheres, garantindo o acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres por meio do casamento e da prostituição. Nesse modelo, o domínio público (masculino) e o domínio privado (feminino) são colocados em oposição, com a supremacia do primeiro, enquanto o segundo (privado) não é considerado politicamente relevante.

Essa leitura revela elementos de uma cultura política compartilhada por comunidades e instituições, gerando comportamentos, atitudes e crenças que estabelecem a competência dos homens em contraposição à das mulheres. Normas, nem sempre expressas em leis, sustentam ideias compartilhadas sobre hierarquias sociais e relações de poder, que influenciam as práticas políticas em contextos de inclusão e exclusão (ARCHENTI Y TULA, 2008, P. 14). Em relação às mulheres, a cultura política apresenta resquícios patriarcais, dando apoio a manifestações sexistas e autoritárias em relação a elas. Esses resquícios podem emergir na forma de argumentos e leis, especialmente durante a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania política, como ocorreu na conquista do direito de voto feminino. É o que argumenta Line Bareiro (2000), referindo-se ao cenário da América Latina:

Em geral as lutas femininas enfrentaram a oposição dos homens políticos. Homens dos parlamentos adotavam, de uma parte, argumentos protecionistas dos papéis familiares e sociais das mulheres. De outra parte, existia o temor de que a concessão do voto às mulheres trazia custos políticos desfavoráveis para os homens políticos. (Bareiro, 2000, p. 17)

O processo de expansão da cidadania política feminina, desencadeado com a obtenção do sufrágio e reforçado pelas cotas de gênero, não resultou na efetiva inclusão política das mulheres. Embora não haja impedimentos legais para que as mulheres tenham acesso a cargos eletivos no legislativo e executivo, elas continuam sendo minoria na

política na maior parte do mundo. Esse contraste entre a presença de homens e mulheres em cargos de representação institucional evidencia a fragilidade democrática dos sistemas políticos que excluem contingentes eleitorais e populacionais, como é o caso das mulheres e outros grupos considerados minorias sociológicas.

Encontramos, portanto, aqui uma dualidade. Por um lado, temos a garantia institucional do direito de voto e da participação política por meio das cotas de gênero. Por outro lado, ainda persistem vestígios de elementos patriarcais na cultura política, que se refletem em déficits nos sistemas políticos, eleitorais e partidários, restringindo o acesso das mulheres a cargos eletivos e à esfera pública. Line Bareiro (2000) enfatiza que os questionamentos feministas sobre a estruturação patriarcal do poder não se limitam à política e ao Estado, mas propõem uma transformação cultural profunda e radical na sociedade e em todas as instituições. Essas questões alimentam as incursões feministas em centros de poder.

3. 1 EU, MULHER: SOCIABILIDADE E IDENTIDADE

Uma das principais críticas da teoria feminista à ciência antropocêntrica é a divisão da vida cotidiana em esferas pública (política) e privada (lar e família). Para a teoria feminista, essa divisão limita a compreensão da política, pois exclui tópicos e experiências rotulados como "privados" e considerados não políticos. (BIROLI, 2014, p.31:

A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes. Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública. (BIROLI, 2014, p.32).

Realmente, um fator de grande relevância é o papel das relações na esfera privada na produção e reprodução de identidades socialmente significativas, contribuindo para o reforço das diferenças entre homens e mulheres, desde o processo de socialização. A socialização possibilita a internalização e naturalização de conhecimentos por meio da linguagem, sendo esse o meio pelo qual o indivíduo adquire sua identidade e é inserido na sociedade. É importante compreender que o homem não nasce como membro pleno da sociedade, mas é gradualmente integrado a ela à medida que aprende suas normas,

valores e comportamentos, e passa a reconhecer seu papel no mundo (BERGER; LUCKMANN, 2007).

Nesse contexto, a sociabilidade desempenha um papel essencial na construção do que o indivíduo considera como realidade. Conforme argumentado por Berger e Luckmann (2007), a ordem social é uma construção humana e não uma condição biologicamente determinada, o que é de grande relevância para a Teoria Construcionista.

Existem duas formas de socialização: a primária e a secundária. A socialização primária, conforme analisada por Berger e Luckmann (2007), tem lugar durante a infância e marca a entrada do indivíduo na vida social, ocorrendo em um ambiente emocionalmente carregado. Durante esse processo, o indivíduo passa a compreender a realidade objetiva através das informações transmitidas pelos outros significativos, como pais e irmãos, com os quais ele se identifica. Esses outros significativos assumem o papel de intermediários entre o mundo social e o indivíduo que está se inserindo nele, filtrando a realidade com base em suas próprias experiências e posições na sociedade. Nessa fase, a realidade é imposta ao indivíduo, e ele a adota como a única existente e possível.

Conforme Lúcia Avelar (1989), o processo de socialização envolve uma hierarquização de valores que são organizados em um sistema de prioridades, variando de acordo com a situação e o gênero do indivíduo, exercendo influência decisiva na formação de sua personalidade. Para os meninos, são transmitidos em maior medida valores como independência, autorrealização e importância do desempenho. Por outro lado, para as mulheres, são enfatizados valores como obediência, dependência e a importância do papel maternal. Esses valores, destinados a cada gênero, são frequentemente apresentados como inerentes ou "naturais" e, muitas vezes, são qualificados como expressões de forças biológicas e psicológicas, ignorando-se sua natureza essencialmente social. Nesse contexto, a autora explicita que a participação política se mostra mais coerente com a socialização oferecida aos homens do que com os valores repassados às mulheres, uma vez que os valores associados aos papéis sociais masculinos estão mais orientados para atividades de realização e desempenho. Naomi Wolf aponta nesse mesmo sentido.

Para uma criança em processo de socialização na cultura ocidental, ela ensina que um grande homem arrisca tudo pela audácia intelectual, pelo progresso e pelo bem comum. No entanto, como uma futura mulher, a menina aprende que a mulher mais linda do mundo foi criada pelo homem, e que a audácia intelectual dela trouxe aos homens a primeira doença e a morte. O mito torna a menina que lê cética no que diz respeito à coerência moral das histórias de sua cultura. (WOLF, 2019, p. 95)

Avelar (1989) aborda a discussão sobre como as agências responsáveis pelo processo de socialização, como família, escola, amigos e mídia - denominadas por ela como "agências de socialização" - têm um papel fundamental no "condicionamento cultural" e na transmissão diferenciada de valores de acordo com o gênero, especialmente no âmbito familiar. Dentro do ambiente familiar, os valores e papéis sociais são internalizados e estruturados nas figuras do pai e da mãe, tornando-se parte integrante da formação do indivíduo. Entretanto, mudanças de padrões e comportamentos só são possíveis através da socialização secundária, que ocorre em outros contextos sociais, além do ambiente familiar.

Conforme a perspectiva de Berger e Luckmann (2007), na socialização secundária, o sujeito adquire conhecimentos e funções específicas, diretamente ou indiretamente relacionadas à divisão do trabalho na sociedade. Esse processo de socialização secundária perdura ao longo de toda a vida e nunca é plenamente concluído, pois está sujeito a constante interferência de diferentes "outros" ou "agências de socialização". A tendência da sociedade é criar mecanismos que preservem a realidade e o status quo estabelecido.

Nessa segunda fase de socialização, os "submundos" são interiorizados pelo indivíduo, e, ao contrário da socialização primária, ele passa a perceber a realidade como não sendo única e também não desenvolve um apego emocional a ela. Durante a socialização secundária, o sujeito tem a oportunidade de entrar em contato com outros mundos e valores possíveis, além daqueles apresentados durante o primeiro processo. Avelar (1989) argumenta que tanto a socialização primária quanto a secundária exercem influência na participação política e no interesse dos indivíduos, independentemente de seu gênero. Ambos os processos moldam as perspectivas e experiências dos sujeitos, contribuindo para suas visões de mundo e suas atitudes em relação à política e à sociedade.

Em suma, a socialização primária estrutura papéis sociais diferenciados por sexo [gênero], mas fatores contextuais podem modificar em parte esta estrutura e, no caso da mulher, constituir uma situação de dualidade de papéis. Esta situação de dualidade se inicia com o processo de socialização secundária, através de uma experiência diferenciada do cotidiano [...]. O universo cultural e ideológico da mulher amplia-se e têm-se aí as condições mínimas para o surgimento do interesse e de um sentimento de independência em relação à política. (AVELAR, 1989, p. 44)

Além disso, é relevante abordar o conceito de “reificação” como um mecanismo de manutenção da ordem social, pois desempenha um papel significativo na legitimação da realidade. Na reificação, o sujeito reproduz a ordem estabelecida como algo inato e natural, não criado pelo homem, remetendo-o a algo externo a si e até mesmo divino. Nesse processo, o mundo e a compreensão dos fenômenos adquirem uma conotação “mística”, e o indivíduo esquece seu papel na própria construção do mundo – um mundo desumanizado. Nele, os papéis sociais, as instituições e até mesmo a identidade dos sujeitos podem ser reificados (BERGER; LUCKMANN, 2007). Esse discurso é frequentemente adotado por aqueles que sustentam uma visão mais conservadora do mundo, na qual a dominação masculina é considerada como algo intrínseco à "ordem natural das coisas", sendo qualquer mudança percebida como catastrófica.

Através desses processos, o indivíduo constrói sua visão do mundo ao seu redor e a si mesmo, dando forma à sua identidade. Na Era Moderna, emergem novas identidades que fragmentam o sujeito antes considerado unificado (HALL, 2006). Stuart Hall (2006) destaca que o surgimento da Modernidade trouxe consigo uma espécie de "crise de identidade", abalando os fatores que conferiam referência e ancoravam o sujeito no mundo social. Dessa forma, conforme Hall (2006, p. 13) afirma: "à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e mutável de identidades possíveis, com cada uma delas podendo ser abraçada - pelo menos temporariamente". Com a transição do Sujeito Iluminista, caracterizado pela total unidade, racionalidade e posse de um único núcleo interior do nascimento à morte, para o Sujeito Sociológico, capaz de refletir as complexidades do mundo moderno em si mesmo, interagindo de forma interativa com o eu, a identidade passa a ser constituída por meio das interações interpessoais, conectando o sujeito à sociedade em que se insere. Por fim, chegamos ao Sujeito Pós-Moderno, considerado fragmentado, composto por diversas identidades, muitas vezes contraditórias e até conflitantes entre si. Esse processo reflete a complexidade e diversidade do mundo

contemporâneo, desafiando a ideia de uma identidade fixa e coerente, e abrindo espaço para a construção de identidades múltiplas e em constante transformação.

Manuel Castells (1999; 1999a) aborda a identidade como o construtor de significados que acarretam a identificação simbólica. Nesse sentido, a identidade surge da interseção de fatores como história, geografia, biologia, instituições, memória coletiva, fantasias pessoais e recursos de poder, sendo o resultado reorganizado pelos sujeitos, grupos e sociedade de acordo com as tendências socioculturais do contexto vigente.

Para o autor, a identidade é um processo pelo qual o sujeito social reconhece e constitui significados com base em um dado atributo social. A revolução tecnológica tem a capacidade de influenciar esse processo, atuando como fonte de significados e experiências sociais. Além disso, Castells (1999a) enfatiza que toda identidade é moldada e permeada por relações de poder, com o intuito de fortalecer a dominação advinda das instituições em detrimento dos atores sociais. Nesse contexto, a identidade não é apenas uma construção individual, mas também um produto das interações complexas entre poder, cultura e contexto social.

O autor Manuel Castells (1999; 1999) categoriza a construção das identidades em três tipos: Identidade Legitimadora, Identidade de Resistência e Identidade de Projeto. A Identidade Legitimadora, como o próprio nome sugere, refere-se a uma posição de dominação das instituições sobre os atores sociais, buscando manter o status quo e reforçar a ordem estabelecida. Por outro lado, a Identidade de Resistência é criada pelos próprios atores sociais que se encontram em posições marginalizadas ou subjugadas sob a lógica da dominação, com o objetivo de desafiar e contestar a ordem vigente. Já a Identidade de Projeto diz respeito ao momento em que os atores sociais constroem uma nova identidade a partir do material cultural disponível, tornando-se capazes de modificar sua posição social e, eventualmente, toda a estrutura vigente. Essas identidades podem se alternar ao longo da vida do sujeito e estabelecer relações conflitantes entre si. Assim, as identidades são dinâmicas e moldadas por diversos fatores, podendo ser utilizadas tanto para sustentar o poder estabelecido quanto para desafiá-lo e promover mudanças sociais.

Em "Identidade e Diferença" (2008), com base nos escritos de Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward, a construção da identidade é descrita como um produto da sociedade em que o sujeito está inserido e é representada por meio de símbolos. A identidade é relacional, ou seja, é moldada com base na diferença, na negação e na exclusão, estabelecendo uma relação binária. Isso significa que se uma pessoa possui

uma identidade A, conseqüentemente, não possui características das identidades B, C, D, e assim por diante. Além disso, os autores mencionados destacam que a identidade é uma construção simbólica social, ou seja, ela é moldada e influenciada pelas representações culturais e sociais que estão em circulação. A identidade de uma pessoa é, portanto, resultado das interações e influências do contexto social e cultural em que ela vive, bem como das representações simbólicas utilizadas para definir e categorizar os diferentes grupos e indivíduos na sociedade.

Conforme aponta Silva (2008), a identidade depende de algo externo a si para existir. Ela se define em relação ao que não é, sendo construída e marcada pelas diferenças - nós versus eles. Por exemplo, a diferença entre a identidade feminina e masculina é base para exclusão, relações de poder e dominação. "Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído" (SILVA, 2008, p. 18).

Dessa forma, a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, onde ser de uma identidade implica na não pertença a outra (por exemplo, ser sérvio exclui ser croata), e a diferença é fundamental para a constituição da identidade, assim como a identidade contribui para a diferenciação. Além disso, a identidade é influenciada pelos símbolos que contribuem para a formação do indivíduo e seu comportamento no mundo, possuindo três esferas: a simbólica, a social e também a psíquica.

Nesse contexto, a mídia desempenha um papel importante, uma vez que naturaliza, legitima e perpetua conceitos, valores, estigmas e discursos, moldando a percepção dos indivíduos sobre o que é considerado real. A mídia também participa da construção da identidade e gera identificação. Os indivíduos se veem nas situações retratadas nos produtos da mídia e se identificam com eles, seja por falta de consciência das diferenças ou por suposta singularidade.

A identidade, enquanto sistemas simbólicos, pode (re)produzir relações de poder entre dominantes e dominados, perpetuando estigmas. Quando ter uma determinada identidade implica automaticamente em excluir as características de outras identidades, torna-se compreensível a separação e o constante reforço das diferenças entre homens e mulheres, especialmente em relação aos sistemas de dominação.

Como discutido anteriormente, essas diferenças são naturalizadas e transmitidas por meio dos processos de socialização, o que de certa forma ainda contribui para a

manutenção da dominação masculina, conferindo aos homens autoridade sobre as mulheres (BOURDIEU, 2002).

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito. (BOURDIEU, 2002, p.40).

Bourdieu (2002) aborda a poderosa e injustificada visão androcêntrica do mundo, que considera o masculino como universal até mesmo em sua linguagem. Essa perspectiva é capaz de dividir os papéis sociais de acordo com o gênero, reforçando a desigualdade e permeando a vida das mulheres em diversas esferas, impedindo-as de desfrutar dos mesmos direitos e espaços que os homens. A dominação masculina, portanto, manifesta-se também nos sistemas simbólicos, sendo tida como algo natural e estabelecendo as bases para a hierarquização nas relações de gênero.

Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2002, p.13).

Nesse contexto, Bourdieu estabelece um diálogo com as reflexões de Simone de Beauvoir (2009), que enfatiza como o feminino é qualificado a partir da visão masculina, sendo o corpo feminino uma projeção da subjetividade masculina. De acordo com a filósofa, a humanidade é concebida como masculina, na qual o homem define o que é ser mulher, relegando assim a mulher a uma posição relativa ao homem, e não como um ser autônomo. Ser mulher não é uma condição meramente biológica ou psicológica, mas sim uma construção social, uma definição do que não é ser um homem.

Beauvoir destaca que ao longo da história, a mulher tem sido, senão escrava, ao menos vassala do homem, com ambos os sexos nunca compartilhando o mundo em igualdade de condições. Mesmo com a evolução da condição feminina, as mulheres ainda carregam o peso de um tratamento desigual. Em muitos países, seu estatuto legal ainda não é equiparado ao do homem, resultando em prejuízos consideráveis para elas. A autora também ressalta que às mulheres é destinado o âmbito doméstico, enquanto os homens têm acesso privilegiado ao espaço público. Essa divisão de papéis contribui para a desigualdade e a perpetuação da dominação masculina na sociedade.

De acordo com Ana Colling (2004), a identidade de ser homem ou mulher é uma construção simbólica baseada na marcante diferença entre os gêneros, na dicotomia entre o espaço público e privado, bem como pelos mecanismos de silenciamento, dominação, opressão e exploração aos quais as mulheres têm sido submetidas ao longo dos séculos. Nesse contexto, é fundamental abordar a questão do "gênero" em vez do "sexo". Ao falar sobre gênero em vez de sexo, destacamos que a condição das mulheres não é determinada pela natureza, biologia ou sexo, mas é resultado de uma construção social e política deliberada, uma invenção da sociedade. (COLLING, 2004, p. 29).

Assim, o ser mulher é frequentemente encarado como um estigma, uma marca social depreciativa, considerada indesejável e debilitante, construída por meio de estereótipos (GOFFMAN, 1988). O termo "estigma" que na Grécia Antiga se referia a uma característica física ou sinal que revelava algo negativo sobre a moral da pessoa que o possuía, atualmente é amplamente utilizado de forma similar ao seu sentido original, porém, é mais aplicado à própria desgraça associada do que à sua evidência corporal (GOFFMAN, 1988, p. 11).

Goffman (1988) destaca que a sociedade determina os meios de categorização das pessoas, atribuindo-lhes características consideradas "comuns" e "naturais" para os ditos "estigmatizados" e os "normais". Em outras palavras, a comunidade estabelece as categorias conforme suas conveniências, criando expectativas normativas que governam as relações e estabelecem "exigências" a serem cumpridas.

A aprendizagem dessas categorias, do que é considerado estigmatizado e normal, ocorre durante o processo de socialização, no qual o indivíduo se torna parte da sociedade. Durante esse período, os sujeitos assimilam o ponto de vista dos normais, as identidades e as ideias gerais sobre o que é possuir um estigma específico. É nessa etapa que o indivíduo estigmatizado aprende sobre as limitações, implicações e formas de agir nas interações sociais relacionadas ao seu estigma particular.

A socialização da pessoa estigmatizada envolve a aprendizagem de diversas dimensões: compreender o ponto de vista dos normais; reconhecer que é desqualificado por possuir determinado estigma; aprender como lidar com o tratamento recebido dos normais; e aprender a forma de encobrir ou disfarçar seu estigma nas relações sociais. A partir desse processo de socialização, o indivíduo constrói sua identidade e assume diferentes papéis sociais conforme a necessidade.

Importante ressaltar que há diversos estigmas sociais que um sujeito pode enfrentar, relacionados ao gênero, tom de pele, origem, entre outros aspectos. Essa questão é especialmente relevante nos estudos atuais, destacando-se a perspectiva da interseccionalidade, que considera as múltiplas formas de opressão e discriminação que podem afetar um indivíduo, interligando diferentes dimensões de sua identidade.

O conceito de interseccionalidade surgiu no movimento feminista negro dos Estados Unidos na década de 1980, com o objetivo de compreender como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam (CARDOSO, 2012). Segundo Maristela Rosa Silva (2020, p. 13),

é a interseccionalidade, que dá conta justamente de compreender que opressões de gênero, raça, classe, entre outras, quando interligadas em um único grupo social, produzem experiências sociais específicas que precisam ser nomeadas. No que diz respeito ao feminino negro se faz necessário entender que falar de “ser mulher” não é o suficiente, da mesma forma que tratar do “ser negra” também se faz insuficiente com as experiências que este grupo identitário carrega.

O conceito de interseccionalidade possibilita a compreensão dos processos de dominação e resistência, levando em conta diversas variáveis, como raça, gênero, sexualidade, etnia, classe social, religião, entre outros aspectos. Sua emergência teve como foco a crítica ao feminismo branco, que não considerava as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por mulheres negras. Patrícia Hill Collins (2019), uma das pioneiras a usar esse termo, destacou que as experiências e especificidades de ser uma mulher negra levaram a questionar o conceito de "mulher", o qual variava de acordo com o tom de pele.

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a deixá-los em creches? Se a maternidade é a principal vocação das mulheres, porque as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos como Norplant e Depo Provera? (COLLINS, 2019, p. 12-13)

É evidente a importância de um conceito e de uma investigação que englobe as particularidades de cada sujeito e seus contextos, bem como a observação constante do papel dos meios de comunicação nos processos de transformação ou manutenção da realidade social vigente, tema a ser abordado no próximo tópico.

3.2 FEMINISMO E VISIBILIDADE MIDIÁTICA

O movimento feminista, que teve início na segunda metade do século XIX com o sufragismo, surgiu com o objetivo de lutar pela participação política das mulheres. Ao longo do tempo, o feminismo expandiu-se e passou a abordar diversas formas de injustiça e desigualdade, não apenas relacionadas ao gênero, mas também à raça, classe, cultura, nacionalidade e outras questões interseccionais. Com isso, o feminismo produziu um conhecimento fundamental para compreender as dinâmicas de dominação presentes em todas as esferas da vida, inclusive no campo científico. Tornou-se, assim, uma ferramenta essencial para compreender as complexas relações de poder na contemporaneidade.

Em nossa pesquisa, é de suma importância compreender o desenvolvimento do feminismo no Brasil e sua relação com a consolidação dos meios de comunicação. A autora Ana Carolina Escoteguy (2019) realizou um estudo que cruzou a história do feminismo no país com o desenvolvimento das pesquisas em mídia. A década de 1970 é considerada um marco inicial nesse contexto, quando surgem os primeiros estudos sobre comunicação. Nesse período, também ocorre a consolidação dos bens culturais de massa e do sistema educacional no que diz respeito às relações entre gênero e mídia no Brasil.

Os primeiros estudos abordaram a representatividade da categoria "mulher" na mídia e como a mídia atua em relação a ela. Durante as décadas de 1970 e 1980, tornou-se característica a "dupla militância", em que o movimento feminista se articulava em conjunto com a luta contra a ditadura. Essa interseção entre o feminismo e a resistência política demonstra a importância da mídia como um espaço de mobilização e visibilidade para as demandas feministas. Ao compreendermos essa relação entre o feminismo e os meios de comunicação, podemos analisar como o movimento se adaptou e utilizou estratégias de comunicação para difundir suas pautas, ampliar sua visibilidade e combater estereótipos e opressões de gênero presentes na mídia. Essa análise é essencial para compreendermos a trajetória do feminismo no Brasil e sua atuação na esfera pública, contribuindo para a transformação das relações de poder e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Durante a década de 1990, as pesquisas sobre gênero e mídia enfrentaram um período de estagnação devido ao contexto conturbado vivenciado no país. Por um lado, houve conquistas significativas nas relações de trabalho e na aprovação de políticas públicas voltadas para os direitos e proteção das mulheres, incluindo a luta contra a

violência de gênero. Por outro lado, surgiram movimentos antifeministas e pós-feministas que buscaram minar o avanço das pautas feministas.

No entanto, a virada do século XX para o XXI marcou o terceiro impulso nos estudos de gênero e mídia. Nesse período, houve um renovado interesse e engajamento nas questões de gênero no contexto da comunicação e da mídia. Novas abordagens e perspectivas foram exploradas, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de poder e representação de gênero na esfera midiática.

O quarto impulso dos estudos de gênero e mídia ocorreu com o boom das novas mídias digitais e a primavera feminista no Brasil, em 2015. As plataformas digitais proporcionaram um espaço de mobilização e visibilidade sem precedentes para o movimento feminista, permitindo o compartilhamento de experiências, a disseminação de informações e a articulação de ações coletivas.

Nesse contexto, as pesquisas sobre gênero e mídia ganharam um novo fôlego, abrangendo as dinâmicas das mídias digitais e analisando o impacto dessas plataformas na representação de gênero, no ativismo feminista e na construção de novas formas de diálogo e participação política. Esses impulsos e momentos históricos demonstram a importância contínua dos estudos de gênero e mídia, que permitem compreender as transformações sociais e políticas, bem como as possibilidades e desafios enfrentados pelo movimento feminista na contemporaneidade.

Ao longo da presente década, movimentos, organizações e coletivos feministas se expandiram consideravelmente na sociedade contemporânea como um todo. Fenômeno muito visível, também, no Brasil. A participação de jovens, tanto dos estratos médios quanto dos populares, com formação acadêmica ou não, da mulher negra, da periferia e do campo vêm revitalizando e ampliando as práticas políticas feministas. Nesse processo, é inegável o papel exercido pelas tecnologias de informação e comunicação, constituindo um espaço de atuação política que produz inúmeros desafios para a ação coletiva. (ESCOTESGUY, 2019, p. 16)

De acordo com Ana Carolina Escoteguy (2019), certos grupos e indivíduos utilizam a internet como ferramenta para questionar e criticar as representações e estereótipos relacionados ao feminino presentes nas mídias, assim como a comunidade LGBTQIA+. A diversidade de formas de comunicação proporcionadas pelas mídias digitais permite a criação de narrativas diversas que confrontam os valores dominantes, o que é especialmente relevante em um contexto político conservador, como o que se seguiu às eleições de 2018. Essas vozes atuam pressionando contra a desigualdade de gênero, a

discriminação e a LGBTfobia. Além disso, por meio das mídias digitais, é possível criar uma rede que conecta diferentes regiões do país e estabelece laços entre os movimentos feministas em várias partes. Essa interconexão fortalece a luta por igualdade de gênero e contribui para a construção de um movimento mais unificado e abrangente.

Dessa forma, as mídias digitais desempenham um papel fundamental na amplificação das vozes feministas e LGBTQIA+, permitindo a expressão de perspectivas diversas e a mobilização de ações coletivas em busca de transformação social. Essa atuação online possibilita desafiar normas e discursos hegemônicos, além de promover a conscientização e a solidariedade entre diferentes comunidades feministas e LGBTQIA+ em todo o país.

No entanto, é necessário avaliar com cautela a postura otimista em relação às potencialidades das redes na quarta onda feminista. Graciela Natansohn e Mônica Paz (2018), em seu trabalho sobre as apropriações das tecnologias digitais pelo feminismo, ressaltam a importância de considerar as tensões e barreiras presentes na própria rede. A discussão ciberfeminista se preocupa com as maneiras pelas quais as mulheres se apropriam das tecnologias digitais para buscar novas construções discursivas, organizar-se politicamente e problematizar questões de gênero por meio do ativismo e da arte. No entanto, essas iniciativas também enfrentam desafios e obstáculos na esfera digital.

As redes sociais e as plataformas digitais, embora ofereçam um espaço de mobilização e visibilidade sem precedentes, também estão sujeitas a formas de controle, censura e discriminação. O ciberespaço não é um ambiente neutro, e as mulheres enfrentam diversas formas de violência e misoginia online. Além disso, a própria lógica das redes pode reforçar dinâmicas de exclusão e desigualdade, limitando o alcance das vozes feministas e favorecendo a propagação de discursos de ódio.

Portanto, é fundamental reconhecer as limitações e desafios da participação feminista no espaço digital, ao mesmo tempo em que se busca potencializar as possibilidades de transformação social. A discussão ciberfeminista nos convida a refletir sobre como enfrentar as barreiras e superar as tensões, a fim de construir um ambiente online mais inclusivo, seguro e capacitador para as mulheres e para as lutas feministas. Não é mais possível, portanto, ignorar ou marginalizar a teoria feminista ao discutir a teoria política. A teoria feminista é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando nossos valores e critérios de análise (Birolí e Miguel, 2014).

Simone de Beauvoir, em sua obra "O segundo sexo", faz uma crítica contundente à ideologia machista e patriarcal. Ela questiona as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e enfatiza a importância de reconhecer a subordinação das mulheres como resultado de construções sociais e históricas. Ao destacar o papel fundamental da teoria feminista, Birolí e Miguel nos convidam a repensar e reexaminar as noções tradicionais de poder, política e sociedade, levando em consideração as perspectivas de gênero e as experiências das mulheres. A teoria feminista desafia as hierarquias de poder existentes, busca a transformação das relações sociais e busca a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todos os gêneros.

Dessa forma, a teoria feminista oferece uma análise crítica e uma visão abrangente sobre as estruturas de poder e as dinâmicas sociais, contribuindo para a compreensão mais ampla da política e para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas.

Os termos masculino e feminino são usados simetricamente apenas como uma questão de formalidade. Na realidade, a relação dos dois sexos não é bem como a de dois pólos elétricos, pois o homem representa tanto o positivo e o neutro, como é indicado pelo uso comum de homem para designar seres humanos em geral; enquanto a mulher aparece somente como o negativo, definido por critérios de limitação, sem reciprocidade:

(...) o inimigo da sociedade, retomada a ideia de que se trataria de um movimento contra a família e também contra a liberdade humana, situando-o agora em uma suposta estratégia para conquistar mentes e corações por parte de uma nova esquerda caracterizada pela chave do "marxismo cultural". (BIROLI, 2020, p.138)

No ataque às construções de gênero, é evidente a marginalização das mulheres. Enquanto atributos como força, agressividade e domínio são associados aos homens, as mulheres são estereotipadas como fracas e passivas. Conforme discutido por Perry (2001) e Ahmed (2014), essa forma de violência de gênero busca intimidar e controlar as mulheres, afetando não apenas algumas, mas todas, mesmo que não sejam diretamente afetadas. Essa violência de gênero tem raízes profundas nas estruturas patriarcais e nas normas sociais que perpetuam a desigualdade e a opressão. Ela se manifesta de várias maneiras, desde a violência física e sexual até a violência psicológica, emocional e econômica. Essas formas de violência visam restringir a autonomia das mulheres, silenciá-las e manter o controle sobre suas vidas.

É importante destacar que a violência de gênero não é um problema isolado, mas parte de um sistema mais amplo de desigualdades e opressões. Ela reflete as desigualdades de poder entre homens e mulheres, assim como as interseções com outras formas de discriminação, como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero.

Adriana Wagner (2005, p.7) explica que essas características são moldadas a partir do que é estabelecido como atributos de cada gênero. A sociedade impõe normas e expectativas específicas para homens e mulheres, criando uma divisão binária e hierárquica dos papéis de gênero. Essas normas são socialmente construídas e reforçadas ao longo do tempo, influenciando a maneira como os indivíduos se percebem e são percebidos pelos outros:

A dicotomia entre papéis femininos e masculinos leva-nos a pensar no fato de que, desde que nasce, o ser humano é inserido em uma história preexistente. Como legado social, ele recebe uma série de informações sobre o que é esperado que faça, de acordo com as características do grupo ao qual pertence. Constantemente, ele é separado em categorias, sejam sexuais, econômicas ou raciais, sugerindo, em outros aspectos, que uns são mais aptos que outros para desempenhar determinadas funções.

As mulheres que mais sofrem ataques de ódio são as que estão, geralmente, em posição de referência, como jornalistas, influenciadoras, líderes feministas e políticas. E quando se trata do último item citado, o problema ganha profundos impactos:

Os prejuízos são diretamente voltados para os locais em que se considera que o futuro está sendo formado e sendo decidido e para os indivíduos que participam ativamente dessa construção. Dessa forma, coibi-las e proibi-las de estarem livres é, também, restringir ou negar as múltiplas possibilidades de existência e o controle sobre o horizonte das mulheres (SIAPERA, 2019).

Conforme a análise de Fernanda Argolo Dantas (2019) sobre o governo de Dilma Rousseff (PT) e de outras duas presidentas do Cone Sul - Michelle Bachelet, Presidenta do Chile de 2006 a 2018; e Cristina Kirchner, Presidenta da Argentina de 2007 a 2015 - é notável a predominância do capital herdado como a forma mais comum de acesso das mulheres à política. Muitas delas herdaram capital político de seus maridos ou pais, tornando a entrada por vias próprias mais difícil e "incomum" no campo político. A associação da imagem dessas presidentas ao apoio recebido de seus antecessores homens é uma característica marcante nesse contexto.

Conforme apontado pela pesquisadora, o auxílio na conquista do poder por essas mulheres não se restringiu apenas à propaganda eleitoral, mas também foi influenciado pela conjuntura política e pelo forte apoio de seus antecessores.

A primeira eleita, Bachelet, tinha o apoio do presidente Ricardo Lagos, de quem foi ministra da Saúde e, posteriormente, da Defesa. Os dois pertencem à coalizão de centro-esquerda Concertação, que assumiu a condução do país após a derrubada da ditadura de Augusto Pinochet. Já na Argentina, Cristina Fernández de Kirchner sucedeu o marido Néstor Kirchner, do Partido Justicialista de centro, que vinha de um governo com amplo apoio popular, especialmente pelos bons resultados da economia argentina no período. [...] Dilma Rousseff chegou à campanha eleitoral de 2010 apoiada pelo presidente Lula, que, à época, tinha 84% de aprovação popular. (DANTAS, 2019, p. 34)

As três presidentas mencionadas assumem seus mandatos com a promessa de representar um novo tempo para as mulheres na política (DANTAS, 2019, p. 42). No entanto, ao longo de seus anos de mandato, suas imagens foram desgastadas, e o desempenho feminino foi colocado em descrédito, refletindo a persistência da dominação masculina nas engrenagens do governo (DANTAS, 2019). Ao analisar como a mídia representou essas líderes, é possível perceber como os meios de comunicação ainda as tratam com base em estereótipos impostos pela dominação masculina. A pesquisa de Dantas (2019) revela que a mídia utiliza o gênero como guia nas narrativas simbólicas sobre o desempenho das mulheres líderes na política. Assim, a mídia reflete as relações de poder, perpetuando a comparação entre as características consideradas "naturais" do feminino e do masculino.

Dantas (2019) destaca três notícias emblemáticas com títulos semelhantes sobre as presidentas do Cone Sul, que abordavam a crise de popularidade e falta de apoio durante a superação das crises que enfrentaram: “A solidão de Cristina”, publicada pelo O Globo em outubro de 2012; “A solidão de Dilma Rousseff”, capa da revista *Época* em abril de 2016; e “A solidão de Michelle Bachelet”, publicada na FolhaBlog em agosto de 2016. A palavra “solidão” é usada para analisar as relações das presidentas em suas vidas privadas, e nesses casos citados, ainda há a observação de que as presidentas não possuíam um cônjuge, algo constantemente cobrado pela sociedade (DANTAS, 2019). Essas notícias revelam como a mídia e o campo político reforçam a lógica de gênero, ao reproduzir papéis sociais tradicionalmente associados às mulheres, bem como suas estruturas e representações (DANTAS, 2019).

Entretanto, o desequilíbrio na participação social nas instituições já existia antes do desenvolvimento dos meios de comunicação:

O desenvolvimento dos meios de comunicação e sua correlação com a liberdade de expressão geraram a expectativa de ampliação da diversidade de grupos e ideias no debate democrático, o que acabou não acontecendo. Esse ponto é fulcral para o debate sobre mídia, participação política e reconhecimento social. Se a mídia exerce um papel central para a consolidação do capital político na contemporaneidade e nega ou dificulta a visibilidade de determinados grupos, ela se estabelece como peça-chave para a manutenção do status quo. O jornalismo possui alta relevância nesse processo, porque, a partir de sua propalada imparcialidade e de sua suposta função de vigilante da máquina pública, a atividade reveste-se de uma aura de irrefutabilidade e torna-se o orientador da moral social, ratificando valores e condutas. (DANTAS, 2019, p. 94)

Além disso, existem certos comportamentos e expectativas sobre a presença e participação feminina na política (AVELAR, 1989; DANTAS, 2019; JAMIESON, 1995; MIGUEL; BIROLI, 2014). De acordo com a "natureza" socialmente atribuída como "feminina", espera-se que as mulheres apresentem dois tipos de comportamentos: um que seja diferente do comportamento masculino, menos competitivo, cumprindo a exigência social e identitária de diferenciação entre os gêneros e humanizando o espaço público; ou outro que se afaste completamente das marcas de feminilidade, como o tom de voz, o que foi evidente na preparação da ex-premiê britânica, Margaret Thatcher, que precisou realizar um treinamento com fonoaudiólogos para baixar seu tom de voz, considerado muito agudo e inadequado para o cargo público. No entanto, nenhum desses ideais pode ser completamente alcançado. Portanto, as mulheres que ingressam no espaço público/político precisam se adaptar às regras e normas vigentes, e as adaptações tendem a invalidar ou reforçar as marcas de feminilidade (DANTAS, 2019; JAMIESON, 1995).

Nos anos 1990, os estudos sobre gênero e mídia, embora presentes, não acompanharam a mesma evolução de outras áreas de conhecimento, resultando em um descompasso com a realidade. Enquanto diversas conquistas eram alcançadas pelas mulheres, como avanços nas relações de trabalho e a aprovação de políticas públicas em prol dos seus direitos e proteção contra a violência, o movimento feminista parecia perder força, cedendo espaço para os movimentos antifeministas e pós-feministas. Muitos indivíduos, tanto homens quanto mulheres, que defendiam os direitos das mulheres, evitavam se assumir como feministas.

Ao longo da presente década, movimentos, organizações e coletivos feministas se expandiram consideravelmente na sociedade contemporânea como um todo. Fenômeno muito visível, também, no Brasil. A participação de jovens, tanto dos estratos médios quanto dos populares, com formação acadêmica ou não, da mulher negra, da periferia e do campo vêm revitalizando e ampliando as práticas políticas feministas. Nesse processo, é inegável o papel exercido pelas tecnologias de informação e comunicação, constituindo um espaço de atuação política que produz inúmeros desafios para a ação coletiva. (ESCOTESGUY, 2019, p. 16)

Nesse contexto, é fundamental compreender como as estruturas de poder e as relações de gênero se manifestam. O capítulo que se segue abordará a relação entre gênero e a legitimidade do poder, destacando como as construções sociais de masculinidade e feminilidade influenciam a percepção das mulheres em posições de liderança política. A análise partirá de perspectivas teóricas feministas, que enfatizam a interseção entre gênero, poder e política. Será discutido como as normas de gênero moldam as expectativas e desafios enfrentados pelas mulheres que buscam ocupar espaços de poder, e como isso afeta a construção da sua legitimidade como líderes políticas.

3.3 – GÊNERO E LEGITIMIDADE DO PODER

A questão da legitimidade do poder é um tema central nas discussões sobre política e governança. Através das lentes dos estudos de gênero, a análise da legitimidade do poder se torna ainda mais complexa, pois revela como as estruturas de poder são influenciadas e construídas a partir das relações de gênero presentes na sociedade. Neste contexto, o conceito de gênero não se refere apenas às diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas sim às construções sociais e culturais que atribuem papéis, comportamentos e expectativas distintas para cada gênero.

Autoras feministas como Judith Butler (1990) e Joan Scott (1986) têm enfatizado que o gênero não é uma característica inata, mas sim uma identidade socialmente construída e performada através de práticas cotidianas. Essas práticas são moldadas por normas de gênero que reforçam hierarquias e desigualdades na sociedade. Nesse contexto, a legitimidade do poder é frequentemente associada a modelos de masculinidade que enfatizam características como assertividade, agressividade e competição, enquanto os atributos associados à feminilidade, como a sensibilidade emocional e o cuidado, muitas vezes são desvalorizados no campo político.

Essa dinâmica de gênero pode influenciar a percepção das pessoas sobre a legitimidade do poder exercido por mulheres. Estudos têm demonstrado que mulheres em posições de liderança política muitas vezes enfrentam desafios adicionais para serem percebidas como legítimas em suas funções (Eagly & Carli, 2007). Estereótipos de gênero podem ser mobilizados para questionar a competência e a capacidade das mulheres para ocuparem cargos de poder, contribuindo para a perpetuação de desigualdades de gênero no cenário político.

Além disso, as estruturas patriarcais que sustentam a divisão tradicional do trabalho entre homens e mulheres também impactam a legitimidade do poder feminino. A ideia de que as mulheres são mais adequadas para o espaço privado, responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado, muitas vezes é utilizada para desqualificar suas aspirações políticas e questionar sua dedicação à vida pública (Phillips, 1995). Essa tensão entre o espaço público e privado pode criar obstáculos para a ascensão das mulheres em posições de poder político e afetar a percepção de sua legitimidade.

Falando sobre poder político, conforme Luiz Felipe Miguel & Flávia Biroli (2010), o campo midiático impacta de quatro maneiras: (1) a mídia se torna a principal ferramenta de comunicação entre os atores políticos e os cidadãos, substituindo, em certa medida, os canais políticos tradicionais; (2) o discurso político se adapta às formas preferidas pelas diferentes mídias; (3) a mídia desempenha um papel central na construção e disseminação da agenda pública; e (4) os candidatos políticos se preocupam de forma central com a gestão da visibilidade. No entanto, é importante lembrar que o campo político mantém suas especificidades e uma certa autonomia, especialmente nos bastidores políticos. Portanto, o campo midiático possui algumas limitações em sua relação com os demais campos.

No livro "O Estado Espetáculo" (1977), Schwartzberg enfatiza que a mídia desempenha um papel fundamental na construção da imagem do poder, personificando-o no rosto do dirigente. Através dos meios de comunicação, o poder ganha uma representação visual e simbólica, tornando-se facilmente identificável com a figura do líder político. A análise do autor lança luz sobre a estreita relação entre a política e os meios de comunicação, revelando como a mídia desempenha um papel central na forma como o poder é representado e compreendido na contemporaneidade:

Os dirigentes se adaptam agora à “midiapolítica”, à política tal como a degradaram os meios de comunicação de massa. Pois são estes, em grande parte, os responsáveis pelo nefasto desenvolvimento do *star system* em política. É o novo imperativo: ser “midiagênico”, saber extrair o máximo proveito dos meios de comunicação de massa, [...]. (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 167)

Dentro deste cenário, o encontro entre comunicação e política, mais precisamente, engloba diversos aspectos da modernidade, como a legitimidade do poder, democracia, representatividade, eleições e mídia. Através dos símbolos, é possível exercer um poder, estabelecendo um sentido imediato de mundo, especialmente no contexto social (Bourdieu, 1989). A partir dessa perspectiva, emerge outro conceito relevante para esta pesquisa: o de violência simbólica. Esse conceito refere-se aos sistemas de símbolos que colaboram para garantir a dominação de uma classe ou grupo sobre outro, domesticando os dominados. A violência simbólica não é física, mas atua intrinsecamente nas relações sociais, e seu impacto também se faz presente no discurso midiático.

Os símbolos que permeiam o imaginário social sobre gênero, por exemplo, o papel do homem e da mulher, e seus respectivos lugares na sociedade, estão estreitamente associados a essa ideia de violência simbólica. Esses símbolos influenciam a maneira como as pessoas percebem os papéis de gênero, reforçando estereótipos e contribuindo para a manutenção de estruturas de poder desiguais. Essa dinâmica não é diferente no campo político, onde os símbolos e discursos midiáticos desempenham um papel fundamental na construção e perpetuação de relações de poder.

A reprodução dos símbolos pelos meios de comunicação resulta no fenômeno do conformismo lógico (Bourdieu, 1989). Esse conceito diz respeito à possibilidade de construção de uma concepção homogênea da realidade, das relações espaço-tempo e promove a concordância entre os atores sociais. O conformismo lógico pode ser entendido, de certa forma, como uma expressão da ideologia. Como afirmado por Bourdieu (1989, p. 48), a ideologia não se apresenta explicitamente como tal; sua eficácia simbólica advém de seu disfarce e do desconhecimento por parte dos indivíduos e da sociedade em geral.

Nesse contexto, a linguagem desempenha um papel crucial, atuando como um reservatório de construções naturalizadas e se tornando um instrumento inconsciente do sujeito e da sociedade. A naturalização de determinados fatos sociais, sem questionamentos, é um sinal de que a ideologia está em operação. A mídia, por sua vez,

participa ativamente na fabricação do consenso (Chomsky, 2015). Conforme Chomsky (2015) argumenta, quando os sujeitos não podem mais ser controlados pela força e pela imposição, busca-se controlar o que eles pensam, ou seja, suas mentes. Esse controle serve aos ideais de uma classe dominante, que tem acesso ao controle também dos meios de comunicação.

Outro fator relevante e já mencionado é a participação do campo midiático na construção da identidade individual. Ao contrário das primeiras teorias da comunicação, que retratavam o receptor como uma massa homogênea e passiva, incapaz de reagir criticamente ao conteúdo midiático, Thompson (2008) introduz o conceito de comunicação como um processo de apropriação pelo sujeito. Nessa perspectiva, o receptor desse conteúdo é ativo durante o processo de comunicação, recebendo o que é veiculado e assimilando-o em relação à sua própria realidade, experiências pessoais e bagagem cognitiva, apropriando-se dessa informação. Concomitantemente, enquanto o conteúdo é assimilado, o sujeito participa ativamente da construção de sua própria identidade e está envolvido em seu processo de socialização e construção do conhecimento sobre o mundo.

Dessa forma, a contínua interface entre mídia e política cria um cenário propício ao crescente personalismo, uma vez que os meios de comunicação contribuem para transformações no campo político, alterando sua lógica e estabelecendo novas relações entre eleitores e políticos. Esse processo gera certa instabilidade eleitoral, pois as decisões de voto tendem a variar de uma eleição para outra e de um cargo para outro (MIGUEL, 2003).

Assistimos a uma mudança do sistema representativo, que antes se baseava na relação direta entre representante e representado e/ou mediada pelos partidos políticos e correligionários, para um sistema no qual a mídia se torna o palco das disputas eleitorais, tendo os candidatos como verdadeiras figuras de destaque na política (MANIN, 1995; SCHWARTZENBERG, 1977; MARTINS, 2019). Além disso, as mídias digitais também fortalecem os traços do personalismo, já que os próprios políticos criam seus canais de contato com os eleitores/seguidores e buscam formas de aproximação, principalmente através das redes sociais (SANTOS, 2020). Nesse contexto, as redes sociais retomam o caráter face a face da comunicação e fortalecem o fenômeno da desintermediação.

Dessa forma, o personalismo se mostra como um fator relevante que contribui para que as impressões geradas em outros campos da vida influenciem na decisão do voto,

tornando-se um caminho mais econômico e menos custoso para o eleitor. O personalismo passa a ser um critério mais econômico, pois aproxima as informações aos estereótipos já existentes (LEAL; VIEIRA, 2009). No entanto, é necessário destacar que, embora a tendência ao forte personalismo seja crescente em uma sociedade tanto massiva quanto midiaticizada, é importante ressaltar que tais lideranças ainda estão atreladas ao funcionamento das instituições políticas, mesmo que estas tenham uma posição secundária (MIGUEL, 2003).

Essa realidade tem provocado mudanças nas relações entre os meios de comunicação, os atores sociais e as instituições, abandonando de vez a ideia de linearidade nos processos comunicativos. Na verdade, ocorrem complexos fluxos de retroalimentação entre as partes envolvidas, como apontado por Verón (1997). A midiaticização também é considerada uma hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade, como apontado por Gomes (2017). Isso significa que a mídia, considerando suas diversas esferas, possibilita que os indivíduos tenham acesso facilitado a uma ampla gama de materiais, por meio dos quais podem perceber o mundo e interpretá-lo de acordo com suas convicções, ou concordar com as perspectivas presentes em seus círculos sociais mais próximos. A mídia desempenha um papel fundamental na formação das percepções individuais e na construção de significados sobre a realidade, sendo um importante mediador na relação entre os indivíduos e o mundo ao seu redor.

A partir dos textos veiculados, publicados e compartilhados, os indivíduos constroem suas opiniões, levando em consideração seus valores, pontos de vista, ideologias e juízos de valor com os quais se identificam. Um aspecto interessante da midiaticização é o surgimento de coletivos, ou seja, observamos a fragmentação dos públicos e a crescente unificação desses grupos, que se constituem de forma informal ou formal, compartilhando anseios, ideias e necessidades em comum. A mídia desempenha um papel central na formação desses coletivos, proporcionando um espaço de interação e conexão para os indivíduos que buscam se identificar e se engajar em comunidades virtuais ou presenciais.

E, é claro, cada um desses coletivos possui suas próprias gramáticas, que são utilizadas tanto na produção de sentidos quanto na compreensão desses sentidos (Fausto Neto, 2016). Cada grupo social, comunidade online ou movimento coletivo desenvolve sua própria linguagem, códigos e símbolos compartilhados, que servem como instrumentos de comunicação e expressão dentro do contexto específico em que estão

inseridos. Essas gramáticas são fundamentais para a construção de identidade, coesão e coletividade, possibilitando que os indivíduos se comuniquem e se entendam de maneira mais efetiva dentro do grupo.

O conceito de apropriação está intimamente associado à ideia de reflexividade, proposta por Giddens (1991). A reflexividade é uma característica do sujeito moderno, que constrói seus conhecimentos com base nas informações que adquire. "A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informações renovadas sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter" (Giddens, 1991, p. 36).

No contexto da reflexividade e de apropriação, podemos destacar que esse processo de construção de conhecimento e empoderamento também está associado à formação de novas perspectivas representativas na política. Diversas autoras têm abordado a temática das mulheres na política, discutindo os desafios e as perspectivas para a conquista de uma representação mais equitativa e inclusiva.

Mansbridge (1999) destaca a importância da representação política como um instrumento essencial para a legitimação democrática das decisões e a garantia da participação de diferentes grupos sociais. A presença de mulheres nos espaços de poder político é fundamental para assegurar que suas vozes e demandas sejam consideradas na formulação de políticas públicas e na agenda política nacional.

Nesse sentido, diversas pesquisas têm evidenciado as barreiras que as mulheres enfrentam na busca por cargos políticos eletivos. O sistema político muitas vezes reforça estereótipos de gênero e padrões culturais que dificultam a ascensão feminina na política (BIROLI, 2014). Além disso, a violência política de gênero é uma realidade enfrentada por muitas candidatas, o que pode inibir sua participação ativa e representativa na esfera política (CABRAL; RIBEIRO, 2019).

No entanto, apesar dos desafios, há avanços significativos na luta pela maior representação das mulheres na política. O estabelecimento de cotas de gênero em algumas legislações tem sido um mecanismo importante para promover a inclusão das mulheres nos parlamentos e instâncias de decisão política (PIETSCHI, 2021). As cotas têm o potencial de romper com as estruturas de poder patriarcais e garantir uma maior presença feminina nos espaços de decisão política, possibilitando a construção de uma democracia mais igualitária e representativa.

Nesse contexto, as tecnologias digitais têm desempenhado um papel relevante no fortalecimento do ativismo e da articulação política das mulheres. Através das redes sociais e das plataformas digitais, as mulheres têm encontrado novos espaços de mobilização e de construção de narrativas políticas que antes eram marginalizados ou ignorados pelos meios de comunicação tradicionais (HARAWAY, 1991). A internet e as mídias sociais têm se mostrado ferramentas poderosas para a divulgação de pautas feministas, a denúncia de casos de violência política de gênero e a ampliação da participação política das mulheres.

Ao analisar a relação entre gênero, apropriação tecnológica e representação política, é fundamental considerar as interseccionalidades presentes nas experiências das mulheres na política. Mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e de outras minorias enfrentam desafios adicionais na busca por representação política e enfrentam múltiplas formas de discriminação e marginalização (CRENSHAW, 1989). A compreensão das dinâmicas interseccionais é essencial para uma análise abrangente e inclusiva da representação política das mulheres.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar as perspectivas e os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por uma maior representação política, considerando as complexidades da reflexividade, da apropriação tecnológica e das interseccionalidades presentes nesse cenário.

3.4 MULHERES NA POLÍTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS REPRESENTATIVAS

A teoria política feminista aborda a representação em três níveis distintos. Em primeiro lugar, temos a "representação formal", que diz respeito ao reconhecimento legal e constitucional da igualdade de participação política. Neste sentido, as mulheres têm o direito formal de participar nos processos políticos e de ocupar cargos públicos.

Em segundo lugar, temos a "representação descritiva", que defende que os representantes devem espelhar sociologicamente os representados. Ou seja, argumenta-se que em uma democracia, os membros de determinados grupos sociais devem ser representados por pessoas que compartilham suas experiências, valores e conhecimentos.

Por fim, a "representação substantiva" refere-se à efetiva presença e representação dos interesses das mulheres na política. Isso significa que as mulheres devem estar presentes em maior número nos órgãos de decisão política e que seus interesses sejam efetivamente considerados e defendidos, de forma relativamente autônoma, por outras mulheres.

Diversos autores destacam que a sub-representação política das mulheres resulta em uma inadequada atenção a questões relacionadas ao "universo feminino". Henderson e Jeydel (2010: 6-7) apontam que muitas preocupações das mulheres têm sido ignoradas, esquecidas ou tratadas de forma inadequada. Paxton e Hughes (2007: 4) concordam que os representantes políticos masculinos frequentemente consideram menos os interesses das mulheres. Seguindo a mesma linha, Judith Squires (1999: 2) observa que a ausência de mulheres na representação política pode sugerir que as questões de gênero não são politicamente relevantes.

As teóricas políticas feministas enfatizam que é necessário, embora insuficiente, aumentar a presença de mulheres para garantir uma representação mais igualitária e uma "massa crítica" capaz de influenciar a formulação de políticas. Em outras palavras, ter mais mulheres ocupando posições políticas é fundamental para garantir uma representação mais abrangente e sensível às questões relacionadas às mulheres e, assim, promover uma maior igualdade de gênero nas políticas públicas.

Paxton e Hughes (2007: 4) apresentam um exemplo ilustrativo da diferença que uma representação política feminina sensível à condição das mulheres pode fazer, por meio de um episódio envolvendo Golda Meir, quando ela ainda ocupava o cargo de ministra antes de liderar o governo israelense:

“Uma vez no governo, tivemos de lidar com um surto de ataques contra mulheres durante a noite. Um ministro (membro de um partido religioso extremista) sugeriu um recolher obrigatório. As mulheres deveriam ficar em casa depois de escurecer. Eu disse: ‘mas são homens quem ataca as mulheres. Se é para haver um recolher obrigatório, que sejam os homens a ficar em casa, não as mulheres’. A presença de Golda Meir no governo permitiu-lhe apontar a injustiça de obrigar as mulheres a ficar em casa, em vez dos homens. Se ela não estivesse lá, quem teria apontado esse facto?”

O conceito de representação política feminina evidencia a complexidade de abordar esse campo para além da norma dominante, frequentemente associada a um

padrão masculino, sem, contudo, cair na armadilha do "essencialismo" ou restringir o debate a uma mera dicotomia entre "igualdade" e "diferença".

Autores declaram que em vez de se focar exclusivamente em como a política estrutura o gênero, seria mais esclarecedor questionar como o gênero pode estruturar a política. Judith Squires argumenta que, ao concentrar-se unicamente na questão das mulheres, as teorias políticas feministas reforçam a norma não nomeada da masculinidade, silenciando, assim, o gênero em sua totalidade como categoria analítica. A autora busca demonstrar como as teorizações feministas alteraram os termos do debate para possibilitar a reflexão não apenas sobre a subjetividade feminina, mas também sobre a masculina. Sendo assim, ela defende que a tarefa mais importante é considerar as complexidades das questões de gênero além dos limites da construção dicotômica da masculinidade e da feminilidade (Squires, 1999).

Conforme a relação teórica feminista sobre a política amadurece, o enfoque tem evoluído de um projeto integracionista para um projeto transformista. O primeiro concentra-se na análise de como a política estrutura as relações de gênero, enquanto o último direciona-se para compreender como o gênero, por sua vez, estrutura a própria política. A inclusão das mulheres na esfera política não apenas favorece uma reconfiguração do exercício do poder, mas também impulsiona um projeto de transformação das práticas e instituições políticas que perpetuam uma sociedade desigual e injusta. Essa transformação é alcançada por meio da incorporação de diversas perspectivas, além das tradicionalmente consideradas "masculinas" ou "femininas", sem que as diferenças se anulem. De acordo com Kymlicka e Norman (2000, Apud Esteves, 2010, p.28), "a acomodação das diferenças não compromete o princípio da igualdade de cidadania, mas, na verdade, representa a essência da verdadeira igualdade".

No que se refere à participação e presença das mulheres na política brasileira, apesar do aumento do número de mulheres na Câmara dos Deputados Federais de 77 cadeiras em 2018 para 91 em 2022. Além disso, alguns estados como Maranhão, Sergipe e Amazonas não elegeram nenhuma representante feminina em 2018. Em contraste, o Distrito Federal se destaca como o estado com o maior número proporcional de deputadas na Câmara, com 5 mulheres em uma bancada composta por 8 deputados. Em números absolutos, São Paulo é o estado que lidera com o maior número de deputadas, com um total de 11 mulheres. É relevante mencionar que, pela primeira vez em 2018, uma deputada federal indígena foi eleita, Joênia Wapichana (REDE), representando o estado

de Roraima. Além disso, a veterana Luíza Erundina (PSOL), representante de São Paulo, foi reeleita para o sexto mandato. (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL, 2019).

Embora a participação feminina na política brasileira tenha apresentado um crescimento significativo, ainda não reflete adequadamente o número de eleitoras no país. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018, o total de eleitoras era de 77.319.586, correspondendo a aproximadamente 52% do eleitorado. Embora as mulheres representem a maioria do eleitorado, a equidade de gênero nas candidaturas ainda está distante de ser alcançada. Além disso, quando se considera a escolaridade, observa-se que a proporção de mulheres eleitoras com ensino superior completo é maior, cerca de 60,7%, enquanto os homens representam aproximadamente 39,3% nesse quesito.

Apesar do crescimento da participação feminina na política brasileira, com apenas 15% das cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados, o país ainda está significativamente abaixo da média observada na América Latina e no Caribe, onde a representação feminina média é de 28,8%. Além disso, algumas parlamentares ainda têm seu capital político vinculado a seus maridos ou pais, o que não necessariamente reflete uma independência em relação ao modelo patriarcal. Especialmente quando se trata de oligarquias políticas arraigadas no cenário brasileiro.

Nas eleições municipais de 2020, foi mantido o crescente lançamento de candidaturas femininas, alcançando um novo recorde: das mais de 522 mil candidaturas, aproximadamente 33,6% eram de mulheres. No que se refere às disputas pelas prefeituras, também houve um tímido crescimento, passando de 12,9% de candidaturas femininas em 2016 para 13,2% em 2020. Contudo, o maior avanço foi na participação de mulheres como vice na chapa, subindo de 17,62% em 2016 para 21,3% em 2020. Um marco significativo foi a eleição de 264 mulheres como prefeitas em 2020, sendo que 33% delas são mulheres negras (autodeclaradas pardas ou pretas), e 98% dessas prefeituras estão em cidades com menos de 100 mil habitantes. Dessas prefeitas eleitas, 32% conquistaram o segundo mandato. No entanto, o cenário foi diferente nas capitais, onde apenas uma mulher foi eleita prefeita. Palmas (TO) reelegeu sua prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB) já no primeiro turno.

A sub-representação política das mulheres, apesar de serem maioria no eleitorado, pode ser explicada historicamente pelo fato de que o espaço público sempre foi predominantemente destinado aos homens. Essa questão, aliada à construção e reforço do imaginário sobre o feminino ao longo do tempo, torna-se um ponto relevante para a

pesquisa no campo da comunicação. Especialmente ao considerarmos que os meios de comunicação tradicionais desempenham um papel fundamental no reforço das desigualdades de participação das mulheres no debate público e na escuta de suas vozes (THURLER, 2017). Ao examinar a construção da identidade feminina em relação aos Estudos Culturais, podemos compreender como essa identidade é moldada e reforçada pelo discurso midiático. A pesquisa sobre essa temática se mostra essencial para compreender como a mídia influencia e perpetua estereótipos de gênero, contribuindo para a desigualdade de oportunidades de participação política das mulheres.

Os Estudos Culturais, a partir dos anos 1950, revolucionaram a abordagem do discurso veiculado pelos meios de comunicação, rompendo com a visão de que essas mensagens eram transparentes e que a recepção era passiva por parte do público. Ao contrário, passou-se a compreender o processo de recepção como uma dinâmica de apropriação ativa (THOMPSON, 2008) e de negociação entre emissor e receptor (BRAGA, 2012). Nessa sociedade contemporânea em vias de midiaticização, é crucial considerar também o papel da circulação das mensagens. Ao abordar o processo de recepção como apropriação e a comunicação como um elemento conformador da sociedade e do sujeito, torna-se evidente que esse processo exerce um impacto direto na construção das identidades. A interação com as mensagens midiáticas influencia a formação de representações e significados que contribuem para moldar as identidades individuais e coletivas.

Assim, torna-se evidente que as identidades são construídas e atribuem significado por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos presentes em cada contexto sociocultural. Essa representação simbólica atua como um mecanismo pelo qual o mundo é categorizado e a realidade é interpretada. Vale destacar que as identidades não são uniformes, podendo haver diferenças e conflitos entre elas, bem como a adoção de papéis sociais variáveis dependendo da situação (SILVA, 2008).

Outro aspecto fundamental das identidades é sua natureza relacional e binária. Isso significa que a existência de uma identidade implica a negação de outras. Por exemplo, ao ser identificado como homem, automaticamente se exclui a possibilidade de ser mulher, pois as características assumidas por cada identidade são mutuamente exclusivas (SILVA, 2008). Esse jogo de exclusão e diferenciação é essencial para a construção e manutenção das identidades individuais e coletivas em um determinado contexto sociocultural.

Muitas vezes, a representação mental do que é considerado masculino ou feminino baseia-se na diferenciação biológica, sendo esse um fator relevante na formação das identidades de gênero. Historicamente, essa diferenciação tem sido utilizada para reduzir o conceito de gênero a um perfil de personalidade, resultando em uma identidade binária que se fundamenta nas diferenças entre os sexos. Para o masculino, são atribuídas características associadas à vida pública e à predominância da razão, enquanto para o feminino - sua negação - estão associadas à vida privada, restrita ao lar, e à predominância da emoção. Essas perspectivas foram moldadas a partir de uma visão unilateral (COLLING, 2004).

Essa concepção binária de gênero, embora historicamente disseminada, tem sido objeto de questionamento por diversos estudos e teorias feministas e dos Estudos de Gênero. O reconhecimento de que as identidades de gênero são construídas socialmente e que as características atribuídas a homens e mulheres são resultado de processos culturais e simbólicos tem sido fundamental para desafiar essa visão reducionista e promover uma maior compreensão das complexidades e diversidades das identidades de gênero (COLLING, 2004).

Dessa forma, compreender a relação entre gênero e identidade requer uma abordagem crítica e reflexiva que reconheça as construções sociais e culturais que moldam nossas percepções de masculino e feminino, e que reconheça também a multiplicidade de formas pelas quais as pessoas vivenciam e expressam suas identidades de gênero.

Simone de Beauvoir (2009), filósofa e ativista feminista, destacou o equívoco da visão que associa o gênero a características inatas e biológicas. Em sua obra, ela argumentou que ninguém "nasce mulher", mas sim se torna mulher através de um processo de construção social e cultural. Beauvoir apontou como a liberdade das mulheres foi historicamente limitada devido à sua capacidade gestacional, resultando na associação do gênero feminino com atributos como cuidado, amor, maternidade e fragilidade. Em contraste, o gênero masculino foi associado ao mundo da política, força e independência. Mulheres que apresentassem atributos considerados do gênero oposto eram frequentemente desqualificadas ou "masculinizadas". Essas construções sociais de gênero persistem até os dias atuais, perpetuando sistemas de opressão e dominação masculina. Por isso, as discussões sobre gênero são de extrema importância, pois revelam a natureza construída das identidades de gênero e apontam para as representações sociais que

moldam as percepções sobre o que é ser homem ou mulher. Esse modelo de identidade, fundamentado na estrutura de dominação masculina, continua a influenciar a forma como o gênero feminino é percebido e valorizado.

Portanto, a compreensão de gênero como uma construção social é essencial para desvelar os estigmas e preconceitos associados às identidades femininas. Ao questionar essas normas de gênero impostas, busca-se a promoção de uma sociedade mais igualitária, na qual todas as pessoas possam exercer sua liberdade e autonomia, independentemente de sua identidade de gênero.

Ao abordar a política, emerge novamente a discussão sobre o espaço público, historicamente vinculado à identidade masculina. Como destacado por DaMatta (1986), a "rua" tem sido associada à esfera pública e à presença masculina, enquanto a "casa" representa a esfera privada e está ligada à figura feminina. No contexto político, Schwartzberg (1977) descreve personagens femininas em duas categorias: "a-mulher" e o "acessório". O termo "a-mulher" indica a negação, referindo-se à baixa representação das mulheres em cargos de liderança e política, reforçando a percepção do espaço público como predominantemente "masculino".

Nesse sentido, quando uma mulher assume um cargo governamental, muitas vezes precisa adotar posturas e características consideradas "masculinas" para ser levada a sério, como se estivesse se transformando em um "travesti político", como descrito pelo autor. Essa situação revela como a política ainda é moldada por uma perspectiva de gênero que limita a participação feminina e favorece uma identidade política masculina.

Por outro lado, a figura feminina é frequentemente vista como "acessório" na política, exemplificado pelas primeiras-damas, cuja imagem é usada para complementar a do marido e conferir-lhe simpatia. Nesse papel, a mulher é colocada em uma posição secundária, como coadjuvante, sem poder de agência política significativo.

Essas representações políticas refletem uma estrutura de poder e dominação que restringe o papel das mulheres na esfera pública, mantendo-as em posições de subalternidade e limitando suas possibilidades de exercer liderança e influência no cenário político. Assim, é fundamental questionar e superar esses estereótipos de gênero na política, a fim de promover uma maior igualdade de oportunidades e representação efetiva para mulheres em todas as esferas da vida pública.

No contexto brasileiro, a presença e o desempenho das mulheres nas eleições estão intrinsecamente ligados à forma como são percebidas e avaliadas pela sociedade. Essa

participação pública das mulheres e sua posição em várias esferas sociais são influenciadas por redes complexas de opressão e diferentes dinâmicas da vida cotidiana.

Dentro dessas complexidades, está o fenômeno do discurso de ódio. Diante disso, no próximo capítulo, a pesquisa se propõe a investigá-lo. A partir da indagação "como opera o discurso de ódio direcionado às mulheres que atuam na política?", faremos uma análise de conteúdo das manifestações odiosas nas contas do Instagram das candidatas à prefeitura: Margarida Salomão, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Juiz de Fora; Marília Campos, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Contagem; e Elisa Araújo, do Podemos, em Uberaba. O intuito é compreender como esse tipo de discurso se manifesta e influencia a participação política das mulheres.

4 O MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADO À DISCUSSÃO DE GÊNERO

A transformação de costumes e ideias é um processo complexo que envolve múltiplas variáveis que influenciam a participação das mulheres na política. Tanto o arranjo político-institucional quanto a cultura política desempenham papéis importantes nessa dinâmica, em uma relação de influência mútua (Paiva, Souza e Lopes, 2004, p. 370-371). A sub-representação das mulheres na política não é causada por um único fator.

Neste trabalho, no entanto, abordaremos um aspecto desse fenômeno, o discurso de ódio direcionado à presença feminina na política, por meio de três campanhas eleitorais bem-sucedidas: Margarida Salomão, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Juiz de Fora; Marília Campos, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Contagem; e Elisa Araújo, do Podemos, em Uberaba. O período de análise consistiu no primeiro e segundo turno das eleições, no Instagram das candidatas, de 27 de setembro a 30 de novembro de 2020.

A escolha das candidatas encontra apoio em dois motivos fundamentais: (a) a participação das mulheres na política ainda é vista com desconfiança, sujeita a julgamentos superficiais e preconceituosos; e (b) o fato de o impeachment ter envolvido a primeira mulher presidente, o que pode ter desencadeado manifestações de ódio de natureza misógina e sexista, tanto em sua concepção quanto em seu desfecho. Essas manifestações refletem a herança de uma cultura que foi moldada pelo patriarcado,

afetando não apenas Dilma, como protagonista do processo, mas também as candidatas à prefeitura e sua posição/postura durante esse período.

O método utilizado foi a análise de conteúdo, desenvolvido pela professora de Psicologia da Universidade de Paris V, Laurence Bardin, que é amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, como ciências sociais, psicologia, comunicação e ciências da saúde. A metodologia parte do pressuposto de que o texto contém significados que podem ser identificados e interpretados. Seu objetivo principal é compreender e categorizar o conteúdo presente nos dados textuais de maneira sistemática e rigorosa.

O processo de análise de conteúdo de Bardin envolve várias etapas. A primeira etapa consiste na pré-análise, em que se familiariza com os dados textuais, lendo-os atentamente e definindo unidades de análise, que são os elementos significativos presentes no texto. Nessa etapa, também é importante estabelecer categorias que serão utilizadas na análise.

Após a pré-análise, segue-se a etapa de exploração do material, em que os dados são organizados de acordo com as categorias estabelecidas. Essa etapa envolve a leitura e o recorte do texto em unidades de registro, que são trechos que contêm informações relevantes para a pesquisa.

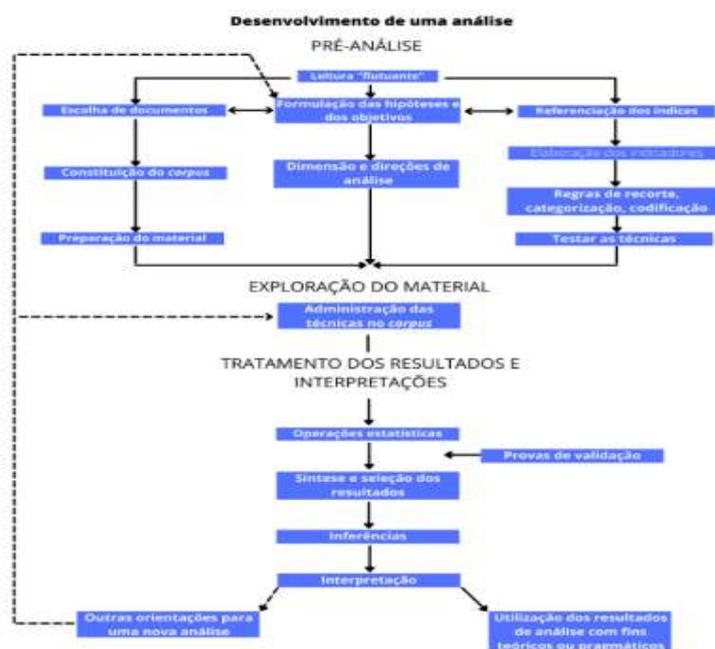
Em seguida, ocorre a etapa de tratamento dos resultados, na qual acontecem a análise das unidades de registro e o agrupamento em categorias, de acordo com o conteúdo e os significados encontrados. Essa categorização pode ser feita por meio de técnicas como a análise de frequência, que busca identificar os elementos mais recorrentes, e a análise de similaridade, que busca identificar padrões e relações entre os dados.

A última etapa da análise de conteúdo de Bardin é a interpretação dos resultados. Nessa etapa, busca compreender o significado das categorias identificadas e realizar inferências a partir dos dados analisados. É importante considerar o contexto em que os dados foram coletados e levar em conta a subjetividade durante essa interpretação.

A análise de conteúdo de Bardin oferece uma abordagem sistemática e estruturada para a análise de dados textuais, permitindo a identificação de padrões, temáticas e significados presentes nos textos. É um método flexível, que pode ser adaptado para diferentes contextos de pesquisa e aplicado tanto em dados qualitativos quanto quantitativos, contribuindo para a compreensão aprofundada dos fenômenos estudados.

Para melhor compreender o conteúdo analisado foi necessário, conforme as teorias de Bardin (1977, p. 51), destacar em uma tabela os itens com maior probabilidade de aparecerem no material pesquisado (categorização). O método de análise de conteúdo envolve uma sistemática, vide imagem abaixo:

Figura 2 – Desenvolvimento da Análise de Conteúdo



(Fonte: BARDIN, 1977, p. 132)

A esquematização facilita a visualização durante o desenvolvimento da análise. Laurence Bardin destaca, ainda, a importância de reconhecer que, embora alguns procedimentos possam parecer semelhantes, existem diferenças essenciais subjacentes:

A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação). A análise documental faz se, principalmente, por classificação análise categórica temática e, entre outras, uma indexação; a das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. (BARDIN, 1977, p.52)

Seguindo este caminho da análise de conteúdo, o primeiro passo tomado foi a seleção dos itens que comporiam a tabela básica, ou seja, a categorização. A escolha foi apontada pelo contexto político e influenciada pela presença frequente do discurso de ódio direcionado às mulheres na política. Em leitura flutuante, nos comentários que caracterizaram abordagem crítica ou negativa às candidatas, buscou-se classificar estes textos em subcategorias relativas à macrocategoria "Discurso de Ódio". A partir daí, dividimos nas seguintes subcategorias: Incivilidade x desrespeito, Alvo do discurso de ódio, Ódio explícito x ódio velado, Dimensões-chaves do discurso de ódio, Tipo de Comentarista, Dilma Presente e Recursos linguísticos reveladores de ódio.

O objetivo foi analisar a informação presente nas expressões, levando em consideração a tipicidade do discurso de ódio, a maneira como ele é manifestado, a transmissão da mensagem, a forma adotada pelo discurso e o perfil do usuário. Todo o processo foi feito de forma manual.

Na tabela abaixo, elucidamos como foi realizada a categorização:

Tabela 2: Categorização da pesquisa

Discurso de Ódio	Incivilidade x desrespeito	Avalia-se se o discurso de ódio afeta diretamente outra pessoa com quem compartilha o espaço digital, classificando-o como Discurso de ódio/incivilidade (Bohman & Richardson, 2009; Steiner, 2012; Testa, 2012; Maia, 2016), ou se o discurso de ódio é direcionado a um grupo e/ou minoria, enquadrando-o como Discurso de ódio/desrespeito.		
	Alvo do discurso de ódio	Verificar se os comentários praticados podem estar enraizadas em desigualdades pré-existentes, como Política/partidária – Sexismo – LGBTfobia – Etnicidade – Religiosa – Aparência – Classe Social		
	Ódio explícito x ódio velado	De acordo com a teoria de Rosenfeld, é possível classificar as expressões odiosas em hate speech in form (quando são explícitas) e hate speech in substance (quando são veladas).		
	Dimensões-chaves do discurso de ódio	Identificar os comentários com as cinco dimensões de Biroli e Miguel (2014), perpassando pela interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021)		
	Tipo de Comentarista	<p>HATER – A palavra "hater" (traduzida como "odiador") tem origem no hip hop norte-americano e está associada à expressão "Haters Gonna Hate" (Odiadores vão odiar) (AMARAL & MONTEIRO, 2011). Ela é utilizada para categorizar indivíduos que falam mal de outras pessoas por meio dos espaços de interação e conversação na internet.</p> <p>Troll – se comportam de maneira enganosa, destrutiva ou perturbadora em ambientes sociais na internet, sem aparente finalidade instrumental (BUCKELS, TRAPNELL, PAULHUS, 2014). Os trolls político-sociais são motivados por uma ideologia partidária e se esforçam, de forma coordenada, para sobrecarregar plataformas online por meio de manifestações cívicas.</p> <p>Skeptics – são opositores que reagem sempre negativamente a qualquer debate público. Independentemente da ideologia ou da questão em discussão, suas reações são sempre arbitrárias.</p>		
	Dilma Presente	Verificar se há presença ou ausência de menção à figura de Dilma nos comentários		
	Recursos Linguísticos	Caixa alta	Verificar a presença ou ausência.	
		Emoji	Verificar a presença ou ausência.	
Pontuação		Verificar presença ou ausência de pontuação excessiva		

O trabalho, portanto, por meio desta técnica, procurou identificar os processos sintáticos presentes nos textos, como o uso de recursos linguísticos (como emojis, letras maiúsculas e pontuação excessiva), conforme descrito por Marcuschi (2002) em relação à estrutura das expressões e características gramaticais. O objetivo foi identificar a frequência, amplitude e influência desses recursos. Em termos semânticos, o estudo buscou interpretar as informações contidas nas expressões relacionadas à manifestação do discurso, sua transmissão, forma e o tipo de ator que emite o discurso de ódio.

A análise dos comentários e publicações coletadas teve como objetivo identificar padrões, temas recorrentes, sentimentos expressos pelos usuários e demais aspectos relevantes para compreender a dinâmica das interações no Instagram em relação às candidaturas.

Também analisamos xingamentos, ofensas e ataques, termos frequentemente utilizados para descrever esses fenômenos, mas que não possuem definições claras na legislação ou nos termos de uso das plataformas. Quando essas manifestações expressam ódio, desprezo ou depreciação em relação a indivíduos pertencentes a grupos sociais marginalizados, podem ser consideradas como discurso de ódio.

Durante esta análise, levamos em consideração a questão de gênero. Inclusive, ao aplicarmos o método de Bardin na análise de conteúdo relacionada à questão de gênero, seguimos algumas etapas:

1. Definição do objetivo da análise: É essencial estabelecer claramente o objetivo da pesquisa, determinando quais aspectos relacionados ao gênero serão investigados e quais questões serão abordadas.
2. Seleção do corpus de análise: Deve ser selecionado o conjunto de textos ou documentos que serão analisados. Isso pode incluir artigos acadêmicos, entrevistas, discursos, mídias sociais, entre outros, que abordem a questão de gênero
3. Codificação e categorização: O próximo passo é realizar a leitura e codificação dos textos, identificando trechos relevantes relacionados à questão de gênero. Os trechos podem ser categorizados de acordo com temas, conceitos ou padrões emergentes. Por exemplo, podem ser criadas categorias como papéis de gênero, estereótipos de gênero, desigualdades de gênero, identidade de gênero, entre outros.

4. **Análise e interpretação dos dados:** Uma vez que os dados tenham sido codificados e categorizados, pode-se analisar as relações, tendências e padrões que surgem nas categorias estabelecidas. A interpretação deve ser embasada em teorias e conceitos relevantes relacionados à questão de gênero, buscando compreender as complexidades e as nuances presentes nos dados.
5. **Apresentação dos resultados:** Os resultados da análise devem ser apresentados de forma clara e coerente, utilizando-se de citações ou exemplos para sustentar as conclusões alcançadas. Gráficos, tabelas ou outras representações visuais podem auxiliar na visualização dos resultados.

Com base na literatura existente, buscamos compreender as questões envolvidas na leitura de gênero e sua interseção com as disputas eleitorais. Assim, a coleta de conteúdo consistiu em monitorar as publicações feitas pelas candidaturas no Instagram e coletar comentários odiosos nestas postagens. Ao longo do período de análise, foram analisadas um total de 900 publicações. Essas publicações foram selecionadas com base na relevância para o estudo, abrangendo diferentes aspectos das campanhas e discursos das candidaturas.

A partir dessas coletas, foram extraídos 339 comentários odiosos feitos pelos usuários nas publicações analisadas. A Tabela abaixo exhibe o resultado da coleta em números:

Tabela 3: Interações no Instagram

Interações nas contas do Instagram	Prefeitas			Resultado
	Elisa	Marília	Margarida	
Candidatas	Elisa	Marília	Margarida	Total
Número de postagens	353	267	280	900
Comentários negativos	113	118	108	339

Esses comentários foram considerados como amostras dos discursos e interações presentes no ambiente virtual relacionados às candidaturas políticas durante o período monitorado.

4.1 BREVE HISTÓRICO DAS CANDIDATAS

Aqui, neste trabalho, faremos análise dos comentários odiosos direcionados a três prefeitas que assumiram, em 2021, o comando das administrações municipais de Juiz de Fora, Uberaba e Contagem. Antes de adentrarmos nesta análise, faz-se necessário um breve histórico sobre cada candidata.

4.1.1 Margarida Salomão

Depois de disputar quatro vezes o pleito, Margarida Salomão tornou-se a única mulher na história atual a ser eleita para chefiar o Executivo juiz-forano, com 54,98% dos votos válidos. Nasceu em Juiz de Fora e tem 73 anos.

Ingressou na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1968, como aluna da primeira turma de Licenciatura em Letras. Foi a primeira mulher reitora da mesma instituição de ensino (1998 a 2006), onde dedicou 40 de seus 71 anos de vida à docência, com doutorado e pós-doutorado em Linguística na Universidade da Califórnia (EUA). Foi deputada federal por dois mandatos (2013 a 2020).

Sua carreira política teve início na década de 1980, quando se envolveu com movimentos sociais e sindicais. Em 1989, foi eleita vereadora em Juiz de Fora, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo no município. Durante seu mandato, teve um papel ativo na defesa dos direitos das mulheres e na promoção de políticas públicas voltadas para a educação.

Em 2002, Margarida Salomão foi eleita deputada federal pelo estado de Minas Gerais. Ela foi reeleita nas eleições seguintes, em 2006 e 2010. Durante seu tempo na Câmara dos Deputados, destacou-se por sua atuação em defesa da educação, cultura e direitos humanos. Também foi membro de comissões importantes, como a Comissão de Educação e Cultura. Além de sua atuação parlamentar, Salomão também é reconhecida como escritora e pesquisadora, tendo publicado diversos livros e artigos acadêmicos.

Em sua conta no Instagram, Margarida Salomão conta com 83,5 mil seguidores. Na imagem abaixo, apresentamos e quantificamos os termos ofensivos direcionados à candidata durante o período eleitoral. Vale salientar, que muitos comentários podem ter sido ocultados de sua página.

4.1.2 Marília Campos

Marília Campos, prefeita eleita pela segunda vez em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, com 147.768 votos. Marília Campos é uma política brasileira nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ela é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e possui uma sólida trajetória de engajamento político.

Campos iniciou sua carreira profissional como professora da rede pública de ensino, exercendo um importante papel na área da educação. Sua atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores e das políticas educacionais foi fundamental para sua entrada na vida política.

Em 1996, Marília Campos foi eleita prefeita de Contagem, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. Ela se tornou a primeira mulher a ocupar esse cargo na história do município. Durante seu mandato, Campos implementou diversas políticas públicas voltadas para áreas como saúde, educação, habitação e infraestrutura, conquistando reconhecimento por sua gestão eficiente e voltada para o desenvolvimento social.

Após seu mandato como prefeita, Marília Campos seguiu sua carreira política. Ela foi eleita deputada estadual por Minas Gerais em 2014 e reeleita em 2018. Na Assembleia Legislativa, tem se destacado por seu trabalho em defesa dos direitos sociais, da igualdade de gênero, da educação de qualidade e do fortalecimento dos municípios.

Além de sua atuação política, Marília Campos também é reconhecida por sua formação acadêmica. Ela é formada em Pedagogia, possui mestrado em Educação e é doutora em Ciências da Educação. Contagem é a terceira maior cidade do estado. Em sua conta no Instagram, Marília contabiliza 66,6 mil seguidores.

4.1.3 Elisa Araújo

Elisa Araújo, do Solidariedade, é a primeira mulher eleita prefeita de Uberaba, em 200 anos. Primeira vez, também, que Elisa ocupa um cargo público. Estreante na política, Elisa é especialista em Gestão de Negócios e formada em Arquitetura e Urbanismo. Vem da indústria de calçados e dos setores de hotelaria e de transporte. A empresária de 38 anos foi eleita com 57,36%. No Instagram, Elisa possui 47,7 mil seguidores.

Os comentários odiosos direcionados às candidatas às prefeitas são uma realidade, independentemente da experiência anterior no setor privado ou público. Infelizmente, as

mulheres na política muitas vezes enfrentam discursos de ódio baseados em gênero, ideologia política, aparência física, entre outros aspectos.

Esses discursos de ódio refletem desigualdades estruturais e preconceitos arraigados na sociedade. As candidatas às prefeitas são alvo de ataques e críticas negativas que vão além do debate político saudável. Esses discursos podem ser motivados por diversas razões, incluindo resistência à participação das mulheres na esfera política, intolerância ideológica e falta de respeito pela diversidade de opiniões.

A experiência prévia no setor privado ou público pode influenciar a forma como as candidatas são percebidas e as críticas que enfrentam. No entanto, é importante destacar que os discursos de ódio não estão necessariamente relacionados à experiência profissional das candidatas, mas sim à persistência de preconceitos e estereótipos de gênero que permeiam a sociedade. Identificar estes padrões e características comuns das manifestações de ódio é o que faremos na próxima seção.

4.2 ANÁLISE DO DISCURSO DE ÓDIO DIRECIONADO ÀS MULHERES NA POLÍTICA: OS CASOS DE ELISA ARAÚJO, MARGARIDA SALOMÃO E MARÍLIA CAMPOS

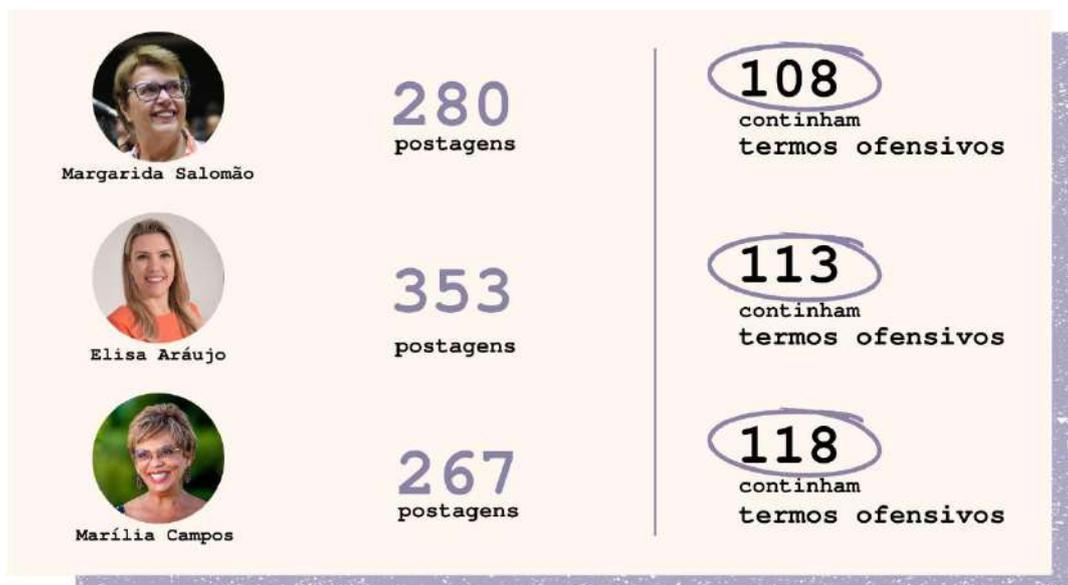
Nesta seção, realizaremos a análise detalhada dos comentários de ódio deixados nas contas de Instagram das prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos. Nosso objetivo é identificar os padrões e tendências presentes nesses discursos negativos, a fim de compreender melhor as formas como o discurso de ódio afeta as mulheres na política e as consequências dessas manifestações para as prefeitas e a esfera política em geral.

Utilizando uma abordagem de análise de conteúdo, examinaremos as palavras, frases e estratégias retóricas utilizadas nos comentários, buscando identificar os temas mais recorrentes e as características comuns dessas manifestações de ódio. Além disso, iremos considerar o impacto emocional e psicológico desses discursos sobre as prefeitas, bem como o impacto na percepção pública e na construção da imagem dessas líderes políticas.

Ao analisar o discurso de ódio direcionado a Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos, poderemos obter insights valiosos sobre as formas específicas de ataques que as mulheres na política enfrentam, além de compreender como esses ataques

podem reforçar estereótipos de gênero e minar a legitimidade e autoridade dessas líderes políticas. Abaixo, uma visão geral da coleta:

Figura 3: Coleta de Termos Ofensivos



4.2.1 Incivilidade x desrespeito

Nesta seção, abordaremos a subcategoria “incivilidade e desrespeito”, no contexto dos comentários deixados nas contas de Instagram das prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos. É importante entender as nuances desses conceitos, pois eles refletem diferentes formas de expressão negativa nas interações online.

É importante ressaltar a dificuldade de se ter o número preciso de comentários com discurso de ódio relacionados a candidatas políticas devido às práticas de ocultação ou exclusão desses comentários por parte das próprias candidatas ou de suas equipes de gerenciamento de redes sociais.

As candidatas políticas frequentemente enfrentam comentários negativos, abusivos ou de ódio nas plataformas de mídia social, seja devido a sua identidade de gênero, posicionamentos políticos ou qualquer outra característica pessoal. Para proteger sua integridade e evitar a propagação do discurso de ódio, muitas candidatas optam por ocultar ou excluir esses comentários ofensivos de suas páginas e perfis.

Embora essa prática seja compreensível em termos de autopreservação e segurança, ela cria um desafio para a obtenção de dados precisos sobre a extensão e a natureza do discurso de ódio direcionado a candidatas políticas. A remoção desses comentários dificulta a avaliação adequada do problema, tanto em termos de quantidade quanto de conteúdo.

Figura 4: Comentário de incivilidade x desrespeito no Instagram da Margarida Salomão



Figura 5: Comentário de incivilidade x desrespeito no Instagram da Marília Campos

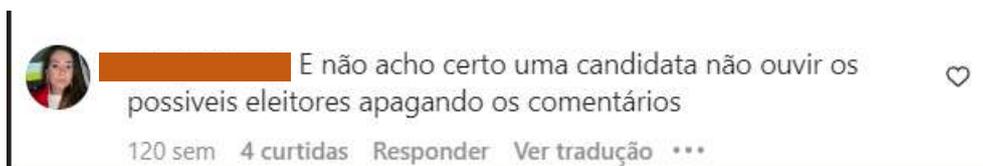
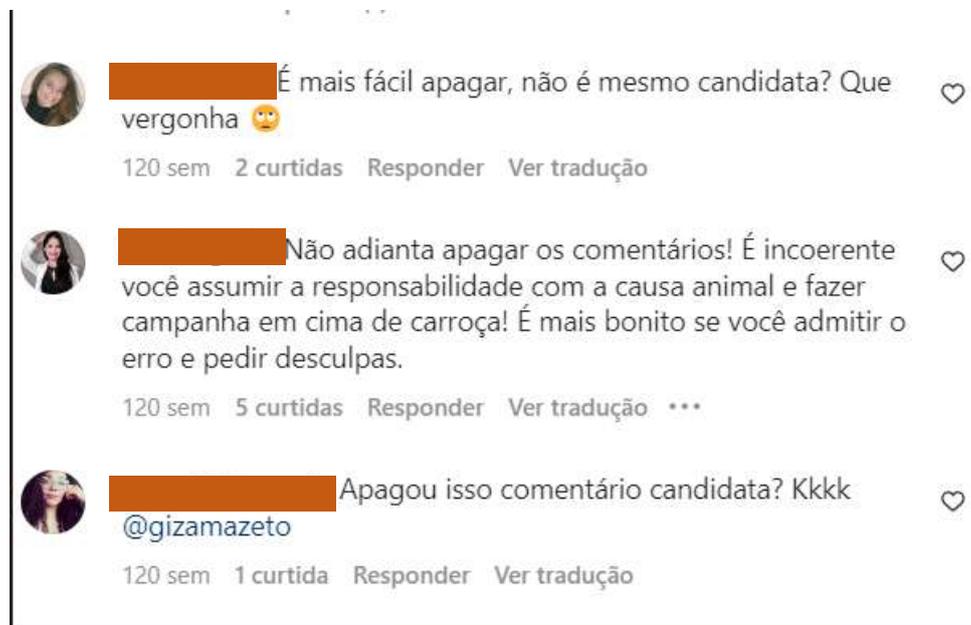


Figura 6: Comentário de incivilidade x desrespeito no Instagram da Elisa Araújo



Nos comentários não ocultados, conseguimos encontrar materiais, que foram interpretados seguindo o conceito de discurso de ódio/incivilidade, como discutido por acadêmicos como Bohman e Richardson (2009), Steiner (2012), Testa (2012) e Maia

(2016), refere-se a expressões verbais ou escritas que se caracterizam por um comportamento agressivo, ofensivo ou hostil dirigido a um indivíduo específico. Esse tipo de discurso busca desacreditar, deslegitimar, intimidar ou atacar diretamente uma pessoa, sem necessariamente se voltar para um grupo ou minoria específica.

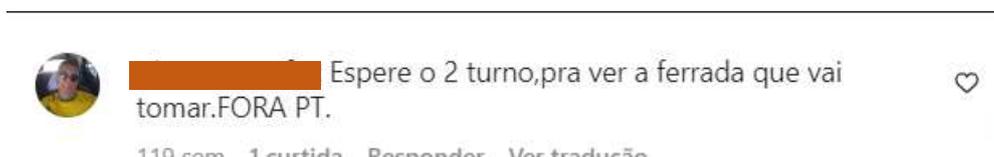
Figura 7: Comentário de discurso de ódio/incivilidade no Instagram da Elisa Araújo



O discurso de ódio/incivilidade muitas vezes ocorre no contexto de interações online, especialmente nas redes sociais, onde indivíduos podem se sentir mais seguros para expressar seus sentimentos negativos ou fazer ataques pessoais. Pode envolver insultos, humilhações, ameaças, difamações e ridicularizações dirigidas a um alvo individual.

As consequências desse tipo de discurso podem ser extremamente prejudiciais para a vítima. Elas podem incluir danos emocionais, psicológicos e até mesmo físicos, afetando a saúde mental e o bem-estar do indivíduo. Além disso, a disseminação do discurso de ódio/incivilidade pode criar um ambiente tóxico e hostil no espaço digital, desencorajando a participação saudável e construtiva.

Figura 8: Comentário de discurso de ódio/incivilidade no Instagram da Margarida Salomão



No contexto legal, o discurso de ódio/incivilidade pode ter implicações variadas, dependendo das leis de cada país. Em algumas jurisdições, certas formas de discurso de ódio podem ser consideradas crimes e podem resultar em ações legais contra os agressores.

É importante ressaltar que a linha entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio/incivilidade pode ser tênue. Enquanto a liberdade de expressão é um direito fundamental, ela não deve ser usada como uma desculpa para difamar, atacar ou prejudicar os outros. É essencial promover o diálogo respeitoso e construtivo, evitando o uso de linguagem ofensiva, ameaçadora ou prejudicial.

Figura 9: Comentário de discurso de ódio/incivilidade no Instagram da Marília Campos



Portanto, o discurso de ódio/incivilidade se refere a expressões agressivas, ofensivas ou hostis direcionadas a um indivíduo específico, sem necessariamente estar relacionado a um grupo ou minoria. Ele tem o potencial de causar danos significativos tanto para a vítima quanto para o ambiente digital como um todo.

Já o "discurso de ódio/desrespeito", como discutido por Anderson, Brossard, Scheufele, Xenos e Ladwig (2013), Borah (2012), Carter (1998), Papacharissi (2004) e Sapiro (1999), refere-se a um tipo de discurso que tem como objetivo promover a hostilidade, o desrespeito e a discriminação contra um grupo ou minoria específica. Ao contrário do discurso de ódio/incivilidade que se concentra em ataques individuais, o

discurso de ódio/desrespeito é direcionado a um conjunto de pessoas compartilhando características comuns.

Figura 10: Comentário discurso de ódio/desrespeito - Marília Campos



Esse tipo de discurso tende a desumanizar, estigmatizar e marginalizar determinados grupos com base em características como raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, entre outros. Pode envolver expressões de ódio, preconceito, difamação e a propagação de estereótipos negativos. O objetivo é deslegitimar e diminuir a dignidade desses grupos, contribuindo para a criação de uma atmosfera de desrespeito e exclusão.

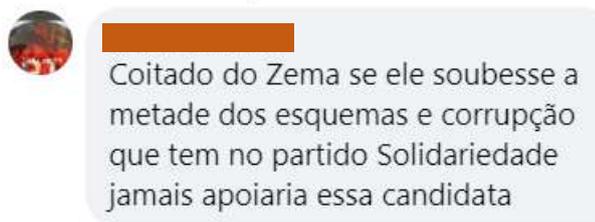
O discurso de ódio/desrespeito tem um impacto significativo naqueles que são alvo dessas expressões. Pode gerar danos psicológicos, emocionais e sociais, reforçando a desigualdade, a discriminação e a violência. Além disso, a disseminação desse tipo de discurso pode contribuir para a polarização e a fragmentação social, dificultando a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Figura 11: Comentário discurso de ódio/desrespeito - Margarida Salomão



É importante destacar que o discurso de ódio/desrespeito não é protegido pela liberdade de expressão. Em muitos países, existem leis que criminalizam o discurso de ódio, visando proteger os indivíduos e grupos vulneráveis contra ataques verbais ou escritos que incitem a violência, a discriminação ou o ódio.

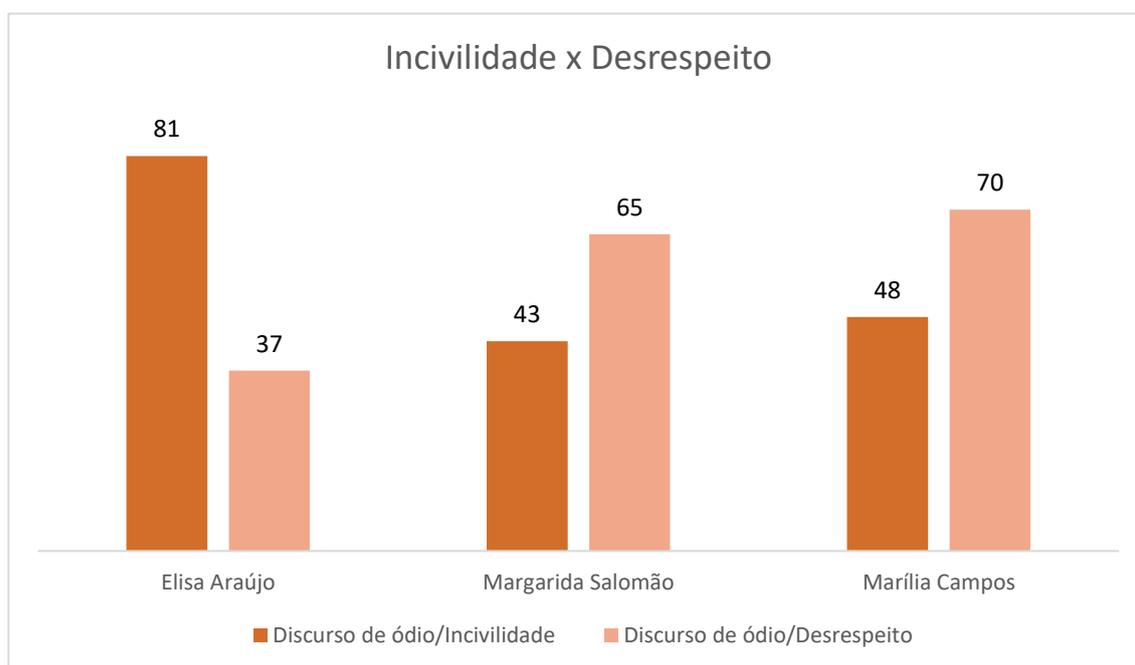
Figura 12: Comentário discurso de ódio/desrespeito - Elisa Araújo



Portanto, o discurso de ódio/desrespeito refere-se a expressões que visam promover a hostilidade e a discriminação contra grupos ou minorias específicas. Ele tem o potencial de causar danos significativos e contribuir para a marginalização desses grupos. O combate a esse tipo de discurso envolve a conscientização, a educação e a adoção de medidas legais e políticas para promover a igualdade, a inclusão e o respeito mútuo.

Abaixo, gráfico para visualizar o que foi exposto:

Gráfico 1: Incivilidade x Desrespeito



Fonte: Autoria própria

4.2.2 Alvo do discurso de ódio

Na análise realizada, foram identificados diferentes tipos de discurso presentes nas interações relacionadas às candidaturas políticas no Instagram. Dentre esses tipos de discurso, destacam-se como alvo: política/partidária, sexismo, LGBTfobia, etariedade, religiosa, aparência, classe social, e menções a "Dilma Presente".

O discurso político/partidário refere-se aos comentários e discussões relacionados às propostas, posicionamentos e filiações partidárias das candidaturas. Essas interações podem envolver debates sobre políticas públicas, ideologias, apoio ou críticas às candidaturas com base em suas posições políticas.

O sexismo é um tipo de discurso que envolve a discriminação ou desvalorização com base no gênero. Nesse contexto, podem ocorrer comentários que desqualificam ou menosprezam candidaturas femininas com base em estereótipos de gênero, desconsiderando suas competências e habilidades.

A LGBTfobia refere-se a comentários ou atitudes discriminatórias ou preconceituosas direcionadas a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e demais identidades de gênero e orientações sexuais não heterossexuais. Esses discursos podem manifestar-se por meio de comentários ofensivos ou intolerantes em relação à diversidade sexual e de gênero.

A etarismo diz respeito a comentários que discriminam ou estigmatizam pessoas com base na idade. Esses discursos podem expressar preconceitos em relação a candidaturas mais jovens ou mais velhas, desvalorizando suas capacidades com base na idade.

O discurso religioso refere-se a comentários ou referências religiosas que podem influenciar as interações e percepções em relação às candidaturas. Esses discursos podem abordar temas como valores morais, ética e crenças religiosas, podendo gerar apoio ou rejeição com base na religião.

A aparência como tipo de discurso envolve comentários relacionados à aparência física das candidaturas. Essas interações podem enfatizar aspectos estéticos, julgando e avaliando as aparências de forma positiva ou negativa, o que pode influenciar a percepção e a recepção das candidaturas.

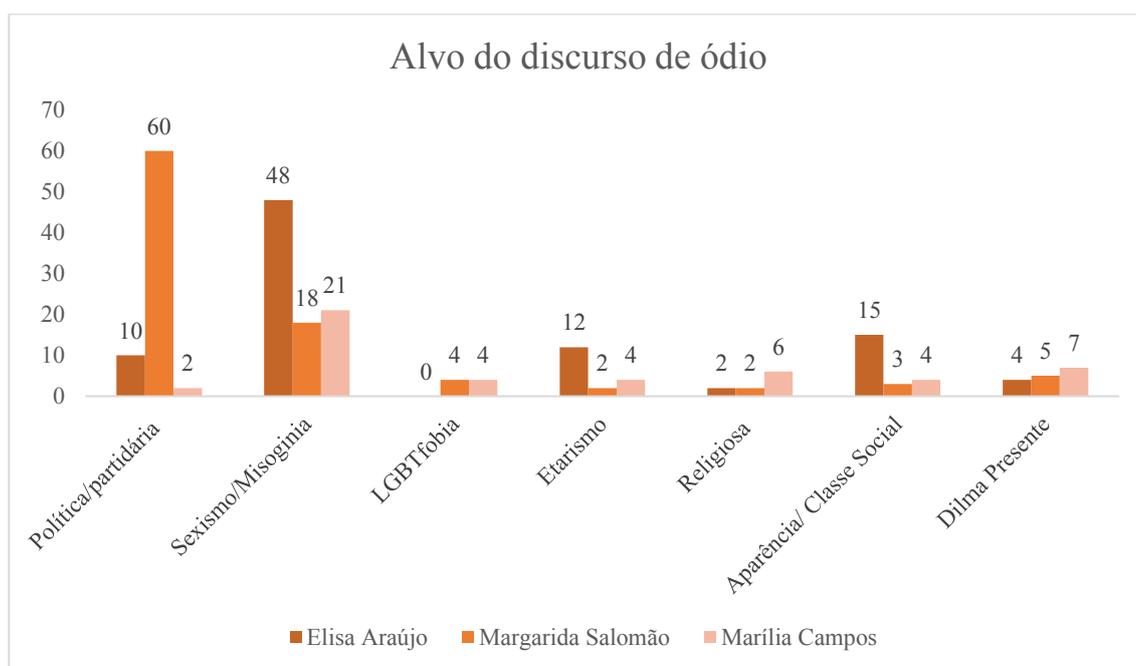
A classe social é um tipo de discurso que envolve referências à posição socioeconômica das candidaturas ou críticas relacionadas à desigualdade social. Essas

interações podem abordar questões de distribuição de renda, privilégios socioeconômicos e políticas públicas relacionadas à classe social.

Por fim, a menção a "Dilma Presente" refere-se a comentários que fazem referência à ex-presidente Dilma Rousseff. Essas menções podem expressar apoio ou críticas à sua gestão, discutindo políticas implementadas durante seu mandato ou fazendo alusões políticas e partidárias. Abordaremos mais detalhadamente em uma próxima seção.

Essa diversidade de tipos de discurso identificados nas interações no Instagram durante o período de análise evidencia a complexidade das discussões políticas e as múltiplas dimensões que podem influenciar as percepções e interações relacionadas às candidaturas políticas.

Gráfico 2: Alvo do discurso de ódio



Fonte: Autoria própria

Elucidando as palavras e expressões, abaixo, criamos uma tabela expondo os comentários separados de acordo com cada alvo do discurso de ódio:

Tabela 4: Tipos de Discurso de Ódio

ALVO DO DISCURSO DE ÓDIO	PALAVRAS OU EXPRESSÕES
Político/Partidária	“PT nunca mais” “comunista” “petralha” “ela não” “esquerda lixo” “corrupta” “13 é número do azar” “suja”
Sexismo/Misoginia	“burra” “despreparada” “arrogante” “fraca” “não é concurso de miss” “não sabe fritar um ovo” “vai lavar uma louça” “desmiolada” “vaca” “cara de pau” “mentirosa” “cachorrinha” “rata” “seu marido que vai governar” “só vive de salto”
LGBTFOBIA	“o margaridão”
Etariidade	“figurinha repetida” “política velha”
Religiosa	“capeta” “demônio” “castigo”
Aparência/classe social	“loirinha” “riquinha” “petista gosta de roubar” “querem mamar em todo brasil”
Dilma Presente	“Dilma do brejo” “Dilma mandou lembranças” “Eu vi uma Dilma em forma de Elisa”

Fonte: Autoria própria

Para a pesquisa, consideramos importante entender quem comentava. Foi observado que a maioria dos comentários com discurso de ódio direcionado às mulheres na política provêm de homens. Essa constatação revela uma dinâmica preocupante, na qual o ambiente político é marcado por desigualdade de gênero e pela perpetuação de estereótipos negativos e preconceitos.

Esses comentários sexistas refletem uma cultura de misoginia enraizada na sociedade, na qual as mulheres são alvo de ataques e críticas baseadas em sua identidade de gênero. Esses discursos de ódio visam desvalorizar, desacreditar e deslegitimar a participação e o papel das mulheres na política.

É importante ressaltar que o discurso de ódio não se limita apenas aos comentários de homens, mas é mais predominante neste grupo. A presença de discursos misóginos

também pode ser observada em algumas mulheres, revelando a internalização de normas sociais patriarcais e a reprodução de preconceitos de gênero.

Tabela 5: Gênero presente nos comentários

Prefeitas	Comentários homem	Comentários mulher
Margarida Salomão	63	45
Elisa Araújo	81	34
Marília Campos	63	50

Fonte: Autoria própria

No ataque ao gênero é marcante a marginalização das mulheres. Enquanto os homens possuem características, como a força, a agressividade e o domínio, as mulheres são vinculadas à fraqueza e à passividade. Segundo Perry (2001) e Ahmed (2014), este tipo de violência de gênero busca intimidar e controlar as mulheres, e isso não se restringe a somente uma e sim a todas, mesmo que não atingidas diretamente.

Adriana Wagner (2005, p.7) explica que estas características são formadas a partir do que é estipulado como pertencente a cada gênero:

A dicotomia entre papéis femininos e masculinos leva-nos a pensar no fato de que, desde que nasce, o ser humano é inserido em uma história preexistente. Como legado social, ele recebe uma série de informações sobre o que é esperado que faça, de acordo com as características do grupo ao qual pertence. Constantemente, ele é separado em categorias, sejam sexuais, econômicas ou raciais, sugerindo, em outros aspectos, que uns são mais aptos que outros para desempenhar determinadas funções.

As mulheres que mais sofrem ataques de ódio são as que estão, geralmente, em posição de referência, como jornalistas, influenciadoras, líderes feministas e políticas. E quando se trata do último item citado, o problema ganha profundos impactos:

Os prejuízos são diretamente voltados para os locais em que se considera que o futuro está sendo formado e sendo decidido e para os indivíduos que participam ativamente dessa construção. Dessa forma, coibi-las e proibi-las de estarem livres é, também, restringir ou negar as múltiplas possibilidades de existência e o controle sobre o horizonte das mulheres (SIAPERA, 2019).

A evocação da metáfora do ciborgue serve para “estimular as feministas a irem além das limitações das noções de gênero, feminismo e política” (HOLLANDA, 2019, p.12). Por isso, ajuda a entender as relações contidas entre mídia, gênero e política, especialmente caras ao debate sobre a construção de representações na comunicação eleitoral.

4.2.3 Ódio explícito x ódio velado

Nesta seção, exploraremos a distinção entre o ódio explícito e o ódio velado presente nos comentários direcionados às prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos. Essa diferenciação nos permitirá compreender as estratégias retóricas utilizadas pelos detratores e as diversas maneiras pelas quais o ódio é manifestado.

O discurso de ódio velado, Wodak destaca a importância de entender as estratégias discursivas sutis que são utilizadas para transmitir preconceitos e estereótipos de maneira disfarçada. Isso pode incluir o uso de linguagem ambígua, ironia, sarcasmo, insinuações e estereótipos dissimulados. Wodak argumenta que o discurso de ódio velado pode ser tão prejudicial quanto o discurso explícito, pois muitas vezes é mais difícil de ser identificado e contestado.

Em suas pesquisas, Wodak também enfatiza a necessidade de analisar o contexto social, político e histórico em que o discurso de ódio ocorre. Ela investiga como os discursos de ódio são moldados por ideologias, discursos políticos e estruturas de poder, e como eles podem se tornar parte de um sistema mais amplo de opressão e marginalização.

As manifestações odiosas explícitas são aquelas que ocorrem de forma direta e aberta, sem mascaramento. Nesse tipo de manifestação, os indivíduos expressam de maneira clara e evidente seus sentimentos de ódio, preconceito e intolerância. Essas expressões podem incluir discurso de ódio, insultos, ameaças, agressões físicas ou verbais, discriminação flagrante e incitação à violência.

Por outro lado, as manifestações odiosas veladas são mais sutis e menos explícitas. Elas envolvem o uso de estratégias mais dissimuladas para expressar o ódio e a intolerância, muitas vezes envolvendo formas de discriminação mais sutis, estereotipação, preconceitos implícitos e comportamentos discriminatórios disfarçados. Essas manifestações podem ocorrer por meio de piadas ofensivas, comentários

sarcásticos, estigmatização indireta, exclusão social ou marginalização, entre outras formas de expressão mais sutis.

A categorização das manifestações odiosas em explícitas e veladas ajuda a compreender a diversidade de formas que o ódio pode assumir na sociedade. Enquanto as manifestações explícitas são mais evidentes e diretas, as manifestações veladas podem ser mais difíceis de detectar e enfrentar, uma vez que estão enraizadas em atitudes e comportamentos muitas vezes sutis e implícitos. Como nos exemplos abaixo:

Figura 13: Comentário velado - Margarida Salomão



Figura 14: Comentário velado - Elisa Araújo

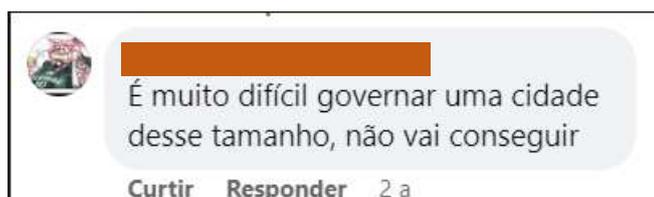
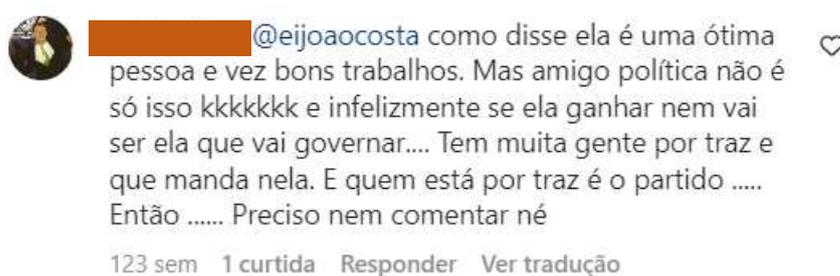
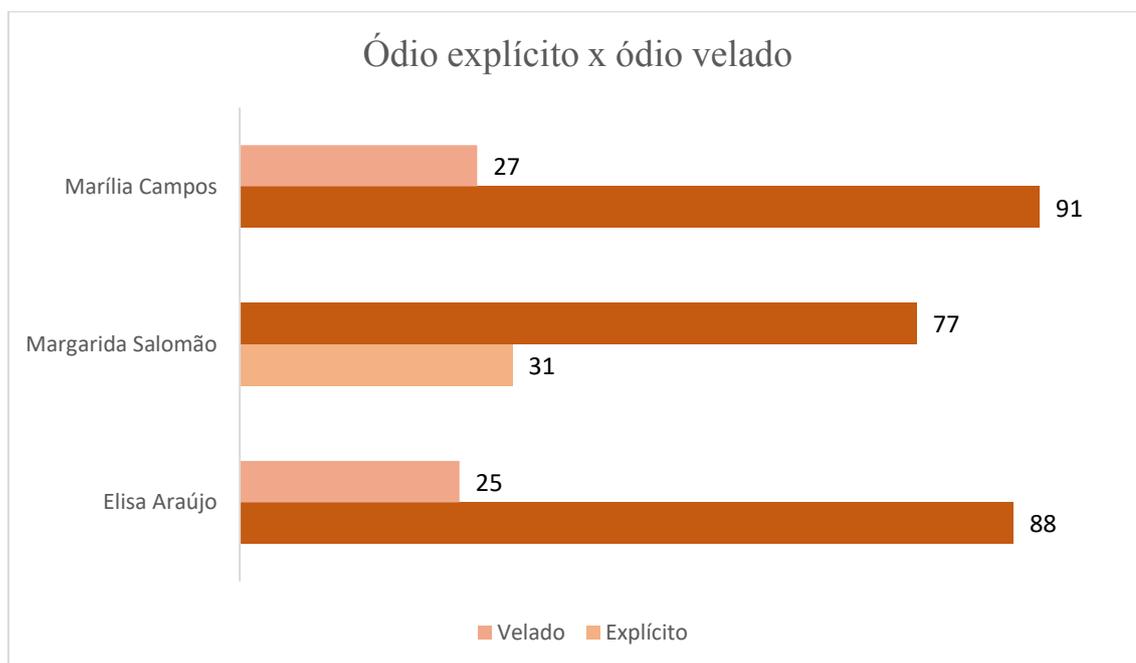


Figura 15: Comentário velado - Marília Campos



Em resumo, Ruth Wodak reconhece a existência tanto do discurso de ódio explícito quanto do velado, e enfatiza a importância de analisar as estratégias e os efeitos de cada tipo de discurso. Abaixo, gráfico que ilustra de forma geral de como se deu a manifestação do Discurso de Ódio:

Gráfico 3: Ódio explícito x ódio velado



Fonte: Autoria própria

4.2.4 Dimensões-chaves do discurso de ódio

Nesta seção, exploraremos as cinco dimensões-chaves do discurso de ódio, propostas por Biroli (2018), presentes nos comentários direcionados às prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos. Ao identificar e compreender essas dimensões, poderemos obter uma visão mais aprofundada das características e conteúdos dessas manifestações negativas, assim como de seus impactos na esfera política.

As permitem uma análise abrangente e complexa do discurso de ódio. Elas fornecem ferramentas teóricas para compreender suas diversas manifestações, seus efeitos e suas implicações sociais e políticas. Ao considerar essas dimensões, é possível ter uma visão mais completa do fenômeno do discurso de ódio e desenvolver estratégias mais eficazes para combatê-lo.

Essas dimensões incluem: a divisão sexual do trabalho, o cuidado e a responsabilidade, a família e a maternidade, o aborto, a sexualidade e a autonomia, e o feminismo e a atuação política. A última dimensão é especialmente relevante para o assunto em questão, pois a política tem sido tradicionalmente vista como um espaço exclusivamente masculino, do qual as mulheres foram historicamente excluídas (BIROLI, 2018; PANKE, 2016).

No entanto, a questão da atuação política também se relaciona com outras dimensões propostas por Biroli (2018), como a divisão sexual do trabalho. Para a autora, existe uma conexão entre a divisão sexual do trabalho e os padrões de participação política (BIROLI, 2018, p. 23), evidenciando como a opressão às mulheres é interseccional, mesmo que ela não utilize exatamente este termo, preferindo expressões como "opressões cruzadas" (2018, p. 51) ou "desigualdades conjugadas de gênero, classe e raça" (p. 66).

Biroli (2020) afirma que a chamada "ideologia de gênero" tem sido identificada pelos conservadores religiosos cristãos, aliados aos neoliberais latinos, como o principal inimigo a ser combatido pela política transnacional. Segundo a autora, em virtude disso, os neoconservadores tentam construir uma imagem negativa do feminismo, retratando-o como:

(...) o inimigo da sociedade, retomada a ideia de que se trataria de um movimento contra a família e também contra a liberdade humana, situando-o agora em uma suposta estratégia para conquistar mentes e corações por parte de uma nova esquerda caracterizada pela chave de "marxismo cultural". (BIROLI, 2020, p.138)

No caso específico do Brasil, a aplicação da interseccionalidade na análise de conteúdo relacionado à questão de gênero permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, levando em consideração as múltiplas identidades e experiências presentes na sociedade brasileira.

Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, neste sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise. (BIROLI e MIGUEL, 2014, p.17).

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, é uma abordagem teórica que busca compreender as interconexões entre diferentes formas de opressão, discriminação e desigualdade que afetam as pessoas em sociedades complexas. Essa perspectiva reconhece que as identidades sociais são construídas por meio da interação de diferentes sistemas de poder, como gênero, raça, classe social, sexualidade, entre outros.

Essa abordagem teórica também enfatiza a importância de dar voz e visibilidade às experiências das pessoas que estão nas interseções de diferentes sistemas de opressão.

Ela busca desafiar as estruturas de poder dominantes e promover uma compreensão mais ampla e inclusiva das formas de desigualdade.

Collins e Bilge ressaltam que a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta analítica, mas também uma prática política. Ela implica reconhecer a complexidade das identidades e lutas sociais, e promover a solidariedade entre diferentes grupos marginalizados. A interseccionalidade exige a criação de espaços e políticas que levem em conta as múltiplas formas de opressão e trabalhem para transformar as estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

Biroli (2020) afirma que a chamada "ideologia de gênero" tem sido identificada pelos conservadores religiosos cristãos, aliados aos neoliberais latinos, como o principal inimigo a ser combatido pela política transnacional. Segundo a autora, em virtude disso, os neoconservadores tentam construir uma imagem negativa do feminismo, retratando-o como:

(...) o inimigo da sociedade, retomada a ideia de que se trataria de um movimento contra a família e também contra a liberdade humana, situando-o agora em uma suposta estratégia para conquistar mentes e corações por parte de uma nova esquerda caracterizada pela chave do “marxismo cultural”. (BIROLI, 2020, p.138)

Este fenômeno afeta principalmente os países da América Latina, podendo gerar uma forte carga emocional envolvida na produção de discurso de ódio. Isto gera implicações políticas significativas, uma vez que influencia e molda as relações de poder, as dinâmicas sociais e as tomadas de decisão em contextos políticos. As implicações políticas do discurso de ódio podem incluir:

1. Polarização e divisão: O discurso de ódio pode contribuir para a polarização da sociedade e a criação de divisões entre grupos. Isso pode dificultar o diálogo construtivo, a colaboração e a formação de consensos políticos.
2. Exclusão e discriminação: O discurso de ódio pode levar à exclusão e discriminação de certos grupos sociais, com base em características como raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, entre outros. Isso pode resultar em marginalização política e limitar a participação igualitária desses grupos na esfera política.
3. Violência e ameaças: O discurso de ódio pode incitar à violência física ou psicológica contra indivíduos ou grupos específicos. Isso pode ter implicações

políticas graves, desestabilizando a ordem social e ameaçando a segurança e a integridade dos indivíduos afetados.

4. Legitimação de ideologias extremistas: O discurso de ódio pode legitimar ideologias extremistas e discursos políticos radicalizados. Isso pode fortalecer grupos e movimentos políticos que promovem a intolerância, o autoritarismo e a exclusão, minando os princípios democráticos e a coesão social.
5. Erosão do debate público: O discurso de ódio pode minar o debate público saudável e construtivo, substituindo-o por ataques pessoais, difamação e retórica agressiva. Isso pode limitar a diversidade de perspectivas e ideias no espaço político, prejudicando a qualidade do discurso e a tomada de decisões informadas.

Durante a análise dos comentários, foi constatado que uma grande maioria deles, validados como discurso de ódio, estava direcionada às candidatas. As críticas negativas, ofensas e linguagem depreciativa foram frequentemente utilizadas para atacar as candidatas.

Além disso, também foi observado que alguns usuários envolvidos na discussão trocaram insultos entre si, respondendo diretamente aos comentários uns dos outros. Essa troca de insultos contribuiu para um ambiente ainda mais hostil e polarizado nas redes sociais. Os usuários envolvidos nesse tipo de interação utilizaram linguagem ofensiva, agressiva e provocativa para atacar uns aos outros, intensificando o clima negativo e a falta de civilidade nas discussões.

Figura 16: Troca de comentários entre os usuários



Insultos e xingamentos representam a maior proporção de "ódio" nos comentários, totalizando 50,7%. Essas manifestações são externadas por meio de palavras depreciativas, com pequenas variações em relação à forma do dicionário, e são expressas por frases curtas. Em segundo e terceiro lugar, encontram-se os "estereótipos e generalizações" e as expressões de "conspiração/inimigos da nação-sociedade". Nos comentários, o Partido dos Trabalhadores (PT) é rotulado como um grande conspirador e inimigo do Brasil.

Um número reduzido, porém, significativo, de comentários contém "ameaças e insinuações", por exemplo, "não vou aceitar caso seja eleita". Essas manifestações são preocupantes devido ao caráter impositivo e intimidador dos comentários. Já no caso de "exclusão/expulsão", o termo "comunista" reaparece associado ao desejo de que o grupo de apoiadores da presidente seja expulso para Venezuela.

As "discriminações gerais" estão relacionadas a comentários nos quais a palavra-chave ou expressão identificada é usada para rotular indivíduos ou grupos. A palavra "comunista" é utilizada de forma pejorativa, e foi identificada como uma das outras formas de discurso de ódio mencionadas anteriormente.

Abaixo, separamos os termos ofensivos mais utilizados à Margarida Salomão, Marília Campos e Elisa Araújo, respectivamente:

Figura 17: Termos ofensivos à Margarida Salomão



Figura 18: Termos ofensivos à Marília Campos



Figura 19: Termos ofensivos à Elisa Araújo



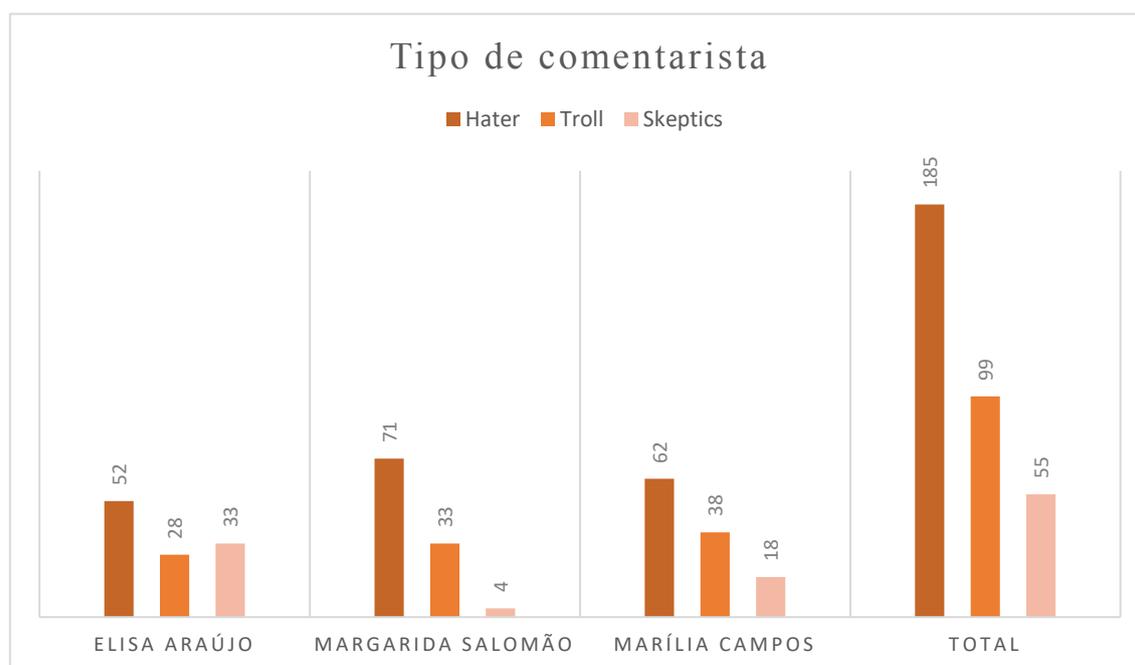
4.2.5 - Tipo de Comentarista

Nesta seção, abordaremos os diferentes tipos de comentaristas presentes nos comentários direcionados às prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos. Através da análise dos perfis e padrões de comportamento dos comentaristas, poderemos identificar grupos ou categorias distintas que participam desse discurso negativo.

O tipo de usuário mais presente nas publicações foram os haters - aqueles que se apropriam do assunto, mesmo que superficialmente, com a intenção de incitar o confronto e ódio. A presença de trolls foi encontrada em comentários que fomentavam o ódio por perguntas e suposições, abrindo margem para mais insinuações e discursos odiosos, além

da tentativa de atrapalhar a interação com links e frases desconexas. Os comentários codificados como Skeptics apresentavam descrédito na política e nas instituições, com forte tendência a generalizar e apontar o pior da situação, além de espalhar sua atitude pessimista e incentivar outros a empregar sua mentalidade.

Gráfico 4: Tipo de usuário



Fonte: Autoria própria

Segundo Amaral & Monteiro (2011), o termo "hater" refere-se a um tipo específico de comportamento online, caracterizado pela manifestação de ódio, raiva e agressividade em relação a determinada pessoa, grupo, ideia ou conteúdo. Os haters são indivíduos que se dedicam a espalhar comentários negativos, ofensivos e prejudiciais nas redes sociais e outros espaços digitais.

Figura 20: Hater no Instagram da Margarida Salomão



Os haters podem direcionar seu ódio a diversas áreas, como celebridades, influenciadores, políticos, grupos étnicos, minorias, entre outros. Suas manifestações de

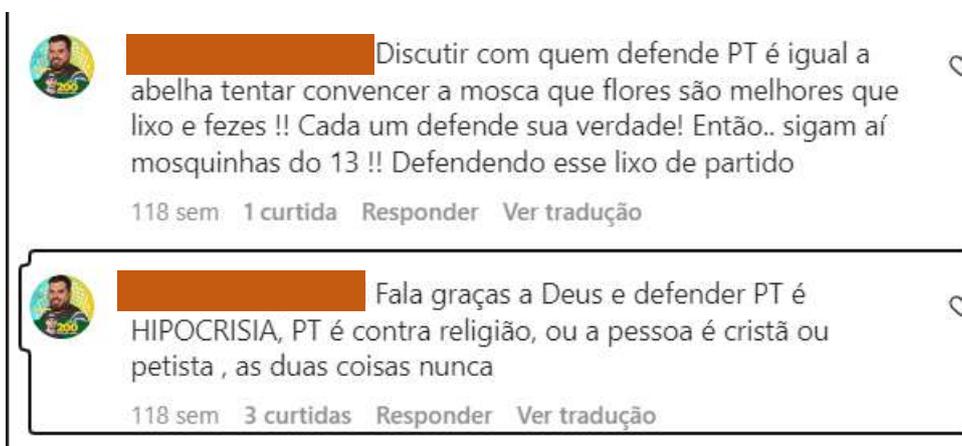
ódio podem incluir insultos, difamações, ameaças, ridicularizações e ataques pessoais. Eles muitas vezes se sentem encorajados pela anonimidade proporcionada pela internet, o que lhes dá uma sensação de impunidade.

Figura 21: Hater no Instagram da Elisa Araújo



Os autores destacam que o comportamento de ódio dos haters está relacionado a uma série de fatores, incluindo frustração, inveja, desejo de atenção e afirmação social. Eles buscam chamar a atenção para si mesmos e obter uma sensação de poder ao tentar diminuir e ferir os outros. Além disso, o comportamento de hater pode ser influenciado por dinâmicas de grupo, com indivíduos se alimentando uns aos outros na disseminação do ódio.

Figura 22: Hater no Instagram da Marília Campos



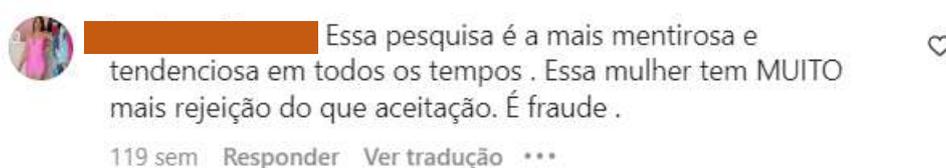
É importante ressaltar que o comportamento de hater não deve ser confundido com crítica construtiva ou liberdade de expressão. Enquanto a crítica construtiva busca oferecer uma visão fundamentada e respeitosa sobre determinado assunto, os haters focam em atacar e prejudicar de forma deliberada.

Amaral & Monteiro (2011) argumentam que o fenômeno dos haters tem se tornado cada vez mais presente nas interações online, impactando negativamente a qualidade do debate público e afetando emocionalmente aqueles que são alvos de ataques. Eles

destacam a importância de se desenvolver estratégias para combater o comportamento de ódio online, promovendo uma cultura de respeito, empatia e diálogo saudável.

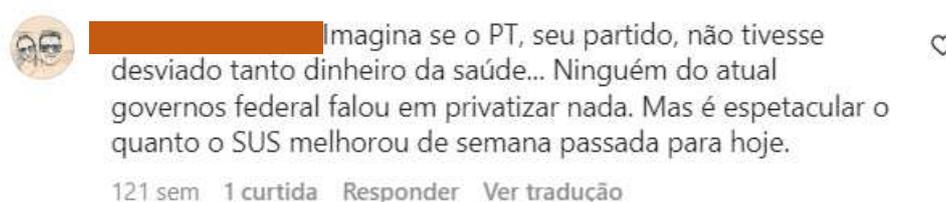
Segundo Buckels, Trapnell e Paulhus (2014), o termo "troll" é utilizado para descrever um tipo específico de comportamento online, caracterizado por provocação, incitação e perturbação deliberada de outras pessoas na internet. Os trolls são indivíduos que se envolvem em comportamentos disruptivos e ofensivos, buscando criar conflitos, causar discordância e gerar respostas emocionais nas pessoas.

Figura 23: Troll no Instagram da Marília Campos



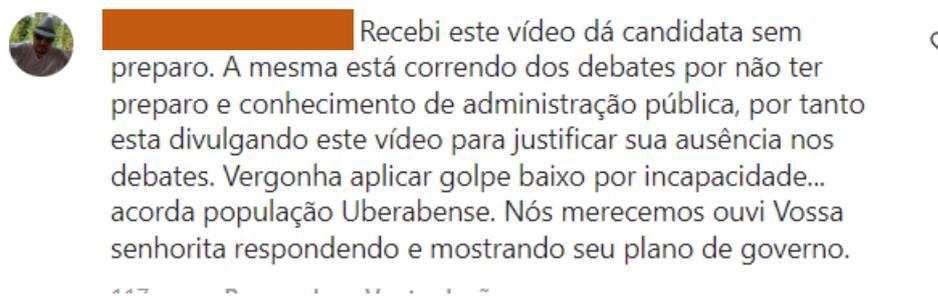
Os autores destacam que os trolls têm motivações distintas em relação ao seu comportamento. Alguns trolls buscam simplesmente obter prazer em irritar e perturbar os outros, aproveitando-se da sensação de poder que a anonimidade na internet proporciona. Esses trolls são conhecidos como "trolls divertidos". Por outro lado, existem trolls que possuem motivações mais sombrias, como a busca por dominação, sadismo e desejo de infligir sofrimento aos outros. Esses trolls são chamados de "trolls maliciosos".

Figura 24: Troll no Instagram da Margarida Salomão



O comportamento troll pode se manifestar de diferentes formas, incluindo postagem de comentários ofensivos, disseminação de boatos, criação de identidades falsas, provocação de discussões acaloradas e manipulação de informações. Os trolls geralmente não estão interessados em contribuir de forma construtiva para o debate, mas sim em semear a discórdia e perturbar a harmonia das interações online.

Figura 25: Troll no Instagram da Elisa Araújo

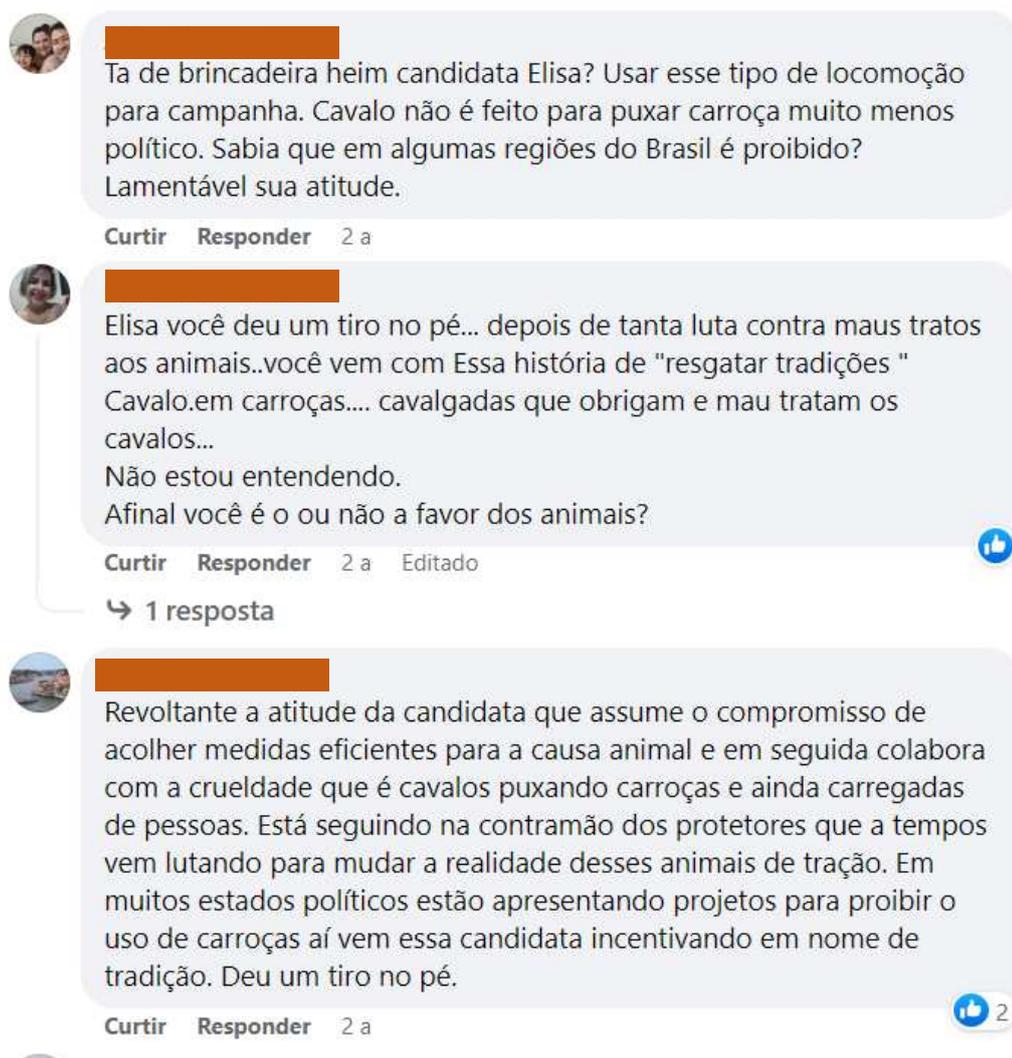


Os pesquisadores ressaltam que o comportamento troll pode ter consequências negativas tanto para as vítimas quanto para o ambiente online como um todo. As vítimas de trolling podem experimentar estresse, ansiedade, raiva e sentimento de impotência diante dos ataques. Além disso, o comportamento troll pode levar ao declínio da qualidade do debate online, desencorajando a participação de pessoas e prejudicando o clima de confiança e respeito mútuo.

Buckels, Trapnell e Paulhus (2014) argumentam que é importante entender e enfrentar o fenômeno do trolling, desenvolvendo estratégias para identificar e lidar com trolls de maneira eficaz. Isso pode incluir medidas como a moderação de conteúdo, o estabelecimento de diretrizes claras de comportamento, a promoção de uma cultura online saudável e a conscientização sobre as motivações e táticas dos trolls.

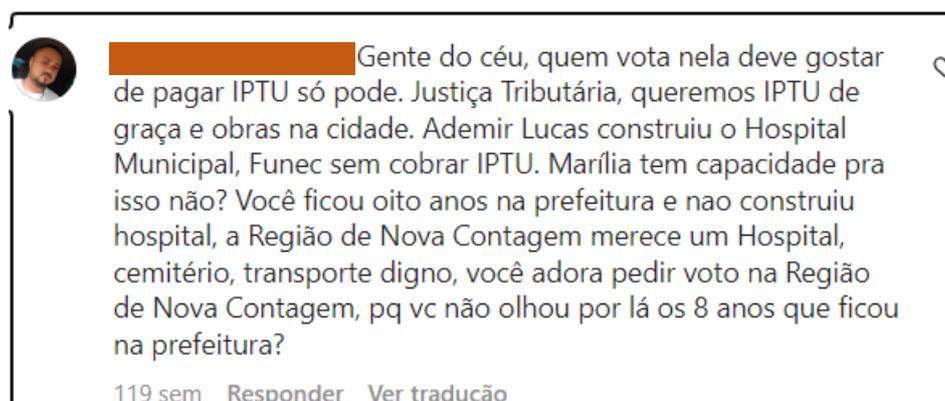
Skeptics, ou céticos, são pessoas que adotam uma abordagem crítica e questionadora em relação a ideias, crenças, teorias ou informações apresentadas a elas. Eles tendem a buscar evidências sólidas, raciocínio lógico e fundamentos robustos antes de aceitar algo como verdadeiro ou válido.

Figura 26: Skeptics no Instagram da Elisa Araújo



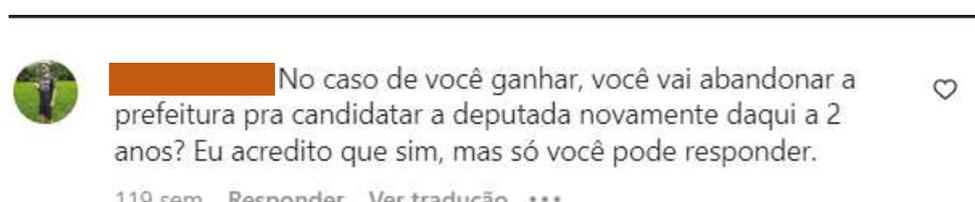
Os skeptics são conhecidos por sua propensão a questionar afirmações e procurar por falhas, inconsistências ou falta de evidências em argumentos apresentados. Eles buscam uma compreensão aprofundada dos assuntos em questão e valorizam a investigação rigorosa e a análise cuidadosa antes de formar suas opiniões.

Figura 27: Skeptics no Instagram da Marília Campos



Embora os skeptics possam parecer negativos ou descrentes em alguns contextos, é importante destacar que sua postura crítica é uma ferramenta importante para o avanço do conhecimento. Eles desempenham um papel crucial ao incentivar a pesquisa, a verificação dos fatos e a promoção de um pensamento lógico e fundamentado.

Figura 28: Skeptics no Instagram da Margarida Salomão



4.2.6 Dilma Presente

Nesta seção, abordaremos uma subcategoria específica de comentários presentes nas contas das prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos, denominados "Dilma Presente". Os comentários podem refletir uma polarização política e ideológica presente no contexto em que as prefeitas assumiram seus cargos. Dilma Rousseff é utilizada como um símbolo ou referência para criticar mulheres na política.

Após 23 anos, o tema do impeachment retornou à agenda institucional do Brasil. Escândalos de corrupção amplificaram a tensão social e política (DURAN GIL & CINTRA LIMA, 2015), agravada pela crise econômica e pelos desentendimentos entre o

governo e o parlamento, resultando na destituição da presidente Dilma Rousseff e na ascensão do vice-presidente Michel Temer. Desde 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, até a votação final no Senado Federal em 31 de agosto de 2016, o impeachment tornou-se um tema recorrente nas mídias digitais.

As redes sociais se transformaram em arenas de mobilização, confrontação de opiniões e embates entre os usuários favoráveis e contrários ao afastamento de Rousseff. Um artigo publicado pelo jornal O Globo em 20 de dezembro de 2015, intitulado "Processo de afastamento viraliza nas redes", apresentou dados da repercussão do assunto nas redes sociais - Instagram, Twitter, Facebook, Google+, YouTube e Blogger - entre os dias 11 e 17 de dezembro de 2015, em parceria com a ferramenta de monitoramento de redes QsocialNow.

A análise do comportamento das redes sociais em relação ao processo de impeachment da presidente revelou um alto engajamento da população com o tema, registrando 268.548 conversas que mencionavam a palavra "impeachment", com uma média de cinco menções do termo por autor.

O Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (LABIC-UFES) contabilizou, em abril de 2016, 3.449 eventos no Facebook nos quais grupos ou páginas disputavam a narrativa sobre o impeachment. Dos canais analisados, 63% eram do campo de esquerda, mobilizando para eventos em defesa da presidente marcados para o dia 17 de abril do mesmo ano.

Outro estudo realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP) apontou cerca de um milhão de menções no Twitter em um período de 24 horas relacionadas ao impeachment. O estudo também revelou a falta de articulação nos discursos, caracterizando principalmente uma disputa de sentidos (FGV-DAPP, 2016). A polarização entre governistas e opositores foi confirmada, mas também se observou a presença de um terceiro grupo contrário ao impeachment, mas não necessariamente favorável ao governo.

Ao final do processo em 31 de agosto de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff afirmou em um discurso pós-impeachment que "o golpe é misógino, homofóbico e racista", destacando que o processo que a destituiu da presidência estava fundamentado no machismo e no fato de ela ter sido a primeira mulher legitimamente eleita.

Durante o período de análise mencionado, observou-se uma tendência

preocupante de mencionar a ex-presidente Dilma Rousseff de forma pejorativa nos comentários, o que pode ser interpretado como um ataque indireto às mulheres candidatas. Essa prática reflete um viés sexista presente no discurso político, utilizando a figura de Dilma Rousseff como um estereótipo negativo associado às mulheres no poder.

Ao utilizar esse tipo de ataque, os comentários desvalorizam e diminuem não apenas a figura de Dilma Rousseff, mas também as mulheres em geral, deslegitimando sua capacidade e competência para ocupar cargos políticos. Essa forma de ataque não se limita apenas a questões políticas, mas também tem como base preconceitos de gênero e a perpetuação de estereótipos discriminatórios.

Figura 29: Comentário sobre Dilma no Instagram da Elisa Araújo

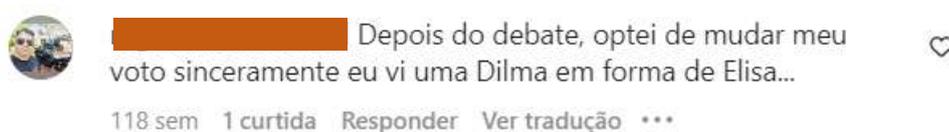


Figura 30: Comentário sobre Dilma no Instagram da Margarida Salomão

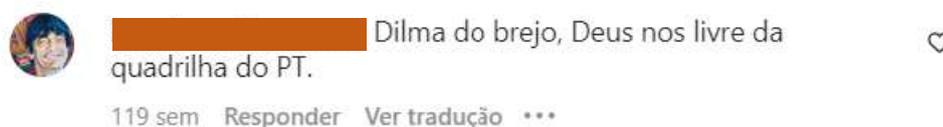


Figura 31: Comentário sobre Dilma no Instagram da Marília Campos



4.2.7 Recursos linguísticos reveladores de ódio

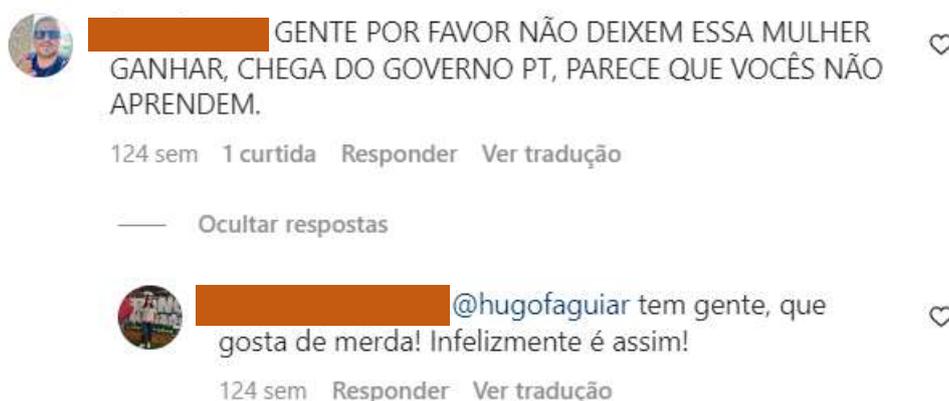
Nesta seção, iremos analisar os recursos linguísticos utilizados nos comentários direcionados às prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos, que revelam a presença de discurso de ódio. Através da identificação desses recursos, poderemos compreender melhor a natureza e a intensidade do ódio presente nessas manifestações negativas.

Os recursos linguísticos desempenham um papel importante na manifestação e intensificação do discurso de ódio, especialmente quando se trata da presença de emojis, palavras em caixa alta e pontuação excessiva nos comentários. Esses elementos linguísticos adicionais atuam como amplificadores, reforçando de forma lexical, linguística e visual a mensagem de ódio transmitida.

4.2.7.1 - Caixa Alta

O uso de palavras em caixa alta é frequentemente interpretado como um grito digital, transmitindo um tom de voz elevado e agressivo. Essa prática busca chamar a atenção de forma mais incisiva, enfatizando a intensidade do ódio presente no discurso.

Figura 32: Comentário com caixa alta no Instagram da Marília Campos



4.2.7.2 - Emojis

A inclusão de emojis, por exemplo, permite que o autor do discurso de ódio expresse emoções negativas de forma mais enfática. Emojis com expressões raivosas, ameaçadoras ou depreciativas podem intensificar a hostilidade da mensagem, transmitindo uma maior sensação de agressão e desrespeito, como no exemplo abaixo.

Figura 33: Comentário com emoji no Instagram da Margarida Salomão

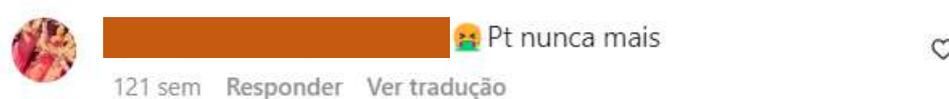
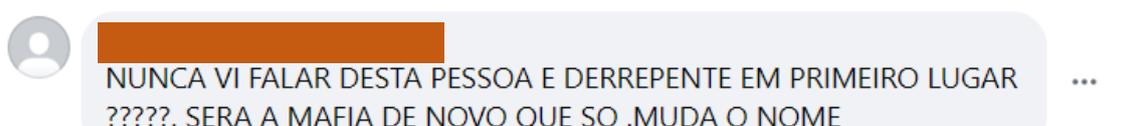


Figura 33: Comentário com emoji no Instagram da Margarida Salomão

4.2.7.3 - Pontuação

A pontuação excessiva, como o uso de múltiplos pontos de exclamação ou interrogação, também desempenha um papel importante na amplificação do discurso de ódio. Essa prática aumenta o impacto emocional da mensagem, gerando uma sensação de urgência, raiva ou indignação.

Figura 34: Comentário com excesso de pontuação no Instagram da Elisa Araújo

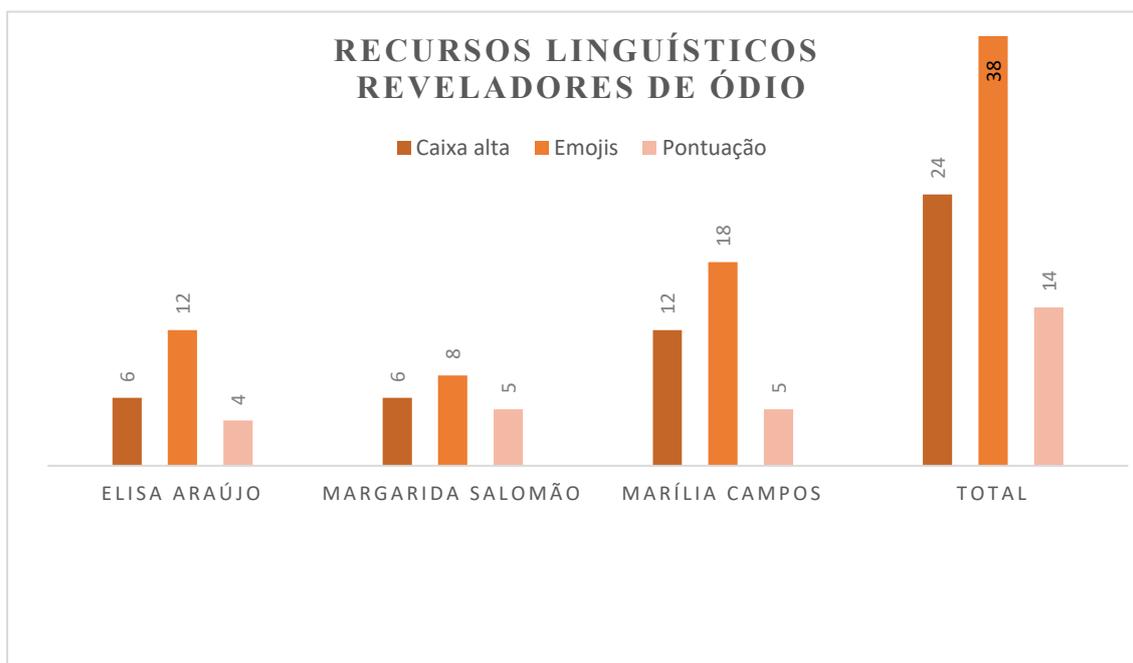


Esses recursos linguísticos utilizados no discurso de ódio atuam sinergicamente para reforçar a mensagem e transmitir uma intensidade maior de agressividade. Além disso, eles também podem influenciar a interpretação do receptor, tornando o discurso mais persuasivo e incitando sentimentos negativos em relação ao grupo ou indivíduo alvo.

É importante destacar que o uso desses recursos linguísticos não apenas fortalece o discurso de ódio, mas também contribui para a disseminação e amplificação dessas mensagens, uma vez que eles são facilmente identificáveis e podem atrair mais atenção e engajamento por parte de outros usuários.

Abaixo, gráfico que elucida de forma geral os recursos linguísticos utilizados nos comentários analisados:

Gráfico 5: Recursos linguísticos reveladores de ódio



Fonte: Autoria própria

A análise dos recursos linguísticos revelou o papel proeminente de elementos como caixa alta, emojis e pontuação. Esses recursos foram empregados para intensificar as mensagens de ódio e transmitir sentimentos negativos.

Ao encerrar essa seção, ressalta-se que a análise do discurso de ódio direcionado às mulheres na política revelou a complexidade das interações digitais contemporâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto brasileiro, a participação e o desempenho das mulheres nas eleições estão intrinsecamente ligados às percepções e avaliações sociais. Essa presença na esfera pública e posição nas camadas sociais refletem as complexas redes de opressão e dinâmicas do cotidiano. Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo", destacou a construção social das identidades de gênero. Kimberlé Crenshaw, por sua vez, introduziu a perspectiva interseccional, enfatizando as interconexões entre gênero, raça e classe. Anne Phillips, em "The Politics of Presence", enfatizou a importância da representação

diversa na política. Autores como Flávia Biroli analisaram especificamente a relação entre gênero e política no Brasil.

Em meio a essa teia de complexidades, emerge um fenômeno preocupante: o discurso de ódio. Diante dessa realidade, a pesquisa abraçou a missão de investigar tal fenômeno. Lançando a pergunta "Como o discurso de ódio direcionado às mulheres que atuam na política opera?", empreendemos uma análise das manifestações carregadas de ódio encontradas nas contas de Instagram de três candidatas à prefeitura: Margarida Salomão, representando o Partido dos Trabalhadores (PT), em Juiz de Fora; Marília Campos, também do Partido dos Trabalhadores (PT), em Contagem; e Elisa Araújo, do Podemos, em Uberaba.

Por meio da análise de conteúdo, desenvolvido pela professora de Psicologia da Universidade de Paris V, Laurence Bardin, o primeiro passo tomado foi a seleção dos itens que comporiam a tabela básica, ou seja, a categorização. A escolha foi apontada pelo contexto político e influenciada pela presença frequente do discurso de ódio direcionado às mulheres na política. Em leitura flutuante, nos comentários que caracterizaram abordagem crítica ou negativa às candidatas, buscou-se classificar estes textos em subcategorias relativas à macrocategoria "Discurso de Ódio". A partir daí, dividimos nas seguintes subcategorias: Incivilidade x desrespeito, Alvo do discurso de ódio, Ódio explícito x ódio velado, Dimensões-chaves do discurso de ódio, Tipo de Comentarista, Dilma Presente e Recursos linguísticos reveladores de ódio.

A análise das categorias de alvo e das palavras ou expressões utilizadas no discurso de ódio, de fato, respalda a hipótese de que o discurso de ódio não somente perpassa, mas também é intensamente influenciado pela questão de gênero. Os padrões identificados refletem a complexa interação entre o preconceito de gênero arraigado na sociedade e as dinâmicas digitais contemporâneas. Através da exploração das diferentes categorias de ataques, como política/partidária, sexismo/misoginia, LGBTfobia, estigmatização, aspectos religiosos e aparência/classe social, torna-se evidente que a hostilidade direcionada às candidatas políticas é enraizada em normas de gênero.

Termos como "burra", "despreparada", "fraca" e outras expressões ofensivas são usados para diminuir a capacidade e legitimidade das candidatas, enfraquecendo sua presença na esfera pública. Expressões que rebaixam as mulheres a papéis tradicionalmente atribuídos às atividades domésticas, como "vai lavar uma louça", reforçam estereótipos prejudiciais.

A interseção entre discurso de ódio e gênero também é evidente nos ataques à aparência e à classe social. Os termos "loirinha" e "riquinha" refletem uma objetificação da candidata e a tentativa de invalidar suas conquistas com base em sua aparência e posição socioeconômica. A utilização de termos como "o margaridão" com conotações LGBTfóbicas adiciona outra camada de preconceito, destacando como o discurso de ódio não apenas perpetua estereótipos de gênero, mas também amplia outras formas de discriminação.

Outro ponto que identificamos durante a análise dos comentários nas contas das prefeitas Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos, foi uma diferença na quantidade de comentários de incivildade e desrespeito recebidos por cada uma delas. No caso de Elisa Araújo, do Podemos, observamos que ela recebeu mais comentários de incivildade em comparação com os de desrespeito. Esses comentários de incivildade podem envolver críticas rudes, linguagem agressiva e provocações, mas sem atingir um nível de desrespeito direcionado a um grupo minoritário específico. Por outro lado, Margarida Salomão e Marília Campos receberam mais comentários de desrespeito em comparação com os de incivildade. Esses comentários de desrespeito podem envolver ataques difamação, discriminação e ameaças diretas a um grupo/minorias. Foi possível observar que o discurso de ódio explícito foi mais prevalente do que o discurso velado.

Especificamente no âmbito político/partidário, observamos uma tendência em relação à quantidade de comentários odiosos de cunho político recebidos por cada candidata. Constatamos que a candidata Elisa Araújo, do Podemos, recebeu menos comentários odiosos de natureza política em comparação com as candidatas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Essa observação sugere a existência de um viés político nas manifestações de ódio direcionadas às candidatas. Pode haver uma predisposição por parte de alguns comentaristas a expressar de forma mais intensa e negativa suas divergências políticas quando se trata de candidatas ligadas ao PT.

Em relação às dimensões-chaves do discurso de ódio identificadas nesta pesquisa, insultos e xingamentos foram os mais frequentes. Isso evidencia a natureza multifacetada do discurso de ódio, que se utiliza de argumentos agressivos, sarcásticos e irônicos para se manifestar. A análise dos usuários mostrou que a maioria deles apresentava posturas radicais e algum conhecimento do assunto, mesmo que superficial.

Em alguns comentários, os recursos linguísticos, em sua maioria, emojis, foram utilizados de forma agressiva, transmitindo mensagens negativas e depreciativas. Emojis

com expressões faciais negativas, símbolos de raiva, ou até mesmo emojis ofensivos foram encontrados nos comentários analisados. Esses emojis foram utilizados como uma maneira de intensificar a mensagem de ódio e transmitir sentimentos de desprezo, aversão e hostilidade em relação às prefeitas.

Além dos elementos anteriormente destacados, a análise também revelou um outro ponto: os comentários pejorativos e sexistas direcionados à ex-presidente Dilma Rousseff. Expressões como "Dilma do brejo", "Dilma mandou lembranças" e "Eu vi uma Dilma em forma de Elisa" apontam para a persistência do preconceito de gênero e a instrumentalização do discurso de ódio, não apenas para atacar as candidatas contemporâneas, mas também para desvalorizar figuras femininas historicamente relevantes.

Essas expressões refletem uma tentativa de descreditar a ex-presidente Dilma Rousseff associando-a de forma pejorativa a outros contextos. Essa retórica denota uma abordagem depreciativa que vai além das críticas políticas e toca em aspectos de gênero. A utilização de tais expressões sugere uma intenção de desrespeitar a liderança feminina, reforçando a subestimação das capacidades das mulheres no cenário político. Esses comentários também destacam como o discurso de ódio não se limita apenas a figuras políticas contemporâneas, mas se estende ao passado, em uma tentativa de minar a relevância e o legado das mulheres que ocuparam posições de destaque.

É notável, portanto, que a condição de gênero desempenha um papel significativo nesse cenário, em que as mulheres ocupam espaços historicamente associados ao gênero masculino. Essa circunstância provoca aversão em diversos internautas, que por vezes confundem a crítica política com expressões de misoginia e machismo, contribuindo, assim, para a perpetuação da violência política de gênero.

A presente dissertação não encerra, mas sinaliza para a abertura de novas linhas de investigação que ultrapassem os limites do escopo em que foi elaborada. Dessa forma, a pesquisa conclui-se enquanto se projeta para o horizonte futuro. Os resultados obtidos, em conjunto com os de outros estudos sobre a era digital devem servir como base para um entendimento mais aprofundado desse campo complexo.

A crescente interseção entre política, gênero e comunicação tem gerado um interesse significativo na compreensão das dinâmicas complexas que envolvem o discurso de ódio direcionado às mulheres na esfera política. No contexto contemporâneo das redes sociais e da disseminação instantânea de informações, é fundamental a

realização de novos estudos que analisem de maneira mais aprofundada como as representações de gênero é moldada e perpetuada através do discurso de ódio online. Explorar as raízes, os mecanismos de propagação, os efeitos e as possíveis estratégias de mitigação desse fenômeno são cruciais para abordar as implicações políticas, sociais e psicológicas que resultam dessa interseção.

Por último, é imperativo destacar a significância teórica e política das dinâmicas de poder para a agenda feminista. Esse debate assume uma relevância marcante em nações como o Brasil, onde o investimento contínuo na consolidação democrática e na expansão da participação política intensifica essa discussão. Em resumo, considerando que as assimetrias de gênero, forjadas e perpetuadas por muito tempo, ainda constituem barreiras para a plena participação das mulheres na esfera pública e política, é certo que este é um tema que exige profunda reflexão e estudos sobre o trajeto a seguir para efetuar as transformações necessárias.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, C. de O. Internet, Eleições e Participação: Questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas Online. In: GOMES, W.; MAIA, R.; MARQUES, F. J. (Org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, p. 175-196.
- ANDACHT, Fernando. A Síndrome de Prometeu: um obstáculo no desenvolvimento do campo da comunicação. **Revista Intertexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-15, julho/dezembro 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4207/4469> Acesso em 15 fev. 2021.
- AVELAR, Lúcia. **O Segundo Eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2. ed., 1989.
- BARBOSA, Marialva. Paradigmas de Construção do campo comunicacional. In.: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antônio. **Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre/RS: Sulina, 2002, p. 73-79.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 27. ed., 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1989.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M.A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 29-52.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. **Bancada feminina na Câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura**. Publicada em 23 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/> Acesso em 06 ago. 2020.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras Fala: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Carlón, M. (2015). Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. En P. César Castro (Org.), *Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?* (pp. 211-232).

Maceió, Brasil: EDUFA. Disponível em: < https://semioticaderedes-carlon.com/wp-content/uploads/2018/04/PUBLICO_PRIVADO_E_INTIMO_EL_CASO_CHICAS.pdf > Acesso em 30 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999a.

CERVI, Emerson U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: CPOP, vol. 2, 1 ed., 2019.

_____. Análise de Conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. *In*: 42º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre os dias 22 e 26 de outubro, 2018, Caxambu-MG. **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**. 26 p. ISSN: 2177-3092.

CHOMSKY, Noah. **MÍDIA: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. *In*: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (org.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Texto retirado do livro A política do pensamento feminista negro. 2019.

DAMATTA, Roberto A. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, Fernanda Argolo. **Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. 2019. 271 f. Tese (Doutorado – Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

_____. **Democracy without citizens: media and the decay of american politics**. New York: Oxford University Press, 1989.

ESCOTEGUY, Ana Carolina D. MÍDIA E QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL: pesquisa, categorias e feminismos. *In*: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado entre os dias 11 e 14 de junho, 2019, Porto Alegre-RS. **Anais do XXVIII Encontro Anual da COMPÓS**. 21 p. ISSN: 2236-4285.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. *In*: FAUSTO NETO, Antônio; VALDETTARO, Sandra (Orgs). **Mediatización, Sociedad y Sentido: dilálogos entre Brasil y Argentina**. Rosario, Argentina. Departamento de Ciencias da Comunicación,

Universidad Nacional de Rosario, 2010, p.2-15. Disponível em <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wp-content/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>> .

FAUSTO NETO, A.; WESCHENFELDER, Aline. Contendas se sentidos: estratégias de mediatização da doença do ex-presidente Lula. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, 2012.

FERNANDES, Baltazar. **Metodologia de análise em representações sociais**. Manual do Iramuteq incorporado. Chiado Books: Lisboa, 2019.

FERRARI, Anderson *et al.* (orgs.) **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Lavras/MG: UFLA, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, 156 p.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HABERMAS, J. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DR&A editora, 11 ed., 2006.

JAMIESON, Kathleen Hall. **Beyond the double binds: women and leadership**. Oxford University Press, 1995.

LEAL, P. R. F.; VIEIRA, M. B. M. H. O Fenômeno da Personalização da Política: Evidências Comunicacionais das Campanhas de Dilma e Serra em 2010. *Juiz de Fora-MG: Teoria e Cultura*, v. 4, n. 1 e 2, jan/dez, p. 41-50, 2009.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **RBCS** nº 29, out 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm>. Acessado em: 18 de abril de 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus Editora, 2009.

MARTINS, J. M. L. **O novo jogo eleitoral brasileiro: PT e PSDB na democracia de público**. Curitiba: Appris, 1. ed., 2019.

MIGALHAS. **Cidadania da mulher: a conquista histórica do voto feminino no Brasil**. 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/274136/cidadania-da-mulher-a-conquista-historica-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MIGUEL, L. F. Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

NATANSOHN, Graciela; PAZ, Mônica. ENTRE USOS Y APROPIACIONES DE TECNOLOGÍA DIGITAL: ciberfeminismos contemporâneos. *In*: Anais do Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado entre os dias 05 a 08 de junho, 2018, Belo Horizonte-MG. **Anais do XXVII Encontro Anual da COMPÓS**. 20 p. ISSN: 2236-4285.

OLIVEIRA, L. A. de; SANTOS, D. L. V. dos; CARVALHO, W. J. de. Documentário O Processo – Uma narrativa sobre o impeachment da Presidenta Dilma. **Revista Extraprensa**. 12(2), 2019, p. 179-203. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.150995>. Acesso em 06 ago. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 6. ed., 2007.

POSSENTI, Sírio. **A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil**. *Discurso & Sociedad*, Vol.12(3), 2018, 581-593. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)Possenti.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)Possenti.pdf). Acesso em 28 jul. 2020.

RECUERO, Raquel; FRAGOSO, Suely; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marcos; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes sociais para a mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RODRIGUES, Adriano Duarte. DELIMITAÇÃO, NATUREZA E FUNÇÕES DO DISCURSO MIDIÁTICO. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O JORNAL: Da forma ao sentido**. Editora UNB, 2002. p. 217-233.

_____. **Estratégias de Comunicação**. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa, Editorial Presença, 2001.

RUBIM, A. A. C. Contemporaneity as the media age. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 4, n. 7, p. 25-36, 2000.

SANTOS, D. L. V. dos. **O fim da polarização PT versus PSDB em Minas Gerais: uma análise das campanhas eleitorais no Facebook e Horário Eleitoral dos principais candidatos ao governo de Minas Gerais em 2018**. 2020. 174 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2020.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**: ensaio sobre e contra o Star System em política. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1977.

SILVA, Maristela Rosa. **“O que é ser mulher negra no Brasil?”**: O Youtube a serviço de uma nova representação. 2020. 200f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2020.

SILVA, Leandro Nunes De Castro; FERRAR, Daniel Gomes. **Introdução à Mineração de Dados**. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THORPE, Christofer *et. al.* **O Livro da Sociologia**. São Paulo: GloboLivros, 2016.

THURLER, Ana Liési. Feminicídios na mídia e desumanização das mulheres. **Revista Observatório**, Palmas, Vol.6, n.6, p. 465-496, out-dez 2017.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja. 1993.

_____. **Making News**. New York: The Free Press, 1978.

_____. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen’s notions of objectivity,” **American Journal of Sociology**, Vol. 77, n. 4, pp. 660-679, 1972.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 5. ed, 2019.